



Departamento de História

Governo, sociedade civil e os desafios na publicação de dados abertos:
o caso da base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil.

Marina Gomes de Oliveira Polo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão e Estudos da Cultura

Orientador:

Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso,
Professor Catedrático
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadora:

Mestre Caterina Foà,
Investigadora do CIES-IUL
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

AGRADECIMENTOS

O esforço da dissertação é compartilhado entre aqueles que contribuíram para a realização deste estudo, a todos eles dirijo o meu sincero agradecimento:

Ao Professor Doutor Gustavo Cardoso, meu orientador, por sua colaboração para a concepção deste estudo e por ser inspiração acadêmica para o mesmo, através de suas obras.

À minha co-orientadora, Mestre Caterina Foà, por todo o apoio, troca de ideias e especialmente por sua generosidade em compartilhar os conhecimentos que me concedeu.

Aos autores diversos consultados no desenvolvimento deste trabalho, por todo o conhecimento e reflexão que me proporcionaram, sem os quais a construção da presente dissertação não seria possível.

Aos entrevistados Ronaldo de Moura e Fernanda Pacini pela simpatia com que acederam ao pedido em colaborar na realização das entrevistas.

À entrevistada Gisele Craveiro pelas questões colocadas e que tanto serviram a esta dissertação.

Ao Rafael Polo, motivador de questionamentos para os quais espero que este trabalho sirva de contribuição.

À Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura do Brasil, representada através do secretário Carlos Paiva e do coordenador de planejamento interno, Rômulo Barbosa, com a ajuda prestativa da coordenadora de comunicação institucional, Paula Berbert, a quem também quero agradecer.

Aos meus tios, Tânia e João, por todo o apoio e carinho que me dedicam, especialmente nesta etapa atual de vida. Ao J. pelas correções e paciência, fundamentais para a conclusão do trabalho.

À Amanda pelos dias de recolhimento, com alegria e palavras de incentivo.

Aos meus pais, Lécio e Kátia, que sempre me apoiaram incondicionalmente a seguir em frente para concretizar esta importante etapa acadêmica e pessoal. À eles, meus pais, dedico este trabalho!

RESUMO

O relacionamento entre governo e sociedade é potenciado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sendo verificado nas possibilidades de acesso a um conjunto de dados públicos, interessando ao presente trabalho as bases de dados públicas na área cultural, mais especificamente a base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil - PRONAC, passível de ser consultada a partir da plataforma governamental correspondente.

As possibilidades de uso, reúso e redistribuição desta base de dados são aqui estudadas e debatidas, examinando-se diferentes questões, tais como o direito de acesso à informação no Brasil, a promoção da abertura dos dados governamentais e o seu potencial cívico.

A partir de entrevistas, da observação estruturada das plataformas envolvidas e da análise documental, esta dissertação objetiva a identificação dos atores envolvidos na publicação e intermediação desta base de dados, as suas características, competência e motivações.

Os resultados evidenciam a existência, para além da entidade governamental, de atores da sociedade civil que se apropriam e dão novos usos à base de dados do PRONAC, atuando como intermediários destes dados. Tais iniciativas são examinadas à luz dos princípios dos dados abertos e observados os percursos das mesmas, confrontando-se distintas abordagens desde a obtenção até a publicação dos dados.

São identificados desafios técnicos, legais e culturais a serem ultrapassados para a abertura efetiva dos dados. Acentua-se a atividade dos intermediários dos dados, com expressão de uma participação cívica sem precedentes e no surgimento de uma mudança do “contrato social entre o Estado e o cidadão”.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Apoio à Cultura, PRONAC, dados governamentais, dados abertos, intermediários de dados, Ministério da Cultura, Brasil, Sistema de Apoio às Leis de incentivo à Cultura

ABSTRACT

The relationship between the government and society is enhanced by Information and Communication Technologies (ICT) and verified by the existing possibilities to access a set of public data. The present work focuses on public databases in the cultural area, specifically the database of the National Program for Support of Culture in Brazil - PRONAC, which can be accessed from the corresponding government platform.

The possibilities of use, reuse and redistribution of this database are the object of study and debate here as different issues such as the right of access to information in Brazil, the promotion of open government data as well as their civic potential, are examined.

Through interviews, structured observation of the relevant platforms and documentary analysis, this dissertation aims to identify the main protagonists involved in the publication and intermediation of this database along with their characteristics, competence and motivations.

The results demonstrate that, in addition to the governmental body, there are also civil society actors who appropriate and give new uses to the PRONAC database, acting as intermediaries of these data. Such initiatives are examined in the light of the principles of open data and, having observing these, through confronting the different approaches from the moment the data is obtained through to its publication.

Technical, legal and cultural challenges are identified as elements to be overcome in order to allow the effective opening of the data. The data intermediaries activity is also emphasized, through unprecedented civic participation and the emergence of a change in the social contract between the state and the citizen.

KEYWORDS: National Program of Support to Culture, PRONAC, government data, open data, data intermediaries, Ministry of Culture, Brazil, support system for laws of Incentive to Culture.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1.1.Dados: um novo modo de estruturar a experiência humana.....	3
1.2. Os tipos de dados.....	5
1.2.1.Dados abertos.....	7
1.3. O direito aos dados.....	10
1.3.1 Uma análise do quadro legal e institucional brasileiro.....	10
1.3.2. Licenças para dados abertos.....	13
1.4. O potencial cívico dos dados.....	15
1.5. Entender e comunicar os dados.....	18
1.6 Referencial teórico da pesquisa.....	20
CAPÍTULO II. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	21
2.1. A observância dos princípios dos dados abertos.....	22
2.2. Estudo de caso.....	23
2.2.1. Entrevistas.....	25
2.3. Análise de conteúdo.....	26
CAPÍTULO III. O ATOR GOVERNAMENTAL: O SALICNET.....	27
3.1. A cultura digital no Ministério da Cultura.....	27
3.2. Os dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura.....	28
3.3. O sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura: Novo Salic.....	32
3.4. A plataforma de consultas governamental: o SalicNet.....	35
3.4.1 As possibilidades de consultas no SalicNet.....	37
3.5. Uma nova versão: o Comparar.....	39
CAPÍTULO IV. CIVIC HACKING: A PLATAFORMA MOSTRE!ME CULTURA.....	41
4.1.A recolha da base de dados: extrair da máquina.....	42
4.2. Uma plataforma de acesso a base de dados.....	45
4.2.1. Os utilizadores da plataforma.....	47
4.3.Propostas de visualização para análises públicas.....	50

CAPÍTULO V. SOCIEDADE CIVIL: MAPA DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS	53
5.1.A disponibilização dos dados: um paralelo entre Golias e a burocracia.	54
5.2.O site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.....	56
CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	59
6.1.A abertura dos dados PRONAC	59
6.2. Os novos intermediários da base de dados do PRONAC	63
6.3. Os desafios legais e técnicos e as barreiras culturais para a publicação dos dados.....	65
6.4.Do acesso aos dados à construção de sentido	67
6.5.Integrar a base de dados do PRONAC nas políticas culturais.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
FONTES	73
BIBLIOGRAFIA	75
WEBGRAFIA.....	81
ANEXOS	1
Anexo A - Guião das entrevistas	1
Anexo B - Transcrição das Entrevistas.....	3
Carlos Paiva e Rômulo Barbosa – SEFIC/MinC	3
Rafael Polo, Plataforma Mostre!me Cultura	6
Fernanda Pacini e Ronaldo de Moura, Mapa de Financiamento de Projetos Culturais	12
Gisele Craveiro, professora doutora da USP.	20
Anexo C - Pedido de acesso à informação através do e-SIC.....	24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Hierarquia do conhecimento	4
Figura 1.2. Diagrama relacional dos dados	5
Figura 1.3. Modelo de referência para o processo de visualização	19
Figura 1.4. Referencial teórico de pesquisa	20
Figura 2.1. Triangulação dos dados	21
Figura 3.1. Dados do PRONAC disponibilizados no Sistema Salic.....	30
Figura 3.2. Formulário de cadastro de nova proposta cultural	33
Figura 3.3. Formulário de cadastro de proponente	33
Figura 3.4. Identidade do SalicWeb e do Novo Salic	34
Figura 3.5. Mapa de consultas	37
Figura 3.6. Quadro comparativo e quantitativo do mecenato.....	38
Figura 3.7. Gráficos de quadros comparativos	38
Figura 3.8. Consulta por projetos e as suas relações	39
Figura 4.1. Modelo da extração dos dados	43
Figura 4.2. Filtros de pesquisa	46
Figura 4.3. Consulta por projetos, exemplo “Lisboa”	46
Figura 4.4. Fluxo de comportamento dos utilizadores	47
Figura 4.5. Mensagens recebidas: pedidos de informação	48
Figura 4.6. Mensagens recebidas: pedidos de retirada de dados	49
Figura 4.7. Quadrantes por área cultural	50
Figura 4.8. Quadrantes por segmento cultural.....	51
Figura 4.9. Mapa de contextos.....	51
Figura 5.1. Página inicial do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.....	57
Figura 5.2. Consulta a base de dados PRONAC	58
Figura 6.1. Avaliação de acessibilidade	61
Figura 6.2. Ficha de cadastro	62
Figura 6.3. Resultado da validação dos princípios de dados abertos.....	63

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. Os oito princípios de dados governamentais abertos.....	8
Quadro 1.2. As três leis de dados governamentais abertos.....	9
Quadro 1.3. As cinco estrelas da publicação de dados abertos	9
Quadro 1.4. Marcos da abertura da informação no governo brasileiro.	11
Quadro 1.5. Licenças aplicáveis a dados abertos.	14
Quadro 2.1. Objetivos e etapas da pesquisa.	21
Quadro 2.2. Critérios de validação dos princípios de dados abertos	22
Quadro 2.3. Justificação da escolha do estudo de caso	23
Quadro 2.4. Entrevistas realizadas.....	24
Quadro 3.1. Áreas culturais e respectivos segmentos culturais.....	31
Quadro 6.1. Validação dos princípios de dados governamentais abertos.....	60

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CC: Creative Commons

CFNC: Comissão do Fundo Nacional da Cultura

CGU: Controladoria Geral da União

CNIC: Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

DGA: Dados Governamentais Abertos

DSI/SLTI: Diretoria de Sistemas de Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

E-MAG: Programa de Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico Brasileiro

e-PING: Programa de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico Brasileiro

E-SIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

GPL: General Public License

INDA: Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

INFOVIS: Visualização da Informação

LAI: Lei de Acesso à Informação

MINC: Ministério da Cultura

OD: Open Definition

OGP: Open Government Partnership (Parceria para Governo Aberto)

OKF: Open Knowledge Foundation

ONG: Organização Não-Governamental

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OECD: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

PDF: Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

SISTEMA SALIC: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

SEFIC: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

TCU: Tribunal de Contas da União

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação

W3C: World Wide Web Consortium

INTRODUÇÃO

No âmbito do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), emerge um novo paradigma tecnológico que faculta as possibilidades da recriação das estruturas de dados. Na base desta nova sociedade - fundamentada por autores como Bell (1973), Benkler (2006), e definida por Castells (2002) como a “Sociedade da Informação” - o volume de dados é cada vez maior. Para Cardoso *et al.* (2004: 75) as TIC “vieram aumentar de modo quase ilimitado a capacidade humana (...) para informar e ser informado, para conhecer e saber” e, neste sentido, podem promover a interação entre o governo e a sociedade, ao possibilitar aos cidadãos o acesso a um conjunto de dados valiosos (Tauberer, 2011). Parte do volume destes dados é público e de interesse social, o que coloca em pauta a importância da abertura dos dados, pressuposto presente na Agenda Digital para a Europa (Comissão Europeia, 2013).

A abertura de dados é um processo recente e com características peculiares em cada país. No Brasil, país convidado para compor a Parceria para Governo Aberto (OGP), algumas iniciativas demonstram o interesse no desenvolvimento de projetos que utilizem as bases de dados públicas, através de concursos que convidam à apropriação desta agenda. A base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil (PRONAC) é reconhecida como parte integrante daquelas bases e objeto de estudo desta pesquisa.

O objetivo do presente estudo é responder a perguntas, tais como: quem são os atores envolvidos no uso, reuso e redistribuição da base de dados do PRONAC; as suas características; as suas motivações; as suas competências; os desafios nesse processo e os resultados contingentes. É parte desta pesquisa verificar a adesão a padrões internacionalmente reconhecidos, designadamente os princípios de dados governamentais abertos, de forma a elevar a abordagem do vetor cultural, no lugar do vetor tecnológico.

Para tanto, foi feita a observação estruturada das plataformas *online* que permitem consultas à base de dados do PRONAC, a partir da identificação de três casos, o SalicNet, o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais e a Plataforma Mostre!me Cultura, bem como entrevistas semiestruturadas, seja com os gestores das plataformas envolvidas, seja com uma especialista na matéria.

O SalicNet é o portal de consulta dos projetos submetidos ao Ministério da Cultura do Brasil (MinC), disponibilizado através da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura (SEFIC). As outras duas plataformas constituem casos onde os dados foram obtidos por meio de demandas baseadas em leis de liberdade de informação ou extraídos da base de dados governamental, respectivamente, o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais e a Plataforma Mostre!me Cultura.

A dissertação agora apresentada, além da presente introdução e das considerações finais, divide-se em seis capítulos. No capítulo primeiro é apresentado o referencial teórico adotado para a pesquisa, tendo para tanto sido considerada a necessidade de contextualização, através da revisão de literatura relativa aos

principais conceitos que pontuam o tema em estudo. Esta revisão é importante para melhor compreender as possibilidades que envolvem a abertura de dados nas relações entre governo e sociedade civil, sempre presentes ao longo da pesquisa. O capítulo segundo expõe a abordagem metodológica adotada, eminentemente qualitativa.

O estudo empírico é desenvolvido a partir do terceiro capítulo com o caso do ator governamental, seguindo-se os casos da sociedade civil, a Plataforma Mostre!me Cultura no capítulo quarto, e o *site* Mapa de Financiamento de Projetos Culturais no capítulo quinto.

Observa-se o papel destes últimos atores intervenientes como intermediários no acesso à base de dados do PRONAC. São projetos criados de modo independente, sobre os quais o governo não possui gerência e que surgem a partir da auto-organização da sociedade civil e do movimento da promoção do acesso livre aos dados, com motivações que radicam em diferentes problemáticas, desde a identificação de necessidades próprias à intenção de oferecer uma consulta mais especializada dos dados do PRONAC. As diferentes abordagens na obtenção dos dados são enfatizadas através da verificação da disponibilização, ou não, dos dados, por parte dos órgãos responsáveis.

Os resultados da pesquisa e as conclusões são apresentados no sexto capítulo e nas considerações finais. Segue-se a indicação das fontes, das referências bibliográficas e da webgrafia. Dos anexos constam os guiões, as transcrições das entrevistas realizadas e os relatórios do pedido de acesso à informação através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Visa-se com o presente trabalho possibilitar o reforço do conhecimento da base de dados do PRONAC e contribuir para a melhor compreensão das iniciativas de publicação de dados governamentais. A pesquisa é uma tentativa, tal como propõe Drew (1980) citado por Bell (1997: 14), de resolver problemas e alargar conhecimentos, sendo, portanto, um esforço que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente.

CAPÍTULO I. REVISÃO DA LITERATURA

1.1.Dados: um novo modo de estruturar a experiência humana

Simples observações sobre o estado do mundo. Assim Thomas Davenport e Laurence Prusak (1998) definem dados. Os autores corroboram com Barbieri (1994), quando este relaciona os dados a fatos e eventos, sendo apenas a representação de algo que ocorre na realidade (Gattoni, 2000: 16). Porém, Setzer (2001) assinala que os dados podem ser gerados por computadores, sem a necessidade de vínculo com fatos do mundo real. O termo é frequente na literatura especializada das áreas de ciência da informação e documentação (Lancaster, 1996; Le Coadic, 1996) sob o prisma da gestão do conhecimento e da administração (Nonaka e Takeuchi, 1997; Edvinsson e Malone, 1997; Davenport e Prusak, 1998, 2000; Sveiby, 1998; Choo, 2006) e referido nas ciências da comunicação e cultura através de autores como Richard Saul Wurman (1991) e Lev Manovich (2001, 2004, 2011a, 2013).

Setzer (2001) considera que os dados são uma sequência de símbolos, fotos, figuras ou sons, que não possuem significado para além da descrição sintática, o que significa dizer que podem ser de leitura incompreensível. Devido a sua característica quantificável, os dados podem ser armazenados e processados, o que não ocorre com a informação, que precisa ser reduzida a dados para o seu processamento¹. Cavalcanti (2008) confirma a forma analógica ou digital dos dados, passível de serem submetidos a processamento manual ou automático - podem ser feitas por pessoas ou por tecnologia apropriada (Davenport, e Prusak, 1998: 19). Como referido, os dados não possuem sentido por si só, não sendo mais do que matéria-prima passível de ser utilizada na produção de informações. Neste sentido, poder-se-á afirmar que *as informações são dados dotados de relevância e propósito* (Drucker, 1998 citado por Davenport e Prusak, 1998: 19).

Embora exista um antigo debate acerca dos conceitos de dado, informação e conhecimento, os autores divergem quanto ao seu grau de relacionamento. Enquanto Devlin (1999) propõe que é essencial compreender as distinções sutis entre os conceitos, Setzer (2001) considera que as diferenças entre eles são enormes. Apesar das divergências, assume-se que são elos fundamentais no processo de comunicação, frequentemente mencionada como a pirâmide do conhecimento (Chaffey e Wood, 2005; Rowley, 2007; Frické, 2008). Pirâmide esta normalmente creditada a Ackoff (1989), hierarquicamente estruturada em quatro patamares. Nas discussões e literatura sobre o tema, as definições não são consensuais, sendo inclusos, por vezes, conceitos como o de compreensão, discutido pelo próprio Russell Ackoff (1989) e o de competência, discutido por Setzer (2001). Em uma abordagem à pirâmide do conhecimento, o designer

¹ Desmistifica-se, assim, a expressão “processamento de informação”, sendo somente possível o “processamento de dados” nos computadores (Setzer, 2001).

Nathan Shedroff (1999) ilustra como os dados, através de uma seleção e organização, conduzem a assimilação do conhecimento (Figura 1.1).

Figura 1.1. Hierarquia do conhecimento



Fonte: Shedroff (1999: 271), adaptado pela autora.

Este processo fundamental também foi ilustrado², diferentemente, por Tuthill (1990) e Bellinger *et al.* (2004). O estudo deste modelo releva para a hipótese da produção de dados ser superior à capacidade atual de processar e transformar os dados em informação (Wurman, 1991; Manovich, 2011) tema que será examinado adiante, com mais profundidade, no subcapítulo 1.5.

É importante apontar, no estudo deste tema, o trabalho do pesquisador Lev Manovich, que supera a dimensão do caráter tecnológico dos dados, ao conceber uma base de dados³ como *forma cultural*. Para o autor, a tecnologia do computador introduz a forma de expressão da base de dados, e a consolidação da Internet (Castells, 2001) favorece o seu uso. No capítulo *The Database* do livro *The Language of New Media*, Manovich considera:

They appear as a collection of items on which the user can perform various operations: view, navigate, search. (...) It is this sense of database as a cultural form of its own which I want to address here. Following art historian Ervin Panofsky's analysis of linear perspective as a "symbolic form" of the modern age, we may even call database a new symbolic form of a computer age (or, as philosopher Jean-Francois Lyotard called it in his famous 1979 book *Postmodern Condition*, "computerized society"), a new way to structure our experience of ourselves and of the world. Indeed, if after the death of God (Nietzsche), the end of grand

² A ilustração está disponível em: <http://www.systems-thinking.org/kmbh/kmbh.htm>, consultado em agosto de 2015.

³ O termo em inglês *database* utilizado na obra do autor Lev Manovich é traduzido nas publicações portuguesas como base de dados e mais comumente traduzido como banco de dados nas publicações do Brasil. Os termos entretanto possuem o mesmo significado sendo que nesta dissertação opta-se pelo uso do termo base de dados. O termo é mais frequente a partir da década de 70, sendo popularizado com o avanço da computação e da necessidade de organizar grandes quantidades de dados. A sua principal característica reside no fato de os dados formarem um conjunto estruturado.

Narratives of Enlightenment (Lyotard) and the arrival of the Web (Tim Berners-Lee) the world appears to us as an endless and unstructured collection of images, texts, and other data records, it is only appropriate that we will be moved to model it as a database. But it is also appropriate that we would want to develop poetics, aesthetics, and ethics of this database (Manovich, 2001: 219).

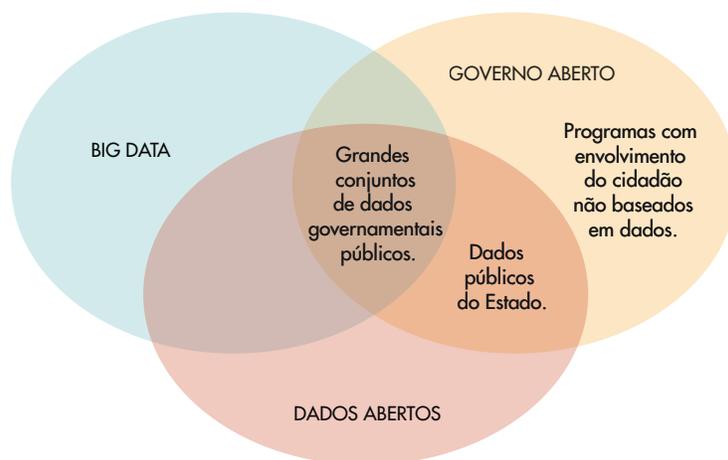
Deste modo, o autor reconhece a base de dados como metáfora cultural simbólica da era do computador, uma nova forma de estruturar a experiência sobre nós mesmos e sobre o mundo.

1.2. Os tipos de dados

Conforme apontado anteriormente, verifica-se na literatura especializada o interesse sob diferentes perspectivas na temática dos dados. Entretanto são dissonantes as definições dos tipos de dados encontrados. Este subcapítulo procura conceitualizar, através de uma revisão da literatura, *dados abertos* e *dados governamentais abertos* (DGA), definições importantes por sua particular relevância para o desenvolvimento deste trabalho, e diferenciá-los do *big data*⁴.

Relativamente ao debate de diferenciação entre os tipos de dados, é possível encontrar uma série de diagramas, produzidos pela comunidade interessada, a exemplo do publicado no relatório *McKinsey Global Institute* (2013). Opta-se aqui por se apresentar o diagrama proposto por Joel Gurin (2013), que ilustra as relações entre o *big data*, os dados abertos e o conceito de governo aberto, fundamental para a compreensão dos dados governamentais abertos. Analisar-se-á, em seguida, cada um dos elementos que compõe este modelo relacional (Figura 1.2).

Figura 1.2. Diagrama relacional dos dados



Fonte: Joel Gurin (2013), adaptado pela autora.

⁴ O termo inglês “*big data*” pode ser traduzido em português como “megadados”.

O *Open Data Institute*⁵ pontua que não há uma definição formal para o *big data*, apesar da recente popularidade do termo nos media e dos estudos que compreendem o tema. (Laney, 2001; Bollier, 2010; Boyd *et al.*, 2012; Oracle, 2012; Zikopoulos *et al.*, 2012; Krishnan, 2013) Para Manovich (2011) o termo tem sido usado para referir as grandes quantidades de dados que requerem a utilização de uma ampla capacidade de computação. Além disso, o autor considera que a popularidade do termo não contribui para uma definição qualitativa rigorosa. A maior parte das investigações, tal como a de Demchenko (2013), aborda as dimensões do *big data* – como o volume, a velocidade e a variedade, que formam alguns dos *V's of big data* (Laney, 2001; Dumbill, 2012) – e as motivações para o seu desenvolvimento dentro das organizações.

Outro elemento que compõe o diagrama da figura 1.2 é o governo aberto, conceito introduzido na agenda da ação presidencial do Barack Obama aquando do primeiro mandato, ao firmar o memorando sobre transparência e governo aberto (The White House, 2009). Desde então, verifica-se a utilização do termo com mais frequência. Apesar de ser um fenómeno recente, o governo aberto é tema continuamente estudado, de acordo com as iniciativas em curso (Calderón e Lorenzo, 2010; Noveck, 2010; Ramírez-Alujas, 2012; Ming-Tun Yu e Robison, 2012; Weinstein e Goldstein, 2012).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD) considera que existem três princípios fundamentais do governo aberto – a responsabilização e prestação de contas (do inglês *accountability*)⁶, a transparência e a participação social (OCDE, 2004).

No Brasil, a relevância do tema é evidenciada com a participação do país como co-fundador na Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* – OGP) e a assinatura da Declaração de Governo Aberto (OGP, 2011a), através da qual é acolhida a reivindicação da sociedade por maior abertura dos governos, em consonância com os princípios e objetivos de um governo aberto. Esta declaração incorpora, para além dos três princípios já mencionados, a tecnologia e a inovação.

As iniciativas referentes a governo aberto, no país, são também objetos de outros diplomas legais, que serão adiante referidos no subcapítulo 1.3 (*infra*, p. 11).

Ramírez-Alujas (2012) acentua que uma das bases do governo aberto é a abertura dos dados públicos, ideia corroborada por autores como Demchak, Friis e La Porte (2000). Esta ideia concebe os dados governamentais como bens de domínio público, que devem ser acessíveis ao cidadão. Neste contexto, os dados são denominados dados governamentais abertos (DGA).

⁵ Mais informações em <http://theodi.github.io/data-definitions/>, consultada em agosto de 2015.

⁶ As discussões na literatura especializada frequentemente utilizam o termo *accountability*, que pode ser traduzido como responsabilização e prestação de contas ou controlo social.

Nas definições dos tipos de dados é essencial ainda enquadrar os dados pessoais, relevantes principalmente em matéria de privacidade e proteção de dados na sociedade em rede. Autores como Castells (2001) abordam sobre a privacidade e liberdade no ciberespaço.

O Manual da legislação europeia sobre proteção de dados define dados pessoais como “qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável” (Comissão Europeia, 2014). Entretanto há diferentes abordagens e regulamentações no tratamento dos dados pessoais, de acordo com cada território. Castells e Cardoso apontam que o tema destaca-se como aspeto particularmente sensível “podendo conduzir a conflitos ligados à questão do direito à privacidade e das liberdades cívicas” (2006: 210). Os autores destacam ainda os dados pessoais como componentes de empoderamento, o que representa um desafio para os governos.

1.2.1.Dados abertos

Para uma definição de dados abertos, recorre-se ao conceito de conhecimento aberto, que estabelece os princípios que definem a abertura em relação a dados e conteúdos. A *Open Definition (OD)*⁷ é um projeto da *Open Knowledge Foundation*, organização que apoia e coordena uma rede internacional de entidades interessadas na abertura de informações. A OD estabelece que só há conhecimento aberto se houver liberdade para aceder, utilizar, modificar e compartilhar o conhecimento. Esta definição é derivada do *Open Source*⁸, que determina as condições para um código aberto.

De acordo com a OD, o conhecimento aberto compreende diferentes conteúdos, como música, filmes, livros, dados e ainda informação governamental. Uma obra⁹ é aberta quando a sua forma de distribuição satisfaz condições como a disponibilidade e acesso, bem como o seu reuso, redistribuição e a participação universal¹⁰. A definição de conhecimento aberto conduz-nos assim, ao estabelecimento das condições para os dados abertos.

O Manual dos dados abertos (W3C Brasil, 2011), traduzido e adaptado para português do *Open Data Manual* (OKF, 2011), elaborado pela *Open Knowledge Foundation* e seus colaboradores, aborda de forma integrada os conceitos de dados abertos e dados governamentais abertos, tal como ocorre com frequência na literatura especializada. Alguns princípios enunciados, embora originariamente referidos a dados abertos governamentais, podem ser transpostos para os dados abertos em geral (CGU, 2014).

⁷ <http://opendefinition.org>, consultado em julho de 2015.

⁸ Mais informações disponível em <http://opensource.org/osd-annotated>, consultado em julho de 2015.

⁹ O termo obra é utilizado para indicar o ítem de conhecimento a tratar.

¹⁰ Para as condições detalhadas, ver <http://opendefinition.org/od/1.1/pt/>, consultado em julho de 2015.

O termo dados governamentais abertos ganha destaque com a publicação do *Open Government Working Group* no encontro realizado em 2007 que reuniu pesquisadores e ativistas interessados no tema de dados abertos, entre eles Lawrence Lessig¹¹, Tim O’Reilly¹², além dos fundadores de organizações pioneiras no uso dos dados abertos (*Sunlight Foundation, My Society e GovTrack*). O conjunto de princípios designado “*The 8 principles of open government data*”¹³ é apresentado no quadro 1.1.

Quadro 1.1. Os oito princípios de dados governamentais abertos

1. Completo	Todos os dados públicos devem ser disponibilizados. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a restrições de privacidade, segurança ou privilégios de acesso
2. Primário	Os dados devem ser coletados na fonte com o maior nível de detalhamento possível, e não de forma agregada ou modificada
3. Oportuno	Sua disponibilidade deve ser feita tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor dos dados
4. Acessível	Os dados devem estar disponíveis para a mais ampla gama de utilizadores e as mais diversas finalidades
5. Processável por máquinas	Os dados devem ser razoavelmente estruturados de modo a permitir o processamento automatizado
6. Não-discriminatório	Os dados devem estar disponíveis para qualquer pessoa, sem necessidade de registo
7. Não-proprietário	Os dados devem estar disponíveis em um formato sobre o qual nenhuma entidade tem o controlo exclusivo
8. Livre de licenças	Os dados não estão sujeitos a quaisquer direitos de autor, patentes, marcas comerciais ou regulamento secreto Pode ser permitida uma razoável privacidade e restrições de privilégio e segurança

Fonte: Malamud e O'Reilly (2007), traduzido pela autora.

Destaca-se a importância da publicação em tempo adequado, bem como do fornecimento dos dados brutos¹⁴, com o menor nível de desagregação e granularidade possível (Malamud e O'Reilly, 2007; Transparency International Georgia, 2012 *citado por* ODDC, 2013).

Em 2009, David Eaves, especialista em políticas públicas e ativista dos dados abertos contribuiu para o tema com a proposta de três leis de dados governamentais, adotadas pelo *World Wide Web Consortium (W3C)*¹⁵ e aceites pela comunidade interessada (Quadro 1.2).

¹¹ Lawrence Lessig é um dos fundadores do *Creative Commons*, defensor da Internet livre e quem cunhou o conceito de *free culture*, em português, cultura livre.

¹² Tim O’Reilly é *publisher* da *O’Reilly Media* uma das mais influentes editoras da área de Tecnologia da Informação e quem cunhou a expressão *web 2.0*.

¹³ Disponível em <http://opengovdata.org/>, consultado em agosto de 2015.

¹⁴ Em informática os dados brutos (do inglês - *raw data*) designam os dados recolhidos e estocados tal qual foram adquiridos, sem terem sofrido tratamento.

¹⁵ O W3C desenvolve uma série de ações para fomentar a publicação de dados abertos e tem sido um ator fundamental na interlocução entre governo e sociedade, disponível em <http://www.w3c.org/>, consultado em julho de 2015.

Quadro 1.2. As três leis de dados governamentais abertos

1	Se o dado não pode ser encontrado e indexado, ele não existe
2	Se não estiver disponível em formato aberto e compreensível por máquinas, ele não pode ser reaproveitado
3	Se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil

Fonte: David Eaves (2009), traduzido pela autora.

De forma a complementar os oito princípios e as três leis de DGA, o quadro a seguir apresenta o modelo proposto por Tim Berners-Lee (2010) estruturado em cinco níveis e escalonados por estrelas (Quadro 1.3).

Quadro 1.3. As cinco estrelas da publicação de dados abertos

★ ★ ★ ★ ★	Os dados estão disponíveis na Web, independente de formato, mas usando uma licença aberta
★ ★ ★ ★ ★	Os dados são disponibilizados como dados estruturados legíveis por máquinas
★ ★ ★ ★ ★	O formato utilizado é um formato não-proprietário
★ ★ ★ ★ ★	Todos os anteriores, mais o uso de formatos abertos W3C (RDF e SPARQL) que permitam sua identificação e referência
★ ★ ★ ★ ★	Todos os anteriores, mais os dados ofertados serem ligados a outros dados, o que permite prover contexto

Fonte: Berners-Lee (2010), traduzido pela autora.

O modelo surge da necessidade de avaliação e qualificação das publicações de dados abertos, do ponto de vista dos utilizadores de dados, constituindo referência para a criação de outros modelos¹⁶. De acordo com o autor, o modelo propõe-se incentivar as diversas entidades, em especial as governamentais, a converter os dados em *Linked Open Data*.

Operado através da pergunta “*Is your Linked Open Data 5 Star?*” (Berners-Lee, 2010) o modelo baseia-se em tecnologias como a Web Semântica¹⁷ (Berners-Lee *et al.*, 2001). Esta tecnologia motivou a criação de padrões e formatos aptos a integrar, num mesmo sistema, dados oriundos de diferentes fontes. Uma destas iniciativas é o *Linked Data* (Berners-Lee, 2006).¹⁸

¹⁶ Um destes modelos é o *5-star Deployment Scheme for Open Data*, disponível em <http://5stardata.info/>, consultado em setembro de 2015.

¹⁷ Com o intuito de fornecer sentido lógico e semântico aos computadores, a *web* Semântica é proposta para que as máquinas possam servir de forma mais eficiente.

¹⁸ O *Linked Data* descreve um conjunto de práticas para publicar e conectar dados estruturados na *web*, que estão a ser cada vez mais adotadas e resultam na *web* de dados (Herman e Beeman, 2012).

1.3. O direito aos dados

1.3.1 Uma análise do quadro legal e institucional brasileiro

Neste subcapítulo abordar-se-á brevemente a literatura sobre o direito de acesso à informação no Brasil, no contexto das TIC como ferramentas para o fortalecimento dos processos democráticos e para a promoção da abertura dos dados (OGP, 2011b). Relativamente ao acesso à informação, verifica-se que os avanços nas TIC “mudaram por completo a relação das sociedades com a informação e do Estado com a sociedade” (Malin, 2012: 4).

João Esteves (2007: 10) referira a necessidade de “uma política geral e formas de regulação concretas capazes de promover uma defesa do interesse público em tudo o que envolve as novas tecnologias de comunicação e informação (a começar pela sua acessibilidade)”. No Brasil, os mecanismos jurídicos de acesso à informação pública, não ultrapassam três décadas. Na pioneira Suécia, o marco legal de acesso à informação data do século XVIII, remontando aos ideais iluministas da época e à abertura do governo ao escrutínio público, em oposição aos ideais absolutistas (Craveiro, 2012).

Durante o período do regime militar brasileiro, iniciado em 1964, o sigilo foi a regra para as ações governamentais, com o conseqüente fortalecimento de uma cultura de falta de transparência no âmbito público (Lopes, 2007: 32). Após a redemocratização do país, em 1985, o acesso à informação pública passou a ser um direito fundamental de qualquer cidadão, consagrado no artigo 5º da Constituição Federativa de 1988, ao estabelecer que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (Brasil, 1988). Porém, após a sua promulgação, apenas se verificou a regulamentação da informação considerada sigilosa, ou seja, da exceção. Neste contexto, o segredo “torna-se uma barreira a um controle efetivo da sociedade em geral e dos governantes em particular sobre a burocracia (...)” (Sanchez, 2003: 96). O modelo estabelecido favorecia, em suma, uma “cultura de segredo” (CGU, 2012: 13).

Há pelo menos uma década¹⁹ diversas camadas da sociedade civil passaram a organizar-se, na promoção da discussão do tema, com o intuito de pressionar o poder público a publicação de uma regulamentação explícita. Diversos marcos sustentam o processo de abertura da informação e culminaram na promulgação e publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), entrada em vigor em 2012. Os marcos da abertura da

¹⁹ A exemplo do Fórum de Direito de Acesso à Informações Públicas, Abraji, no ano de 2009.

informação no governo brasileiro são apresentados, com base nas informações disponíveis pela OGP (2011b: 5), no quadro 1.4.

Quadro 1.4. Marcos da abertura da informação no governo brasileiro.

1988	Constituição Federativa de 1988	2009	Aprovada a Lei Complementar nº 131 ²⁰
1991	Lei de Arquivos, lei 8.159/1991 ²¹	2010	Portal da Transparência disponibiliza os dados atualizados diariamente
1997	Portal ComprasNet ²²	2011	Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (OGP)
	Lei do Habeas Data, lei 9.507/1997 ²³		Criação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)
2000	Lei de Responsabilidade Fiscal, lei complementar nº 101, de maio de 2000 ²⁴		Publicada a Lei de Acesso à informação (LAI), lei 12.527, de novembro de 2011
2003	Criação da Controladora Geral da União (CGU)	2012	1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial)
2004	Lançamento do Portal da Transparência ²⁵		Portal Brasileiro de Dados Abertos ²⁶
2008	Portal de Convênios e Contratos de Repasse ²⁷		Entrada em vigor da LAI

Fonte: elaborado pela autora.

Apesar de estar em vigor desde maio de 2012, a LAI foi elaborada paralelamente com as discussões sobre o governo aberto. Guimarães (2014) relata que houve uma pressão por parte do governo para que a lei fosse aprovada – especificamente da Controladoria Geral da União (CGU) – antes do

²⁰ A Lei Complementar nº 131 obriga a União, os estados, o distrito federal e os municípios a divulgarem, em tempo real e na internet, informações detalhadas sobre sua execução orçamentária e financeira.

²¹ A Lei de arquivos dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm, consultado em julho de 2015.

²² Comprasnet é a plataforma para operar processos eletrônicos de aquisições e disponibilizar informações referentes às licitações e contratações promovidas pela administração pública federal. Disponível em <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, consultado em julho de 2015.

²³ A Lei do *Habeas Data* regula o direito de acesso à informações e dispõe acerca do rito processual do habeas data. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9507.htm, consultado em julho de 2015.

²⁴ A Lei de Responsabilidade Fiscal impôs aos gestores públicos normas para uma gestão fiscal planejada e transparente, obrigando-os a divulgar periodicamente prestações de contas e relatórios. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm, consultado em julho de 2015.

²⁵ Regulamentado pelo Decreto nº 5.482 de junho de 2005, que dispõe sobre a divulgação na Internet de dados e informações pelos órgãos públicos no âmbito federal. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, consultado em julho de 2015.

²⁶ Disponível em <http://dados.gov.br/>, consultado em julho de 2015.

²⁷ O Portal dos Convênios é uma iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), lançado em setembro de 2008, com o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe a realidade das aplicações das transferências voluntárias da União. Disponível em <https://portal.convenios.gov.br>, consultado em julho de 2015.

lançamento da OGP e, embora tal não tenha ocorrido, a LAI representa um marco para a instituição da OGP no país (Guimarães, 2014: 25).

Com a entrada em vigor da LAI, o Brasil tornou-se o 90º país a adotar uma lei de acesso à informação pública e um dos últimos países da América do Sul a fazê-lo (Malin, 2012). A LAI situa-se entre as quinze leis mais qualificadas, num conjunto de noventa e três países, segundo o *Global Right to Information Ranking*²⁸. Obriga todos os poderes públicos e as entidades privadas sem fins lucrativos a cumprir regras mínimas de transparência ativa²⁹ e a responder a pedidos de informação através do sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão³⁰ (E-SIC), impondo a publicidade como regra e o sigilo como exceção (Artigo19, 2012).

O texto da LAI, no artigo oitavo, no que se refere ao exercício do direito ao acesso e aos dados abertos, faz menção à importância da disponibilização de dados abertos e estabelece requisitos mínimos, de forma a “possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina” (BRASIL, 2011). O texto final reflete assim a influência das discussões tidas sobre dados abertos e, de acordo com Caroline Burle, as origens e estratégias do movimento de acesso à informação e dos princípios dos dados abertos são distintas mas “o avanço das tecnologias digitais faz com que essas duas abordagens se cruzem e faz dos princípios de dados abertos cada vez mais relevantes para o exercício do direito de acesso” (Burle *et al.*, 2015: 13), possuindo assim uma plataforma comum de ação.

Cabe considerar que apesar de o Brasil ainda “não possuir uma regulamentação própria para dados governamentais abertos, recaindo sobre a LAI versar sobre o formato e características dos dados” (Burle *et al.*, 2015: 6), foi elaborado um projeto para instituir a Lei de Dados Abertos (PL 7804/14)³¹, pendente na câmara dos deputados, e que até o momento da finalização deste trabalho, consta em tramitação sujeita à *apreciação conclusiva pelas comissões*. O projeto visa garantir o acesso da população aos chamados dados primários, produzidos, coletados ou armazenados de maneira direta ou indireta por órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. De acordo com o seu autor a abertura de informações, como previsto na LAI, é apenas uma parte de um processo de ampla transparência e participação³².

²⁸ Os indicadores do *Global Right to Information Ranking* estão disponíveis em: <http://www.rti-rating.org/>, consultados em agosto de 2015.

²⁹ Neste caso, o cumprimento não depende de uma solicitação.

³⁰ Disponível em <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?returnurl=%2fsistema%2f>, consultado em setembro de 2015.

³¹ O Projeto de Lei pode ser acompanhado em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=620193>, consultado em setembro de 2015.

³² Pedro Paulo, deputado em entrevista à Câmara Notícias. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/administracao-publica/480650-proposta-cria-lei-de-dados-abertos-para-reforçar-transparencia-do-poder-publico.html>, consultado em julho de 2015.

1.3.2. Licenças para dados abertos

O debate sobre a disponibilização de dados compreende conceitos anteriormente versados neste trabalho, como a *Open Definition*, as três leis e os oito princípios dos DGA, que ajudam na percepção dos aspetos legais que enquadram a abertura de dados, visto que um dispositivo legal ou a ausência de uma licença livre, podem impedir o acesso, a utilização ou a replicação do dado. Importará, pois, compreender a discussão sobre as formas de licenciamento dos dados. Este subcapítulo revê as licenças para dados, nas perspectivas da abertura, adotando como referência o conteúdo reunido pelo governo brasileiro, no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) para avaliar as licenças existentes para dados abertos sob o ordenamento jurídico brasileiro, que consta no Plano de Ação da INDA para o biênio 2013-2014 (DSI/SLTI, 2012).

De acordo com o estudo, as licenças que permitem a livre reutilização do objeto podem ser separadas quanto à sua natureza específica, em três categorias: *software*, conteúdo e dados. Na presente pesquisa, a abordagem principal é o conjunto de licenças específicas para dados.

A criação de licenças livres, que permitem o uso, cópia e a reutilização tem as suas origens no movimento do *software* livre, através de Richard Stallman, criador da GNU³³ e fundador da *Free Software Foundation* (FSF). Como instrumento estratégico para evitar as restrições impostas por legislações de propriedade intelectual foi criada, no âmbito da fundação, a Licença Pública Geral, GPL, conhecida como *copyleft*, em contraposição ao *copyright*. No *site* do GNU³⁴ consta que:

O modo mais simples de tornar um programa livre é colocá-lo em domínio público, sem *copyright*. Isto permite que as pessoas compartilhem o programa e suas melhorias, se elas estiverem dispostas a tal. Mas isto também permite que pessoas não-cooperativas transformem o programa em *software* proprietário. Eles podem fazer modificações, poucas ou muitas, e distribuir o resultado como um produto proprietário. As pessoas que receberem esta forma modificada do programa não tem a liberdade que o autor original havia lhes dado; o intermediário eliminou estas liberdades (O que é o "Copyleft"?, 2006).

Desta forma, o *copyleft* subverte o *copyright*, ao autorizar a derivação de trabalhos, requerendo que estes também sejam autorizados através da mesma licença *copyleft*. A licença dá origem a várias outras, que preservam a liberdade em maior ou menor grau para conteúdos de diversos tipos, tais como textos, imagens, músicas, sons, vídeo, etc.

Uma das mais populares iniciativas foi concebida por Lawrence Lessig em 2001, ao fundar a organização *Creative Commons* (CC) e as respectivas licenças *copyleft*, que permitem diferentes usos, desde a quase total liberdade de autorização, garantindo-se apenas o crédito do autor, a um máximo de restrição concretizado na proibição de uso comercial e de realização de obras derivadas. De acordo com o *site* da organização, a sua missão é desenvolver, apoiar e gerenciar a infraestrutura técnica e legal que

³³ Projeto com objetivo de criar um sistema operacional, chamado GNU, baseado em *software* livre.

³⁴ <http://gnu.ist.utl.pt/copyleft/copyleft.pt.html#WhatIsCopyleft>, consultado em julho de 2015.

maximizam a criatividade, o compartilhamento e a inovação digital. No Brasil, o *Creative Commons* é representado através do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas.

Não são todas as variações da licença *Creative Commons* que estão de acordo com a *Open Definition* e com a *Definição de Obras Culturais Livres*³⁵ e, portanto, não podem ser consideradas licenças abertas e livres (Lessig, 2005; INDA, 2013) aquelas que restringem as liberdades necessárias para que os dados sejam abertos. As licenças aplicáveis a dados abertos estão expostas no quadro 1.5.

Quadro 1.5. Licenças aplicáveis a dados abertos.

Licenças Creative Commons (CC)	CC-BY	Requer apenas atribuição de autoria ao compartilhar
	CC-BY-SA	Acrescenta a exigência de uso da mesma licença ao redistribuir ou modificar
	CC-Zero	O autor renuncia a todos os direitos de sua obra, colocando-a efetivamente em domínio público
Open Data Commons	Open Database License (ODbL)	Aplicável a esquemas de bancos de dados, arquitetura da informação e à forma de organização dos dados. Exige atribuição de autoria e compartilhamento pela mesma licença
	Database Content License (DbCL)	Mesmas exigências que a ODbL, mas aplicável ao conteúdo dos bancos de dados - os dados em si
	Open Data Commons Attribution License	Aplicável aos dados e a bancos de dados, mas com exigência apenas de atribuição de autoria
	Public Domain Dedication and License (PDDL)	Aplicável aos dados e a bancos de dados, mas renuncia a todos os direitos (coloca-os em domínio público)

Fonte: elaboração da autora.

A *Open Knowledge Foundation* (OKF) é responsável pela criação do conjunto de licenças, específicas para dados e bancos de dados, conhecido como *Open Data Commons* e, segundo, o site da fundação³⁶, a licença existe para fornecer soluções jurídicas para os dados abertos.

Apesar da *Open Data Commons* apresentar-se com uma licença específica para dados abertos, a sua utilização não é unânimemente aceite, utilizando alguns países as licenças *Creative Commons* aos dados abertos por entenderem ser as aplicáveis (INDA, 2013).

É importante mencionar outras licenças, no contexto internacional, que garantem as liberdades de uso e reuso preconizadas pela *Open Definition* e são mencionadas na proposta de estudo da INDA (2013), como a *Open Government Licence* (Reino Unido), a *Licence Ouverte* (França), a *Norsk lisens for offentlige data* (Noruega), a *Open Government Licence Agreement* (Canadá) e o caso dos Estados Unidos, em que todo o conteúdo de dados ou informações, produzidos pelo governo, são considerados de domínio público. No Brasil,

³⁵ <http://freedomdefined.org/definition>, consultado em julho de 2015.

³⁶ <http://opendatacommons.org/about/>, consultado em julho de 2015.

não há uma licença padrão para dados abertos, no entanto, em palestra proferida no ano de 2012, o diretor de sistemas de informação, do Ministério do Planejamento do Brasil, aludiu a uma discussão interna no governo sobre a criação de uma licença própria para dados abertos³⁷.

Retêm-se dos diversos estudos encomendados pelos governo sobre DGA, em que vem discutida a interoperabilidade legal e técnica, a crescente importância dos mesmos na esfera pública. Joshua Tauberer (2012b) enfatiza a importância destes estudos já que os dados têm mais valor quando seus direitos autorais são evidentes por meio de uma menção explícita. Diante deste panorama, Manuel Castells lembra que a Internet, enquanto tecnologia livre:

muestra la capacidad de las personas para trascender las reglas institucionales, superar las barreras burocráticas y subvertir los valores establecidos en el proceso de creación de un nuevo mundo. A su vez, sirve para respaldar la idea de que la cooperación y la libertad de información pueden favorecer la innovación en mayor medida que la competencia y los derechos de propiedad. (2001: 23).

1.4. O potencial cívico dos dados

Este subcapítulo compreende as discussões referentes às técnicas de participação social e uso dos dados como expressão colaborativa e de ativismo, mediadas pelas TIC, no ambiente do ciberespaço (Levy, 2000). Estas práticas são observadas em casos onde os dados não estão tecnicamente ou legalmente abertos. Na sociedade das redes (Castells, 2002) onde as máquinas de processamento de informação são o dispositivo dominante (Manovich, 2013) e o fluxo de dados gerado é enorme, Silveira (2015) demonstra que os indivíduos que conseguem manipular os dados adquirem primazia econômica, cultural e política. Neste grupo está o *hacker*, que segundo o Manual dos Dados Abertos é uma “pessoa que sente prazer em ter uma compreensão profunda dos processos internos de um sistema, de um computador ou de uma rede informática em específico” (Malkin e LaQuey, 1993 citado por W3C Brasil, 2011: 5).

Mills (2012) esclarece que o termo *hacktivismo* foi citado pela primeira vez em um e-mail enviado entre os membros de um grupo autodenominado *The Cult of the Dead Cow*, que podem ser considerados os primeiros *hacktivistas*. Anos depois, este grupo publicou a Declaração do Hacktivismo (CDC, 2001) com base nos princípios da declaração universal dos direitos humanos que declara que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias(...)” (United Nations, 1948).

³⁷ Informação fornecida por Corinto Meffe, em palestra proferida durante o V Encontro Nacional do GITEC, Brasília, que ocorreu nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2012. A apresentação encontra-se disponível em https://www.youtube.com/watch?v=GblujLO0HEg&ab_channel=InterlegisOnline, consultado em julho de 2015.

Douglas Thomas (2002), para quem a cultura *hacker* está baseada na rejeição ao segredo, tem a sua ideia reforçada por Manuel Castells quando considera que “para los hackers la libertad es un valor fundamental, especialmente la libertad de acceder a su tecnología y de utilizarla a su antojo” (Castells, 2001: 76).

O *hacktivismo* pode ser visto como uma forma de expressão do *cibertivismo* (Vegh, 2003) onde, no primeiro, é necessário ter um conhecimento técnico considerável. Para Gabriella Coleman e Alex Golub (2008) existem três tipos de práticas entre os *hackers*, a primeira é ligada à proteção da privacidade e liberdade dos indivíduo; a segunda organiza-se em torno do desenvolvimento do *software* livre, códigos abertos e incentiva o compartilhamento dos dados; a terceira vincula-se ao universo que desconsidera os limites da lei.

O ensaio do filósofo finlandês Pekka Himanen (2001) é obra essencial para a compreensão do universo dos *hackers*, seu modo de ser e agir. Segundo o autor, a palavra inglesa *hacker*, em seu sentido original, refere-se a programadores de computador entusiasmados, que compartilham seu trabalho técnico, científico e artístico. O termo surgiu, no início dos anos 60, como a autodenominação utilizada por um grupo de jovens programadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Outros pesquisadores como Stefan Wray (1998), Eric Raymond (1999), Richard Stallman³⁸ (2002), Paul Contreras (2004), Alexandra Samuel (2004) e Gabriella Coleman (2013), estudam o universo deste grupo em diversos aspetos, onde frequentemente estão associados aos conceitos de liberdade de acesso à informação, ou seja, de que os dados, as informações e, inclusive o conhecimento, não devem ser uma propriedade.

Manuel Castells distingue quatro camadas da cultura da Internet em constante articulação, entre elas os *hackers*. Para o autor, os *hackers* apresentam um sentimento comunitário baseado nos princípios ordenadores desse grupo social.

No obstante, desde una perspectiva analítica, debemos reconocer la diversidad del mundo de los hackers y hacer hincapié a la vez en lo que une a todos sus miembros más allá de las diferencias ideológicas y el comportamiento personal: la fe compartida en el poder de la conexión en red y la determinación de conservar este poder tecnológico como un bien común, al menos para la comunidad de hackers (Castells, 2001: 67).

Moldou-se na literatura um termo referido à combinação da lógica da ética *hacker*, aliada aos objetivos da cidadania: o *civic hacking*. Porém, antes de considerar sobre o termo em si, importa atentar no potencial cívico das novas tecnologias, em especial da Internet e dos dados gerados neste contexto. Autores como Castells (2007), Dahlgren (2009), Papacharissi (2010) e Cardon (2012) debruçam-se sobre o binómio tecnologia e sociedade, no âmbito da participação cívica.

Dahlgren (2009) acredita que a Internet facilita o empenho dos cidadãos, mas depende da participação como condição essencial, já que a democracia não a garante, por si. Cardon (2012) vê na Internet, a possibilidade da expansão do espaço público, para além da política representativa tradicional. Papacharissi (2010) pesquisa sobre hábitos cívicos que emergem da relação entre a democracia e a tecnologia, através de

³⁸ O já referido Richard Stallman, fundador da *Free Software Foundation*.

processos que conduzem a novos hábitos, lugares e relações. Para Cardoso e Neto (2003) não existem dúvidas que as redes sociais vieram permitir um debate mais aberto e pluralista, oferecendo-se enquanto fomentadores de uma participação cívica e política.

De volta ao *civic hacking*, o termo aparece em 2009, na sessão de apresentação do ativista Joshua Tauberer no *Transparency Camp* e é definido pelo autor como uma abordagem criativa e tecnológica para resolver problemas cívicos (Tauberer, 2012a). No artigo *Civic hacking: a new agenda for e-democracy*, Crabtree ressalta o uso da Internet para criação de um espaço cívico de ajuda mútua entre os cidadãos, tendo em vista as práticas existentes na rede. Nas palavras do autor:

Public investment in e-democracy should be about allowing people to help themselves, their communities, and others who are interested in the same things as them. As I will explain, the centre of such a strategy should be state support for what I call ‘civic hacking’, or the development of applications to allow mutual aid among citizens rather than through the state. (Crabtree, 2003, *para.6*)

No Brasil, eventos como o *Hackaton*³⁹, também chamados *Hack Day*, *Hackfest* ou *Codefest*, surgem como a reunião de ativistas e programadores com o objetivo de promover a transparência pública, um dos princípios fundamentais do governo aberto (OCDE, 2004). Resultaram destas iniciativas projetos como o SACSP⁴⁰, Deputado *Analytics*⁴¹ e o LegisDados⁴², que constituem exemplos de plataformas que surgem a partir da obtenção dos dados governamentais para a promoção da transparência e cidadania.

A concepção de transparência no âmbito da gestão pública é abordada por autores como Vishwanath e Kaufmann (1999); Demchak, Friis e La Porte (2000); Kim *et al.* (2005) e Silva (2010) sendo associada ao processo democrático de controlo da atuação pública por parte da sociedade. A transparência destaca-se como componente de boas práticas de governança no estudo de Bellver e Kaufmann (2005). Os autores concluem que a mesma está associada a melhores indicadores sócio-econômicos e de desenvolvimento humano, constituindo um direito fundamental.

³⁹O primeiro evento deste gênero, denominado *Hackaton*, foi realizado em junho de 1999, no Canadá, pela OpenBSD³⁹, projeto de sistema operacional livremente disponível, com a intervenção de dez participantes. Desde então, as maratonas tornaram-se populares em diversos países, onde grupos de programadores se reúnem com um foco comum. Das iniciativas que objetivam a transparência, podem ser destacadas no Brasil o 1ª *Hackathon* da Câmara Municipal de São Paulo (2012), o *Hackathon* de Dados Educacionais do INEP (2013), o *Hackathon* da Câmara dos Deputados (2013) e o *Hackathon – Dados Governamentais Abertos* (2012).

⁴⁰ <http://sacsp.info/>, consultado em julho de 2015.

⁴¹ <https://github.com/thackpa/deputadosAnalytics>, consultado em julho de 2015.

⁴² <https://github.com/legisdados/legisdados>, consultado em julho de 2015.

1.5. Entender e comunicar os dados

Ocupa-se este subcapítulo de um tema frequentemente mencionado entre os autores da literatura especializada sobre os dados: a visualização (Tufte, 1990; Horn, 2000; Friendly e Denis, 2001; Few, 2009; Cairo, 2000, 2013). Lev Manovich observa que “apesar da crescente popularidade da *infovis* (uma abreviatura para “visualização da informação), não é tão fácil apresentar uma definição que sirva para todos os tipos de projetos de *infovis* criados” (2011: 148) e propõe uma definição provisória para o termo visualização da informação, o de um *mapeamento entres dados discretos de uma representação visual*.

Este campo de pesquisa não é recente⁴³, sendo aplicado desde a invenção da tabela, no século II d.C, passando pelas ilustrações científicas, nos séculos XV e XVI d.C, pelos mapas criados por John Snow e Charles Minard⁴⁴, no século XIX d.C, até à popularização dos computadores domésticos.

É frequente a confusão entre os conceitos de dados e informação, embora somente os dados possam ser processados e manipulados por um computador. No contexto do surgimento de um novo paradigma tecnológico (Castells, 2002), o cenário é o da produção de dados em grandes escalas, onde “um dia da semana contém mais informação do que o comum dos mortais poderia receber durante toda uma vida na Inglaterra do século XVIII” (Wurman, 1991: 36). O autor considera que o desafio contemporâneo passa por evitar a *ansiedade da informação*⁴⁵. Manovich utiliza o termo “explosão de dados” para referir que:

The explosion of data and the emergence of computational data analysis as the key scientific and economic approach in contemporary societies create new kinds of divisions. Specifically, people and organizations are divided into three categories: those who create data (both consciously and by leaving digital footprints), those who have the means to collect it, and those who have expertise to analyze it (2011: 10).

Na última das três categorias, em trabalho anterior, o autor incluiu a figura dos artistas da visualização de dados, que “transformam o caos informacional de pacotes de dados que se locomovem através da rede em formas claras e ordenadas.” (Manovich: 2004: 140). A necessidade de organização, agrupamento, categorização e padronização adequadas dos dados também é enfatizada por Miranda (1999). De um modo geral, os autores concordam que a visualização de dados potencia o processo de transformação, de uma grande quantidade de dados, em informação.

Para além da observação dos dados, a visualização colabora no processo de análise destes. Conforme referido no subcapítulo 1.1 (*supra*, p. 3) os dados não são revestidos de sentido e, para lidar com uma grande

⁴³ O projeto Milestones, de Michael Friendly e Daniel J. Denis, oferece cronologia sobre a história da visualização de dados e pode ser acedido em <http://datavis.ca/milestones/>, consultado em julho de 2015.

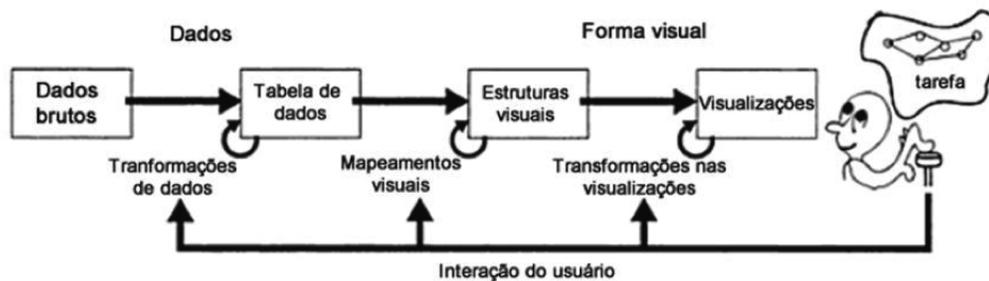
⁴⁴ John Snow desenhou em 1854 o mapa da epidemia da cólera, e Charles Minard, em 1869, o mapa da campanha do exército Napoleônico na Rússia.

⁴⁵ Tradução da expressão *information anxiety*, cunhada por Wurman e que intitula o seu livro.

quantidade de dados, é necessário aplicar técnicas e metodologias que possibilitem a sua interpretação. A partir de tecnologias computacionais, os dados podem ser filtrados, recombinaados e processados de diferentes maneiras, para os fins da análise pretendida.

Existem diversos modelos de referência para o processo de visualização, que abordam os dados brutos e a conversão destes para estruturas visuais (Tufte, 1990; Wurman, 1991; Engelhardt, 2002; Bertin, 2010). Edward Tufte (1990) preescreve que as visualizações gráficas devem ser fiéis aos dados; ter coerência interna; apresentar níveis distintos de detalhamento; chamar a atenção para o seu conteúdo, e não para a sua construção e incentivar um olhar comparativo. O autor recomenda ainda que as visualizações devem definir formatos adequados; combinar palavras, números e desenhos; prezar pelo equilíbrio e proporção; expor complexidades com clareza e evitar decorações desnecessárias. O modelo de referência mais conhecido é o de Card *et al.*(1999), sendo também abordada a interação do utilizador (Figura 1.3).

Figura 1.3. Modelo de referência para o processo de visualização



Fonte: Card *et al* (1999), traduzido pela autora.

A partir deste modelo, recorre-se a técnicas de representação da informação, onde o mais importante é focar no propósito da visualização. Para Tamara Munzner (2014) , deve-se responder a três questões: quais são os dados envolvidos, a serem mostrados; quais razões para utilizar determinada ferramenta de visualização; por último, como construir a visualização através de expressões visuais. Seguidamente, deve-se verificar quais as técnicas de representação serão ideais para a construção visual, sendo algumas abordadas no livro da autora: tabela, listas, diagramas, gráficos, mapas, coordenadas, árvores, redes, grafos e as suas variáveis.

Ware (2013) enfatiza que devem ser levadas em conta as dificuldades de cada técnica de visualização, tais como as facilidades e dificuldades de memorização; percepção sensorial imediata; validade transcultural e compreensão sem treinamento prévio. Neste sentido, Manuel Castells acrescenta que

El tercer reto fundamental es la integración de la capacidad de procesamiento de la información y de generación de conocimientos en cada unos e nosotros especialmente en los niños. No me refiero ala, alfabetización en el uso de Internet (esto ya lo presupongo) sino a la educación. Pero entiendo este término en su sentido más amplio y

fundamental: o sea, la adquisición de la capacidad intelectual necesaria para aprender a aprender durante toda la vida, obteniendo información digitalmente almacenada, recombiniéndola y utilizándola para producir conocimientos para el objetivo deseado en cada momento (Castells, 2001: 307).

O autor lembra assim que os desafios para garantir o acesso da população, como um todo, à estrutura da rede, passam também pela capacidade de cada indivíduo processar dados, compreender informação e construir conhecimento.

1.6 Referencial teórico da pesquisa

Esta primeira etapa do trabalho assentou na pesquisa bibliográfica e revisão dos conceitos implicados no tema escolhido.

Adotaram-se como referências, as teorias da sociedade em rede definidas por Castells (2002) e a definição *Open Definition* de dados abertos, ou seja, aqueles que podem ser usados, reutilizados e distribuídos livremente. A pesquisa fundamenta-se no conceito de base de dados reformulado por Manovich (1999), como metáfora cultural.

De forma a fazer a ponte do enquadramento teórico, do presente capítulo à abordagem metodológica, objeto do capítulo seguinte, é construído um referencial teórico de pesquisa agora apresentado (Figura 1.4).

Figura 1.4. Referencial teórico de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

O modelo, através da operacionalização dos conceitos e indicadores, norteou a recolha de dados e o enquadramento da análise de conteúdo, guiados por três áreas: cultura, tecnologia e política.

CAPÍTULO II. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo visa esclarecer e fundamentar o desenho de pesquisa aplicado face aos objetivos definidos. Utilizou-se uma metodologia mista de investigação com alcance predominantemente qualitativo (Quadro 2.1).

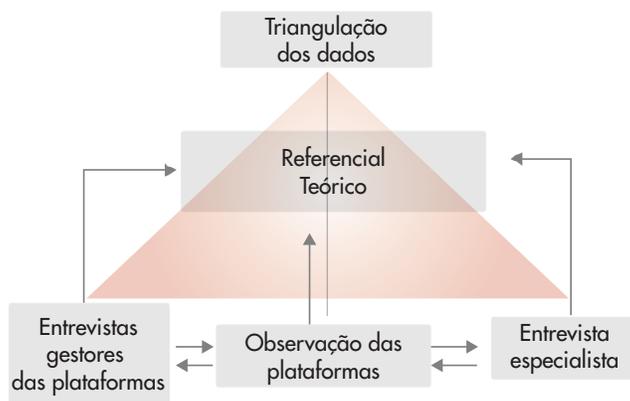
Quadro 2.1. Objetivos e etapas da pesquisa.

Objetivo	Técnica	Ferramenta de recolha dos dados
1. Mensurar a adesão aos oito princípios de dados governamentais abertos	Critérios de validação	Observação estruturada das plataformas
2. Identificar os atores envolvidos no uso, reuso e redistribuição da base de dados do PRONAC e compreender as suas características e motivações	Estudo de caso	Entrevistas semiestruturadas, observação e análise documental
3. Verificar os desafios para a abertura dos dados da base do PRONAC nas plataformas estudadas		

Fonte: elaboração da autora.

Foram definidas duas técnicas distintas para a recolha dos dados. As múltiplas fontes consultadas, sujeitas a descrita metodologia mista de investigação, facultaram a triangulação de dados, destacada na figura 2.1, de forma a integrar as diferentes perspectivas dos atores envolvidos e descobrir paradoxos e contradições (Kelle e Erzberger, 2005 *citado por* Duarte, 2009: 14).

Figura 2.1. Triangulação dos dados



Fonte: Oliveira (2010: 205), adaptado pela autora.

2.1. A observância dos princípios dos dados abertos

A primeira etapa desta pesquisa tem como base os oito princípios de dados governamentais abertos (Malamud e O'Reilly, 2007), anteriormente expostos no quadro 1.1 (*supra*, p. 8).

O objetivo proposto, procedendo-se para tanto a uma observação dos recursos das plataformas em análise, é mensurar a adesão aos princípios de dados abertos e apresentar uma visão global dos termos em que são garantidos os mesmos. Para este efeito, selecionaram-se e adaptaram-se - do contexto específico dos dados orçamentários para o contexto desta investigação - os critérios constantes no arcabouço de validação publicado na pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Beghin e Zigoni, 2014: 34), tal como expostos no quadro a seguir (Quadro 2.2).

Quadro 2.2. Critérios de validação dos princípios de dados abertos

Princípio	Critério de validação
1. Completos	Todos os dados públicos do PRONAC constantes no Sistema Salic ⁴⁶ devem ser disponibilizados
2. Primários	Observar se os dados são publicados na forma coletada na fonte, com o maior nível de detalhamento possível e não de forma agregada ou modificada
3. Atuais ⁴⁷	Verificar a data da atualização devendo ser a periodicidade máxima de cinco dias ⁴⁸
4. Acessíveis	Verificar se apresentam erros que impedem o acesso à informação, com base nos padrões da recomendação de acessibilidade para sites do governo brasileiro, e-MAG24 ⁴⁹ através do software ASES ⁵⁰
5. Processáveis por máquina	Verificar se os dados podem ser acessados por máquina, através do <i>download</i> em formatos não proprietários
6. Não-discriminatórios	Considerar a necessidade de algum acesso especial ou cadastro do utilizador

⁴⁶ o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura.

⁴⁷ Tradução do termo em inglês “*timely*”, conforme aparece no texto original do *Open Government Data Principles*, interpretado no contexto da disponibilidade e atualização dos dados, de forma a preservar o seu valor.

⁴⁸ Os dados do Sistema Salic são alimentados diariamente, entretanto há uma defasagem entre a captação efetiva dos recursos e o respectivo registo no Sistema Salic, provocada, inicialmente, pelo prazo de cinco dias previsto para envio do recibo ao MinC (TCU, 2011).

⁴⁹ O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações que deverão ser observadas no processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>, consultado em julho de 2015.

⁵⁰ Tendo por objetivo fornecer instrumentos que viabilizem a adoção da acessibilidade pelos órgãos do governo, o ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade de sítios - é uma ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, sendo utilizado no âmbito da presente pesquisa.

7. Não-proprietários	Observar as opções de formatos para download que sejam abertos e processáveis por máquinas
8. Livres de licenças	Buscar por licenças explícitas de uso dos dados e observar se prevêem alguma restrição.

Fonte: Beghin e Zigoni (2014: 34), adaptado pela autora.

A recolha de dados nesta fase da investigação foi obtida através da observação estruturada das três plataformas estudadas, sendo seguidamente organizada a partir da problematização dos critérios de validação propostos no quadro 2.2. Neste contexto, sempre que um ou mais dos princípios considerados não resultarem validados, passou-se a considerar que os dados não foram publicados de forma aberta.

Os resultados, com a validação em cada uma das plataformas dos princípios de dados abertos, são apresentados no capítulo sexto desta dissertação (Quadro 6.3, p.63).

2.2. Estudo de caso

No desenvolvimento desta etapa da investigação, optou-se pela técnica do estudo de caso. Dooley (2002) refere que o estudo de caso é utilizado por pesquisadores para desenvolver teorias, explicar uma situação, estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, pesquisar, ou descrever um objeto ou fenómeno, ideia corroborada por Yin (1994), para quem o estudo de caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: pesquisar, descrever ou explicar. Coutinho e Chaves (2002) abordam a diversidade do que pode ser considerado um “caso”, desde um indivíduo; personagem; um pequeno grupo; uma organização; uma comunidade até uma nação.

As ideias de Benbasat, Goldstein e Mead (1987) sobre o estudo de caso ajudaram a justificar a escolha da técnica (Quadro 2.3).

Quadro 2.3. Justificação da escolha do estudo de caso

A possibilidade de estudo no ambiente natural, de aprender sobre o estado da arte e de gerar teorias a partir da prática
A possibilidade de responder a perguntas do tipo “como?” e “por quê”, ou seja, compreender a natureza e a complexidade do processo em jogo
A possibilidade de pesquisar uma área na qual poucos estudos prévios tenham sido realizados

Fonte: Benbasat *et al* (1987) citado por Pozzebon e Freitas (1998).

No ensinamento dos mesmos autores, um estudo de caso pode envolver a conjugação de casos múltiplos. E é o que se verifica, a esta luz, com a base de dados do PRONAC, ela própria dimensionada

como uma unidade que se materializa através do estudo de caso das plataformas selecionadas, tratadas como casos únicos.

O critério de seleção na escolha das plataformas justifica-se pelo interesse em pesquisar comparativamente diferentes esferas, a governamental (SalicNet), a da sociedade civil, seja por auto organização (Mapa de Financiamento dos Projetos Culturais), seja por iniciativa individual (Mostre!Me Cultura). Ciente da existência de outros atores que desenvolvem estudos a partir da base de dados do PRONAC (Agência Nexo⁵¹, Agência Transitiva⁵², entre outros), optou-se, por delimitação do estudo, apenas considerar as plataformas que permitem consultas à base de dados.

Quanto à recolha de dados, o estudo de caso emprega técnicas múltiplas que poderão convergir e dar suporte aos resultados da pesquisa (Yin, 1984 *citado por* Pozzebon e Freitas, 1998). Na presente investigação recorreu-se à consultas de relatórios e publicações que complementam as fontes *online*, como o próprio endereço das plataformas envolvidas, e entrevistas semiestruturadas com os gestores das plataformas e com uma especialista do campo de estudo, com ampla familiaridade com o tema pesquisado.

Entre junho e agosto de 2015, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas: quatro, obtidas por áudioconferência⁵³, duas delas conjuntamente realizadas, duraram em média 55 minutos, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas para efeitos de análise; as duas restantes foram obtidas por escrito (Quadro 2.4).

Quadro 2.4. Entrevistas realizadas

Instituição/Projeto	Indivíduos	Data	Meio	Local
Ministério da Cultura/SEFIC	Carlos Paiva	14/08/2015	Correio Eletrônico	Internet
Ministério da Cultura/SEFIC	Rômulo Barbosa	14/08/2015	Correio Eletrônico	Internet
Mapa de Financiamento de Projetos Culturais/ Instituto Alvorada Brasil	Ronaldo de Moura	24/06/2015	Áudioconferência	Internet
Mapa de Financiamento de Projetos Culturais/ Instituto Alvorada Brasil	Fernanda Pacini	24/06/2015	Áudioconferência	Internet
Mostre.me Cultura	Rafael Polo	01/07/2015	Áudioconferência	Internet
Professora doutora da USP, representante da sociedade civil do Comitê Gestor da INDA (2012-2014).	Gisele Craveiro	13/07/2015	Áudioconferência	Internet

Fonte: elaboração da autora.

⁵¹ <http://nexo.is/category/lei-rouanet/>, consultado em setembro de 2015.

⁵² <http://agenciainstitutiva.net/Coletamos>, consultado em setembro de 2015.

⁵³ Através do *Skype*, *software* que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo.

Autores como Triviños (1987) advertem para os cuidados necessários na utilização da entrevista como procedimento para coleta de dados, aspetos que foram levados em consideração neste estudo. Para Bogdan e Biklen (1994: 135) “as entrevistas semiestruturadas têm a vantagem de se ficar com a certeza de obter dados comparáveis entre os vários sujeitos”.

2.2.1. Entrevistas

Os citados autores salientam ainda a importância e a relevância do planeamento na recolha das informações, por meio da elaboração de um guião prévio. O guião, além de recolher as informações básicas, serve como um instrumento para o pesquisador se organizar no processo de interação com os entrevistados e auxiliá-lo no cumprimento dos objetivos definidos.

As entrevistas realizadas no âmbito governamental tiveram como objetivo obter respostas de diferentes âmbitos: a da equipa gestora da plataforma SalicNet, relativamente às motivações iniciais e às metas de implementação previstas; a da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, órgão que responde pelo Sistema Salic, em matérias respeitantes à abertura técnica e legal da base de dados do PRONAC.

Considerando ainda que estas entrevistas foram obtidas por escrito, o guião foi fundamental para nortear as respostas de acordo com os objetivos da pesquisa pretendidos. A opção por entrevista escrita foi sugerida pelos entrevistados, que entenderam poder disponibilizar respostas mais consistentes por este meio. Embora não sendo possível o acompanhamento e interferência ao momento, por parte da entrevistadora, os inquiridos logo se disponibilizaram a participar de uma entrevista por audioconferência, após o envio das respostas por escrito, com o intuito de esclarecer dúvidas e responder a outras questões a que se tivessem entretanto suscitado. Esta sessão não pôde entretanto ser realizada, por contratempos relacionados com o cronograma da pesquisa.

Desta forma foram inquiridos por escrito o atual secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Carlos Paiva e o atual coordenador de Planeamento Interno, Rômulo Barbosa, anterior coordenador-Geral de Normatização e Orientação, unidade que realiza a gestão normativa e procedimental do Sistema Salic.

Na área da atuação da sociedade civil, que compreende os casos das plataformas Mostre!me Cultura e do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, buscaram-se respostas que ajudassem à compreensão das condições da obtenção e disponibilização dos dados, bem como dos desafios colocados à abertura dos mesmos e do posicionamento dos atores envolvidos nesse processo. O guião elaborado para estas entrevistas baseiam-se essencialmente nas mesmas perguntas.

Foram inquiridos o cientista da computação Rafael Polo, idealizador e desenvolvedor da Plataforma Mostre!me Cultura e, da equipa responsável pelo *site* Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, o coordenador geral do projeto, Ronaldo de Moura e a coordenadora de pesquisa, Fernanda Pacini.

A entrevista com a professora doutora Gisele Craveiro, da Universidade de São Paulo (USP), foi particularmente determinada pela necessidade de aprofundamento em matéria de políticas públicas para o acesso à informação. A entrevistada é membro do Comitê Assessor da Sociedade Civil Latinoamericana na Parceria de Governo Aberto e, anteriormente, no período entre 2012 e 2014 foi representante da sociedade civil do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), tendo dedicado-se à presidência do Conselho Deliberativo da *Open Knowledge Brasil* até setembro de 2015.

Suscitaram-se na entrevista diversas questões teóricas relevantes, que foram consideradas e desenvolvidas na presente dissertação.

Os quadros que apresentam os diferentes guiões de perguntas, previamente elaborados, constam do anexo A. No decorrer de algumas entrevistas sofreram adaptações, conforme resulta das respectivas transcrições na íntegra (anexo B).

2.3. Análise de conteúdo

As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra procurando-se inteira fidelidade ao discurso oral. Adotou-se uma postura de tratamento qualitativo nas várias leituras do material recolhido que facultaram a análise do conteúdo. As respostas são representativas do contexto investigado e permitiram, conjuntamente com as demais fontes analisadas, abranger os objetivos propostos nesta pesquisa (Quadro 2.1). Os resultados da pesquisa são discutidos e consolidados no capítulo sexto e nas considerações finais.

CAPÍTULO III. O ATOR GOVERNAMENTAL: O SALICNET

3.1. A cultura digital no Ministério da Cultura

A progressiva sistematização verificada nos mecanismos de incentivo à cultura no Brasil refletem o contexto político envolvente na valorização dos aspetos da Cultura Digital e Tecnologia da Informação, prosseguidas pelo MinC a partir do ano de 2003, “período de grande agitação na cultura brasileira, quando políticas públicas para o setor passaram por transformações radicais, tanto no plano conceitual quanto na forma de interação do governo com a sociedade civil” (Gil e Ferreira, 2013).

O período inicia-se com a gestão de Gilberto Gil, que permaneceu como ministro da Cultura, entre os anos de 2003 e 2008, bem descrito na dissertação de Costa (2011), através do foco no processo de elaboração das políticas tecnológicas dentro do MinC, com a criação de um setor de cultura digital. A declaração do ministro, no ano de 2004, durante uma aula inaugural na Universidade de São Paulo, é bem reveladora da nova postura adotada pelo MinC e demonstra a intenção de usufruir das diversas possibilidades das TIC no debate cultural.

Eu, Gilberto Gil, cidadão brasileiro e cidadão do mundo, Ministro da Cultura do Brasil, trabalho na música, no ministério e em todas as dimensões de minha existência, sob a inspiração da ética hacker, e preocupado com as questões que o meu mundo e o meu tempo me colocam, como a questão da inclusão digital, a questão do software (...) É no universo da cultura, afinal, que vamos encontrar os elementos estratégicos para entender o movimento das sociedades, para requalificar as relações entre as pessoas, para o crescimento e o lugar, no tempo e no espaço, de cada um de nós, e também para projetar novas utopias⁵⁴.

Para o ministro, os *hackers* “são os propiciadores de viabilizações, viabilizam possibilidades novas, através de técnicas e tecnologias. E eu me vejo como um hacker. Sou um ministro hacker(...)”⁵⁵.

A linha de rumo introduzida por Gilberto Gil tem continuidade com o seu secretário executivo (Rubim, 2013), Juca Ferreira, que assume o comando do ministério a partir de 2008. Juca Ferreira ganha protagonismo próprio na continuidade da política da cultura digital no âmbito da cultura, sendo substituído em 2010 por Ana de Hollanda, cuja gestão foi marcada pela remoção das licenças *Creative Commons* do site do MinC e pela interrupção das políticas de cultura digital. A ministra foi substituída em 2012 por Marta Suplicy. Juca Ferreira, em 2014, ao reassumir o Ministério da Cultura, descreve deste modo o panorama das medidas anteriormente implementadas no setor da cultura digital:

⁵⁴ Gilberto Gil em entrevista disponível no endereço: http://www.cultura.gov.br/noticias-ancine1/-/asset_publisher/QRV5ftQkXuV/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-em-aula-magna-na-universidade-de-sao-paulo-usp-/11025, consultado em julho de 2015.

⁵⁵ Gilberto Gil em entrevista para O Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sou-hacker-um-ministro-hacker,1853>, consultado em julho de 2015.

O MinC, em nossa gestão, resolveu estimular a Internet baseada no software livre, na colaboração e no compartilhamento. Entendíamos que essa tecnologia precisaria ser compreendida em seu aspecto cultural (...) As primeiras ações de cultura digital ocorreriam a partir de 2004 dentro do programa Pontos de Cultura(...) Nessa mesma época, começamos a desenvolver soluções digitais de participação social, fortalecendo o sonho de uma democracia efetivamente participativa (...) Esses desdobramentos caminhavam *pari passu* com a emergência de uma série de serviços baseados na lógica da colaboração, como os sites de redes sociais e a popularização do acesso aos computadores e da conectividade. Em 2010, quando deixei o MinC, os usuários de Internet já eram cerca de 65 milhões de brasileiros, e na agenda da cultura digital tínhamos um claro programa a ser posto em prática, com o Plano Nacional de Banda Larga, o Marco Civil da Internet, a modernização da lei de direitos autorais e políticas culturais inovadoras de fomento à criatividade⁵⁶.

Verifica-se, deste modo, a retomada da agenda política do Ministério na matéria. De acordo com Guilherme Varella, secretário de políticas culturais, o tema da cultura digital retoma, nesta gestão, o posto prioritário da agenda política e integra as questões referentes a tecnologia, inovação, cidadania e direitos na rede.

O Ministério da Cultura passa a entender a tecnologia da informação não apenas como uma ferramenta funcional de gestão administrativa e burocrática, mas como um projeto político para o ministério, em que o desenvolvimento dos programas, dos sistemas, passam a fazer parte de uma estratégia de colaboração com a sociedade. E nesta estratégia de colaboração, o software livre está no centro dessa dinâmica⁵⁷.

3.2. Os dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura

Passa-se agora a responder em que consiste a base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Para tal, torna-se essencial traçar um panorama geral sobre a sistematização dos mecanismos de incentivo à cultura, em âmbito federal, que permitiu a construção de uma base de dados.

A política pública de cultura brasileira financia-se, seja por recursos destinados ao Ministério da Cultura (MinC), seja pelos recursos captados através da Lei nº 8.313⁵⁸ (BRASIL, 1991), nacionalmente

⁵⁶ Artigo de Juca Ferreira sobre cultura digital, em 2015. Disponível em http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1255877, consultado em agosto de 2015.

⁵⁷ Guilherme Varella, em 2015, durante a abertura da 16ª edição do Fórum Internacional de Software. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1276408, consultado em agosto de 2015.

⁵⁸ Atualmente é regulamentada pelo decreto n. 5.761/06 (Brasil, 2006), sendo importante mencionar o Projeto de Lei 6772/2010 que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura e altera a Lei Rouanet. Até o momento da entrega desta dissertação, a proposição estava aguardando apreciação pelo senado federal.

conhecida como Lei Rouanet⁵⁹, que institui o PRONAC. Este programa compreende dois mecanismos ativos⁶⁰ de apoio a projetos culturais: o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e a Renúncia Fiscal (Mecenato).

O FNC é um fundo público constituído por recursos procedentes de diversas instituições, públicas e privadas, previstas no artigo 5º da Lei Rouanet, entre eles, o Tesouro Nacional. Tais recursos são administrados e redistribuídos pelo MinC, após a aprovação da proposta e celebração de um convênio com o proponente⁶¹. São aceites as propostas culturais, da livre iniciativa de pessoas singulares e coletivas, com ou sem fins lucrativos, assim como entidades administrativas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A iniciativa pode ainda caber ao MinC através da abertura de concurso público, por editais⁶². O FNC representa, pois, alternativa ao financiamento estatal direto às produções culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC e que não se mostrem atrativas no mercado privado.

O mecanismo de Renúncia Fiscal (Mecenato) constitui a alternativa de financiamento dos projetos culturais pelo mercado. Neste caso o proponente apresenta uma proposta cultural ao MinC e, sendo esta aprovada, fica habilitado a captar os recursos solicitados, de acordo com o enquadramento⁶³ do projeto, junto de um incentivador⁶⁴ e através do patrocínio⁶⁵.

Na base de dados do PRONAC encontram-se, deste modo, registados os dados que resultam da tramitação dos mecanismos de incentivo do PRONAC. O fluxo de dados é alimentado a cada etapa, no ambiente do Sistema de Apoio as Leis de Incentivo a Cultura (Sistema Salic) que integra os dados desde o recebimento, aprovação, acompanhamento e execução de projetos culturais. Os dados do PRONAC disponibilizados no Sistema Salic é apresentado, com base nas informações disponíveis pela Controladoria Geral da União (CGU, 2013: 66), na Figura 3.1.

⁵⁹ Promulgada durante a gestão do secretário de cultura Sérgio Paulo Rouanet.

⁶⁰ O Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) é um dos três mecanismos previstos através do PRONAC, entretanto nunca chegou a ser implementado.

⁶¹ Proponente é a pessoa singular e coletiva, pública ou privada, com atuação na área cultural, que proponha programas, projetos e ações culturais ao Ministério da Cultura.

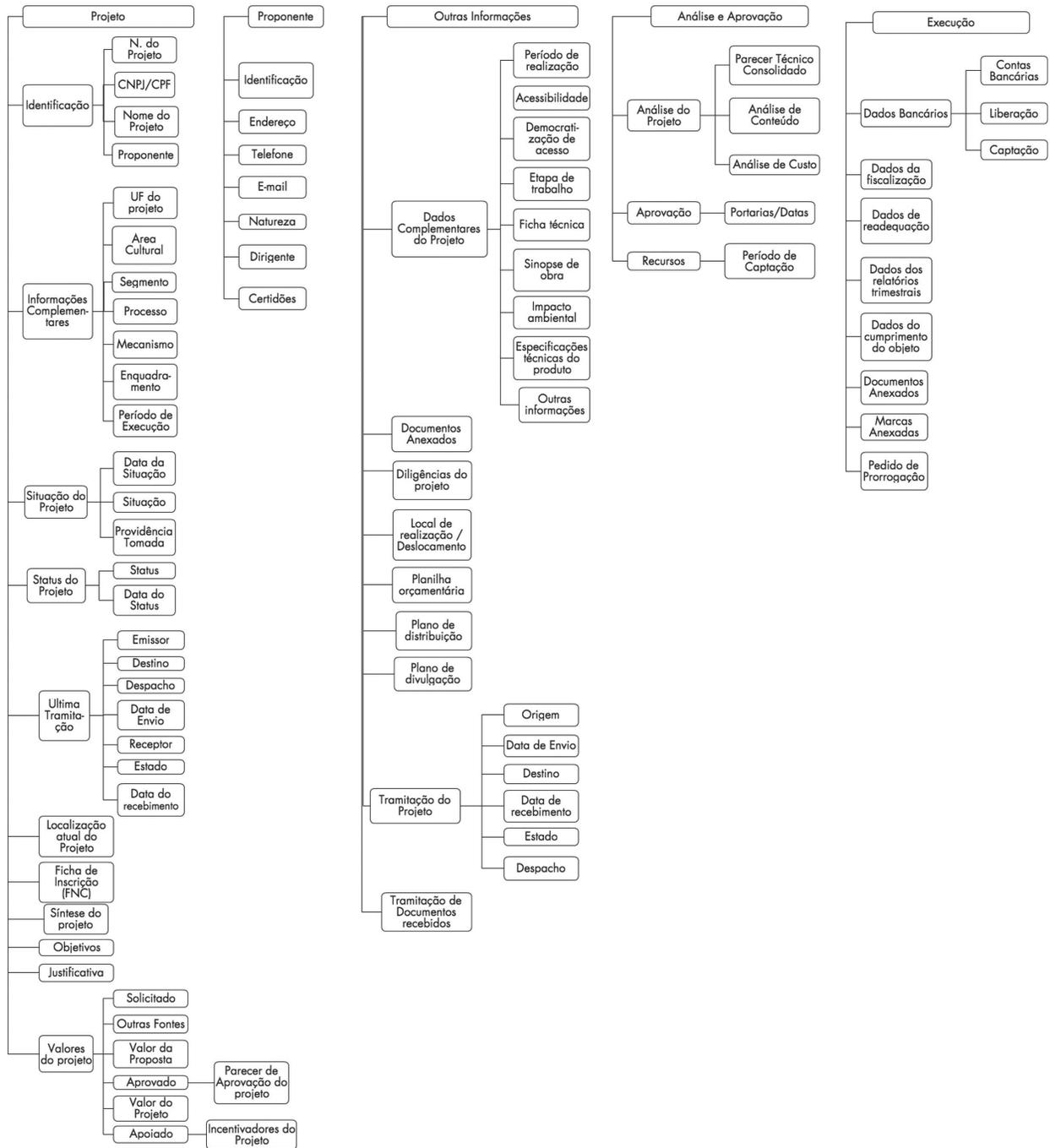
⁶² Os editais previstos para o ano de 2015, através do FNC podem ser acedidos em <http://www.cultura.gov.br/editais2015>, consultado em setembro de 2015.

⁶³ A Lei prevê duas modalidades de enquadramento de projetos culturais no mecanismo de Mecenato (ou no artigo 18 ou no artigo 26), estabelecendo diferentes níveis de benefício fiscal, de acordo com a natureza e classificação do projeto.

⁶⁴ Incentivador: o contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa singular ou coletiva, que efetua doação ou patrocínio.

⁶⁵ Patrocínio: a transferência definitiva e irreversível de numerário ou serviços, com finalidade promocional, a cobertura de gastos ou a utilização de bens móveis ou imóveis do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de programa, projeto ou ação cultural que tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura.

Figura 3.1. Dados do PRONAC disponibilizados no Sistema Salic



Fonte: elaborado pela autora.

Os dados respeitantes às áreas culturais e os respectivos segmentos culturais são, de acordo com o MinC (2011), enquadrados conforme demonstra o quadro 3.1.

Quadro 3.1. Áreas culturais e respectivos segmentos culturais

<p>Artes cênicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Circo • Dança • Mímica • Ópera • Teatro • Ações de capacitação e treinamento de pessoal 	<p>Música:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Música erudita • Música popular • Música instrumental • Doações de acervos musicais a museus, arquivos públicos e instituições congêneres
<p>Audiovisual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção cinematográfica ou videofonográfica de curta e média metragem • Produção radiofônica • Produção de obras seriadas • Formação e pesquisa audiovisual em geral • Doações de acervos audiovisuais ou treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para manutenção de acervos audiovisuais de cinematecas • Infraestrutura técnica audiovisual • Construção e manutenção de salas de cinema ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de cem mil habitantes • Difusão de acervo audiovisual, incluindo distribuição, promoção e exibição cinematográfica • Preservação ou restauração de acervo audiovisual • Rádios e TVs educativas não comerciais • Jogos eletrônicos; e projetos audiovisuais transmidiáticos, exceto os de produção e de difusão 	<p>Patrimônio cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doações de acervos em geral a museus, arquivos públicos e instituições congêneres • Preservação ou restauração de patrimônio material em geral • Preservação ou restauração de patrimônio museológico • Preservação ou restauração de acervos em geral • Preservação ou restauração de acervos museológicos • Preservação de patrimônio imaterial • Manutenção de salas de teatro ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de cem mil habitantes • Manutenção de equipamentos culturais em geral • Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos de museus, arquivos públicos e instituições congêneres • Outras ações de capacitação
<p>Artes visuais e artes digitais e eletrônicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fotografia • Artes plásticas, incluindo artes gráficas, gravura, cartazes e filatelia • Exposições de artes • Design e moda • Doações de acervos de artes visuais a museus, arquivos públicos e instituições congêneres • Formação técnica e artística de profissionais <p>Projetos educativos orientados à fruição e produção de artes visuais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de fomento à cadeia produtiva das artes visuais 	<p>Humanidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acervos bibliográficos • Livros de valor artístico, literário ou humanístico, incluindo obras de referência • Periódicos e outras publicações • Evento literário • Eventos e ações de incentivo à leitura • Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos bibliográficos • Ações de formação e capacitação em geral.

Fonte: elaboração da autora.

Os dados do PRONAC são passíveis de consulta a partir da plataforma governamental SalicNet, que será referida com mais profundidade no subcapítulo 3.4 e através da lei de acesso à informação pública. A LAI garante que qualquer cidadão possa encaminhar pedidos de informação através do sistema

Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). O texto da LAI refere ainda que, sempre que possível, deve ser concedido o acesso aos dados brutos.

No âmbito desta pesquisa, foi feito um pedido de informação para o Ministério da Cultura através do e-SIC. A solitação obteve resposta no prazo de 15 dias e os relatórios constam do ANEXO C. Apesar de o Estado oferecer distintas formas de consulta aos dados do PRONAC, não foi possível aceder aos dados em formato bruto.

3.3. O sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura: Novo Salic

Desde 2009⁶⁶, as inscrições de propostas culturais, devem sempre ser realizadas exclusivamente por meio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Sistema Salic), correndo o processo inteiramente em ambiente digital a partir de 2013⁶⁷.

O Sistema Salic é informaticamente sustentado pelo Novo Salic⁶⁸, que se destina a controlar todos os fluxos e processos de projetos culturais que buscam recursos com base na Lei de Incentivo à Cultura, integrando a base de dados do PRONAC, que, ao longo da existência da lei, já movimentou verbas na ordem de R\$ 14.000.000,00⁶⁹.

Os dados são inseridos no Novo Salic, seja pelo próprio proponente, através do preenchimento do formulário de cadastro de proposta cultural (figura 3.2) e do formulário de cadastro de proponente (figura 3.3), seja de forma automática pelo próprio sistema conforme os trâmites.

⁶⁶ A partir da Portaria MinC nº 30, de 26 de maio de 2009, entretanto revogada pela Instrução Normativa nº 1, de 5 de outubro de 2010.

⁶⁷ A desmaterialização do procedimento é justificada com vistas à desburocratização na inscrição de projetos e agilidade nos trâmites de apreciação das propostas, de forma a minimizar o fluxo de correspondências em papel. (MinC simplifica preenchimento de propostas culturais, 2009). Com a implementação do Novo Salic, em 2013, além dos proponentes de projetos passarem a realizar todas as etapas diretamente no sistema, a prestação de contas passou também a ser feita online.

⁶⁸ <http://novosalic.cultura.gov.br/>, consultado em setembro de 2015.

⁶⁹ A informação sobre o valor movimentado consta na sessão “Sobre o Salic” no endereço: <https://github.com/culturagovbr/novosalic>, consultado em agosto de 2015.

Figura 3.2. Formulário de cadastro de nova proposta cultural

The screenshot shows the 'PROPOSTA' form in the Salic system. The header includes 'Cultura Ministério da Cultura' and 'BRASIL'. The user is logged in. The main menu has 'Administrativo', 'Proposta', 'Projeto', 'Usuário', and 'Manuais'. The breadcrumb trail is 'Início > Lista de Propostas > Proposta'. The form is titled 'PROPOSTA' and has a sub-header 'IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA CULTURAL'. It contains fields for 'Proponente', 'Nr da Proposta', and 'Nome da Proposta Cultural'. Below this is a section titled 'Resumo da Proposta Cultural' with a text area for 'Explique de forma clara, objetiva e sucinta o que será realizado - máximo de 1000 caracteres.*'. A sidebar on the left lists various actions like 'Proposta Atual', 'Local de realização / Deslocamento', 'Plano de divulgação', 'Plano de distribuição', 'Planilha Orçamentária', 'Anexar Documentos', 'Documentos Pendentes', 'Solicitar inclusão de Itens de custo', 'Itens de custo orçamentário', 'Imprimir/Gerar PDF', 'Msg enviadas pelo MinC', 'Excluir Proposta', and 'Enviar Proposta ao MinC'.

Fonte: *print screen* do Novo Salic.

Figura 3.3. Formulário de cadastro de proponente

The screenshot shows the 'Dados principais' form for a proponent in the Salic system. The header is the same as in Figure 3.2. The breadcrumb trail is 'Início > Manter Agentes'. The form is titled 'Dados principais' and has a 'Voltar' button. It contains several sections: 'CPF: [redacted] NOME: [redacted] VISÕES: Proponente', 'ENDEREÇOS' (with fields for CEP, UF, Cidade, Tipo de Endereço: Residencial, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Endereço para correspondência: SIM, and Autorizo divulgar o endereço: NÃO), 'TELEFONES' (with a table for phone numbers), and 'E-MAILS' (with a table for email addresses). The 'TELEFONES' table has columns for Tipo, UF, DDD, Telefone, and Divulgar?. The 'E-MAILS' table has columns for Tipo, E-mail, Divulgar?, and Para correspondência?. The left sidebar lists actions like 'Incluir', 'Dados Principais', 'Endereços', 'Telefones', 'Emails', 'Visões', and 'Informações Adicionais'. The footer says 'MINISTÉRIO DA CULTURA'.

Fonte: *print screen* do Novo Salic

De acordo com o relatório de gestão do exercício de 2009 da SEFIC/MinC (TCU, 2009) o Sistema Salic permite o acompanhamento do processo, desde o recebimento das propostas culturais, até a sua análise e aprovação, contribuindo para a melhoria do atendimento ao proponente, em termos de eficiência, agilidade e impessoalidade na avaliação das propostas. Foram naquele ano, com a implementação do sistema, promovidos avanços em matéria de gestão dos processos. Ainda de acordo com o relatório, a nível estratégico, este sistema mostra ser ferramenta indispensável para avaliação dos mecanismos de incentivo, constituindo uma base de dados dos utilizadores, projetos e valores movimentados, além de unificar eletronicamente as informações necessárias. Não foram encontradas outras menções ao Sistema Salic em relatórios anteriores a 2009⁷⁰.

A entrevista realizada na presente investigação com o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, permite confirmar que o Sistema Salic passou por grandes transformações e, atualmente, denomina-se Novo Salic⁷¹. A alteração foi noticiada em 2013, quando a SEFIC e a Secretaria do Audiovisual, informaram da desativação gradual do antigo *site*, o SalicWeb⁷².

A partir de agora os produtores têm uma ferramenta mais moderna para inserir, acompanhar e prestar contas dos seus projetos culturais. A nova versão do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) traz inúmeras facilidades e benefícios aos seus usuários, já que todas as fases de tramitação, desde a admissibilidade até a prestação de contas, passam a ser automatizadas (...) ⁷³.

Reproduzem-se na figura 3.4 os logotipos que evidenciam a alteração de versão do *site* antigo, o Salic Web, para a nova versão, o Novo Salic.

Figura 3.4: Identidade do SalicWeb e do Novo Salic



Fonte: *print screen* das plataformas Salic Web e Novo Salic.

⁷⁰ Os relatórios de gestão SEFIC/MinC de 2008 a 2014, estão disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/auditorias>, consultado em agosto de 2015.

⁷¹ O novo espaço pode ser acessado em: <http://novosalic.cultura.gov.br/>, consultado em setembro de 2015.

⁷² Até a data de entrega desta dissertação, o *site* Salicweb ainda podia ser acessado em: <http://sistemas.cultura.gov.br/propostaweb/>, consultado em setembro de 2015.

⁷³ Notícia veiculada pelo MinC, intitulada “Nova versão do Salic”. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/nova-versao-do-salic/10883, consultada em agosto de 2015.

Ao longo do seu período de funcionamento, o Novo Salic tem passado por requalificações constantes: à partir do mês de julho, o MinC disponibilizou para a sociedade o código aberto do sistema, através da sua página de repositório de projetos no *GitHub*⁷⁴. A abertura do código foi anunciada durante a 16ª edição do Fórum Internacional *Software Livre* (FISL16)⁷⁵, por Guilherme Varella, secretário de Políticas Culturais, em cumprimento de uma meta estabelecida pela SEFIC.

Vamos abrir o código do Salic. Vamos chamar a sociedade para desenvolver esse código junto, chamar a comunidade do software livre para pensar junto o Salic. (...) é uma ferramenta importante e a gente quer que ela seja cada vez mais aberta e transparente para a sociedade poder participar⁷⁶.

Com tal iniciativa, Carlos Paiva, atual secretário da SEFIC, esclarece que se pretende dinamizar o aperfeiçoamento e aprimoramento do sistema, através da participação voluntária de programadores, em princípio sem custos para o MinC (Carlos Paiva e Rômulo Barbosa, correio eletrônico, 14 de agosto de 2015). Os entrevistados informam que, desta forma, as secretarias de cultura dos estados e dos municípios que não dispõem de sistemas informatizados poderão utilizar o Salic para a gestão de seus programas culturais. Adiantam, ainda, que será constituída a Rede de Incentivo Cultural, interligada e conectada, por meio de um novo sistema, o Sistema SalicBr, para otimizar a utilização dos recursos federais, estaduais e municipais, bem como para acompanhar por meio de indicadores a evolução da cultura brasileira.

3.4. A plataforma de consultas governamental: o SalicNet

Enquanto o Novo Salic é o portal para a submissão e acompanhamento de propostas culturais a serem analisadas pelo MinC, os dados resultantes são disponibilizados para o público através da plataforma governamental de consulta SalicNet, principal objeto de estudo deste capítulo.

O SalicNet foi desenvolvido exclusivamente pela equipa de funcionários responsável do MinC, de forma a disponibilizar o acesso aos dados do PRONAC à sociedade e a dar satisfação à constante requisição de informações por parte dos gestores do MinC e órgãos de controlo. Na página do sistema⁷⁷, consta que:

O SalicNet foi disponibilizado para a sociedade, a fim de garantir maior transparência dos atos praticados pelo Ministério da Cultura na gestão dos mecanismos da renúncia fiscal, em atendimento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública previsto no Artigo 37 da Constituição Federal. Trata-se de ferramenta sistêmica para

⁷⁴ GitHub é um serviço de *web* hosting compartilhado para projetos que usam o controlo de versionamento git.

Ver: <https://github.com/culturagovbr/novosalic>, consultado em agosto de 2015.

⁷⁵ <http://softwarelivre.org/fisl16>, consultado em agosto de 2015.

⁷⁶ Guilherme Varella durante o FISL16. Notícia veiculada pelo MinC, disponível em: http://www.cultura.gov.br/odia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/minc-abre-codigo-da-plataforma-salic/10883, consultado em agosto de 2015.

⁷⁷ Página inicial do Salicnet: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>, consultado em setembro de 2015.

acessar e tratar as informações sobre os projetos beneficiados pela Lei Rouanet, por meio de consultas, relatórios e extração de dados, de forma dinâmica e rápida sobre os dados relacionados às pessoas físicas e jurídicas que participam dos projetos incentivados. Possibilita que o cidadão participe da fiscalização e da avaliação das ações do Ministério da Cultura (Sobre o SalicNet, 2007)

De acordo com Bolaño (2012) e notícias veiculadas através do MinC e dos media⁷⁸, os dados do PRONAC tornaram-se públicos por meio desta nova ferramenta, disponibilizada pela SEFIC/MinC, em abril de 2009.

Conseguimos vencer nossas limitações tecnológicas e nesse momento disponibilizamos nossa base de dados, com isso o acesso será mais veloz e mais transparente. É importante ressaltar que o novo sistema é muito além do que a divulgação de planilhas fixas que o público baixa, o acesso será ao sistema que gera dados, dando com isso uma maior possibilidade de pesquisa⁷⁹.

Em contraponto, Carlos Paiva e Rômulo Barbosa informam que o SalicNet foi disponibilizado inicialmente em 2004 (data que consta na notificação *copyright* da plataforma, conforme verificado nesta investigação); dando-se nesta data o início ao processo de democratização do acesso à informação pelo MinC. Em 2007, uma nova versão foi disponibilizada, com novas e significativas funcionalidades. Esta é a data da versão atualmente disponível, “versão 5.1 -2007” e, sempre de acordo com as declarações dos entrevistados, o sistema vem sendo modificado de forma continuada desde então, com novos relatórios e funcionalidades, sem contudo alterar o número da versão do sistema.

Em consequência, não é possível neste estudo validar a verdadeira data de disponibilização da plataforma SalicNet (2004, 2007 ou 2009). O que se pode verificar é que tal disponibilização correspondia a um insistente anseio da sociedade, ideia corroborada pelo pesquisador cultural Leonardo Brant, para quem o sistema foi disponibilizado depois de muita cobrança do setor cultural junto do MinC, pela transparência e lisura na divulgação dos dados.

Brant aponta que, em 2009, “finalmente a sociedade civil poderá juntar e analisar dados para confirmar ou contrapor alguns mitos disseminados pelo Ministério da Cultura (...)”⁸⁰. A abertura desta base de dados também é discutida pelo consultor cultural João Leiva como necessária para traçar um cenário consistente do mecanismo das leis de incentivo. O consultor considerava que só com os dados abertos seria possível uma “análise mais precisa e consistente” (Leiva, 2009: 17). Para ele, a ausência dos dados favorecia mistificações e distorções acerca dos mecanismos.

⁷⁸ Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,incentivo-da-lei-rouanet-desaba-em-2009,350668> e <http://www.ctav.gov.br/2009/04/03/cultura-em-numeros/>, consultado em julho de 2015.

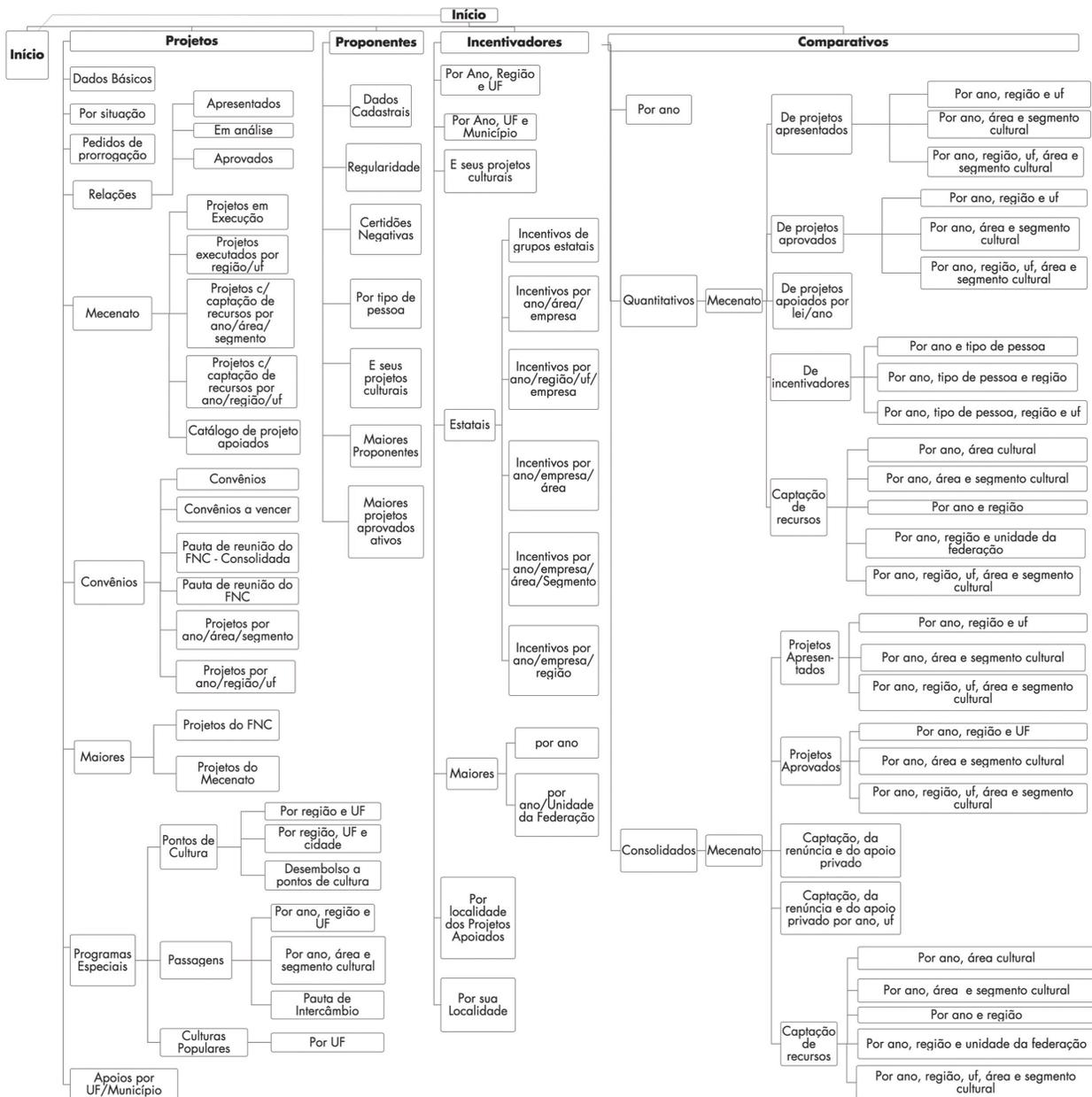
⁷⁹ Roberto Nascimento, secretário da SEFIC/MinC em exercício em 2009. Entrevista disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=19458&MES=/4/2009&max_por=10&max_ing=5, consultado em julho de 2015.

⁸⁰ Leonardo Brant, pesquisador cultural, em artigo disponível no endereço: <http://www.culturaemercado.com.br/site/leirouanet/enfim-transparencia/>, consultado em julho de 2015.

3.4.1 As possibilidades de consultas no SalicNet

O SalicNet, enquanto plataforma exclusiva para consultas, possibilita critérios de busca por projetos, proponentes e incentivadores, além de facultar quadros comparativos. O sistema disponibiliza a consulta sobre os recursos alocados para a área cultural por meio dos mecanismos do PRONAC, desde 1993. Todas as possibilidades de consultas à base de dados do PRONAC, disponíveis através da plataforma SalicNet, estão expostas na figura 3.5.

Figura 3.5. Mapa de consultas



Fonte: elaboração da autora.

Através das consultas por projetos, é possível pesquisar por dados básicos, como o número ou nome do projeto, por situação e por relações de cruzamento entre dados tais como unidade de federação do projeto, área ou segmento cultural e período de execução, até listar os maiores projetos, ou seja, os que obtiveram mais recursos, entre outros.

Relativamente aos proponentes, as pesquisas permitem conhecer quem são os maiores proponentes, ou seja, aqueles que receberam a maior quantidade de incentivos, podendo ser traçado um histórico da evolução da captação de recursos e do apoio financeiro a projetos, embora seja necessário consultas seguidas para chegar a estes resultados.

Os incentivadores podem ser consultados por localidade de realização dos projetos apoiados, por quantidade de apoios financeiros, sendo possível determinar quem são os maiores incentivadores de cultura no país, por ano e unidade de federação.

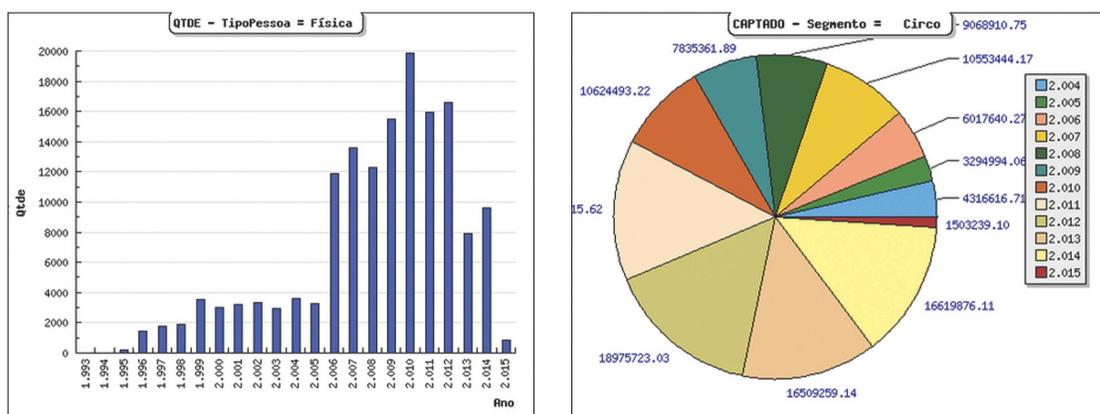
Nos quadros comparativos é possível aceder a uma representação dos dados, através de opções de tipos de gráficos (Figuras 3.6, 3.7, 3.8).

Figura 3.6. Quadro comparativo e quantitativo do mecenato

RESUMO	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	Total
Centro Oeste	35	42	49	60	78	75	75	115	105	108	130	144	120	135	128	143	107	97	92	47	1.885
Nordeste	24	40	45	58	62	91	97	133	162	214	222	243	262	252	278	300	241	210	210	122	3.257
Norte	2	5	12	11	6	7	11	18	36	35	46	44	37	29	44	28	31	27	25	12	466
Sudeste	321	560	677	655	772	799	908	983	1.334	1.672	2.020	2.230	2.129	2.014	2.231	2.451	2.344	2.241	2.046	883	29.270
Sul	69	88	132	171	180	244	282	294	403	446	511	569	615	611	735	828	853	913	944	469	9.357
Total Geral	451	735	915	955	1.098	1.216	1.373	1.543	2.040	2.475	2.929	3.230	3.163	3.041	3.416	3.750	3.576	3.479	3.317	1.533	44.235

Fonte: *print screen* da Plataforma SalicNet.

Figura 3.7. Gráficos de quadros comparativos



Fonte: *print screen* da Plataforma SalicNet

Figura 3.8. Consulta por projetos e as suas relações

The screenshot shows the SalicNet interface for project consultation. The top navigation bar includes 'Início', 'Projetos', 'Proponentes', 'Incentivadores', and 'Comparativos'. The main content area is titled 'Projetos Aprovados' and displays the date '18/08/2015'. Below this, there are two main sections: 'Selecionar campos para pesquisa' (Select search fields) and 'Escolher / Ordenar campos da consulta' (Choose / Order query fields). The 'Selecionar campos para pesquisa' section includes several dropdown menus for criteria like 'Exatamente igual', 'Entre dois valores', and 'Música'. The 'Escolher / Ordenar campos da consulta' section has two columns of fields to be selected or ordered, with radio buttons for 'ASC' and 'DESC' sorting options.

Fonte: *print screen* da Plataforma SalicNet.

3.5. Uma nova versão: o Comparar

O secretário da SEFIC revela que a Plataforma SalicNet será totalmente renovada, com lançamento previsto para o final de 2015. Serão apresentadas novas possibilidades de cruzamento de dados, com o intuito de melhor atender as necessidades do utilizador. Os relatórios existentes no SalicNet serão migrados para a nova versão e outros incorporados.

A principal inovação consistirá na forma como os dados serão apresentados. Para isto, a nova versão da ferramenta irá utilizar diferentes modelos de gráficos, com a possibilidade de comparação dinâmica em um quadrante único na tela de apresentação. Ainda de acordo com o entrevistado, serão aproximadamente 180 tipos de consultas, com possibilidade de gerar arquivos nos formatos PDF e XLS. A futura versão será batizada de “Comparar”.

Esta nova versão, a médio prazo, pretende incluir a integração e a interação com as bases de dados do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)⁸¹, a partir de funcionalidades como a extração de portfólio de agentes culturais, com dispensa do envio de currículo do proponente e funcionalidades de agenda, de forma a permitir a divulgação dos projetos e melhor acompanhamento pelo MinC.

⁸¹ Em fase de pré-implantação, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, tem o intuito de recolher, armazenar e difundir dados e informações sobre objetos culturais em âmbito nacional, agregando bases de dados de órgãos públicos e privados de cultura e formar um sistema de informações que pretende ter o maior repositório de dados sobre a cultura brasileira. Ver: <http://sniic.cultura.gov.br/>, consultado em agosto de 2015.

CAPÍTULO IV. CIVIC HACKING: A PLATAFORMA MOSTRE!ME CULTURA

Mostre!me Cultura⁸² é o caso de uma plataforma não governamental que atua como intermediário de dados, ao possibilitar consulta a base de dados do PRONAC. Intermediários, no sentido daqueles que “se apoderam dos dados e os transformam e recombina para, então, rerepresentá-los ao público”. (W3C Brasil, 2009 *citado por* Beghin e Zigoni, 2014). Trata-se de uma iniciativa de *civic hacking* (Tauberer, 2012a), sem ligação a entidades, com ou sem fins lucrativos, que utiliza a tecnologia para resolver um problema de caráter cívico, neste caso, envolve o acesso a dados governamentais. Na própria plataforma, há uma definição:

Mostre!me Cultura integra os dados dos últimos 14 anos do Ministério da Cultura publicados no Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura - criado em 2007 a partir da valorização dos aspectos da Cultura Digital e Tecnologia da Informação na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que permitiram o surgimento de novos protagonistas, além da expansão e descentralização das redes culturais. Motivados pelas muitas falhas do Sistema Web oficial, cuja última atualização data de 7 anos atrás - tão obsoleto quanto o próprio Sistema Federal Brasileiro - propomos experimentar novas formas de interação com os Dados Públicos. A transparente relação e divulgação dos dados estruturados - que deveriam ser Públicos em todos os Ministérios Nacionais - é indicador essencial para o diagnóstico das políticas e ações governamentais, muitas vezes cegas e corrompidas. Enfatizamos a utilização dos conhecimentos técnicos, científicos e culturais mais recentes para possibilitar a participação e fiscalização cívica dos Ministérios, contribuindo para o redesign efetivo desses mesmos mecanismos(...) (Manifesto, 2014).

O prelúdio deste projeto é marcado por momentos distintos, inicialmente a tarefa da obtenção da base de dados do PRONAC e, em momento posterior, a aspiração em disponibilizar uma plataforma online de consulta daqueles dados à sociedade. A trajetória deste caso ratifica a Internet como o meio que permitiu ao indivíduo construir um percurso autônomo para fazer face ao projeto governamental, com uma proposta própria.

Atualmente, o Mostre!me Cultura está compreendido num projeto maior, o Mostre!me. Além dos dados do Ministério da Cultura, a plataforma apresenta os dados do Ministério da Educação,⁸³ através da extração de dados sobre as instituições de educação do ensino superior, do sistema e-MEC⁸⁴, disponibilizado através do Ministério da Educação e Ciência do Brasil. O objetivo é integrar dados governamentais de fontes diversificadas e facultar a consulta pública dos mesmos.

⁸² <http://mostre.me/cultura>, consultado em setembro de 2015.

⁸³ <http://mostre.me/educacao>, consultado em setembro de 2015.

⁸⁴ <http://emec.mec.gov.br/>, consultado em julho de 2015.

4.1.A recolha da base de dados: extrair da máquina

Eu fui sozinho na intenção do que quis fazer enquanto desenvolvedor de software. Criei todas as ferramentas que me permitiram atingir o que desejava enquanto colheita, exibição e apresentação.⁸⁵

Em 2010, teve início o projeto de recolha dos dados da base do PRONAC, possibilitado pelo conhecimento de recursos tecnológicos. Em um encontro interdisciplinar, no mesmo ano, entre o desenvolvedor de *software* e produtores culturais brasileiros, que acediam à base de dados no seu trabalho diário, através do Sistema SalicNet, Rafael Polo, responsável pelo Mostre!me Cultura, observou que as tarefas eram extremamente repetitivas e havia um descontentamento com o modo como a ferramenta governamental permitia e exibia as consultas. Em entrevista, aquele mesmo responsável aponta alguns pontos críticos à plataforma governamental, denunciando falhas e imperfeições que determinaram a sua motivação para implementar uma alternativa.

Atentar nas características deste encontro, entre o especialista em tecnologia da informação e determinado grupo com interesses em cultura, do qual a autora da presente dissertação então fazia parte, é importante para a compreensão do rumo de desenvolvimento do projeto Mostre!me Cultura, refletido na opinião de Craveiro sobre os novos intermediários:

Esses novos atores geralmente estão mais ligados ao uso da tecnologia, não necessariamente são programadores, mas muitas vezes são pessoas que tem conhecimento, que são familiares e alguns que dominam até mesmo em níveis avançados essas novas linguagens, linguagens de programação e eles também além de ter essa expertise mais tecnológica, são pessoas geralmente ligadas a algum movimento de cultura livre (G. Craveiro, audioconferência, 13 de julho de 2015).

Rafael Polo relata que o impressionou o quanto os dados, na plataforma SalicNet, eram pouco estruturados e pouco aproveitados, atentas as suas potencialidades; daí o ter assumido a responsabilidade de desenvolver e implementar um sistema que permitisse explorar as possibilidades de consultas. Inicialmente, o seu projeto era extrair os dados que interessavam às pessoas próximas, atuando como um consultor, cuja principal ferramenta é a base de dados, passível de transformar-se em informação, quando entregue aos interessados. O esforço seria no sentido de disponibilizar os dados de uma forma mais eficaz do que já fazia a plataforma SalicNet, do governo.

A tarefa não foi fácil, e este primeiro momento corresponde a uma fase de experimentações com a base de dados do PRONAC. Durante esta fase, o responsável confrontou-se com alguns equívocos:

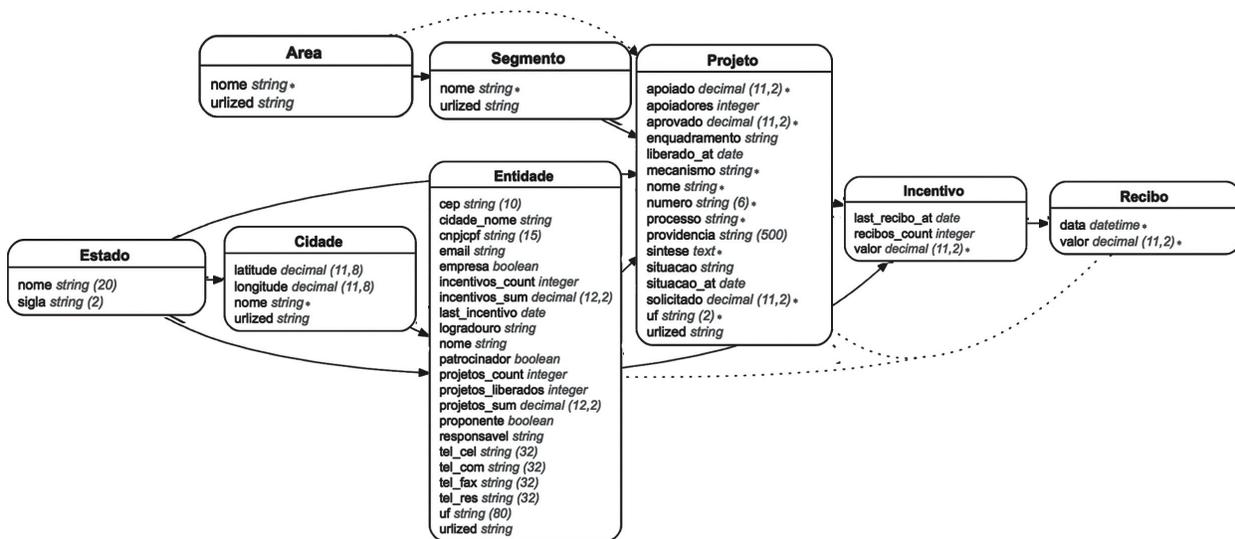
(...)durante essas investigações com os dados e fazendo essas questões para o banco de dados, em muitos projetos a conta final não bate, ou seja tem projeto que tem todas as declarações dos incentivadores, e se a

⁸⁵ Rafael Polo, responsável pela plataforma Mostre!me Cultura, em audioconferência, 01 de julho de 2015.

gente de fato fazer a soma e a auditoria desses dados, eles não batem com o que é dito que foi o total incentivado. Então eu teria muito interesse em pegar esses projetos, que têm uns dados suspeitos, muito por um erro interno do SalicNet, do Ministério da Cultura em lidar com esses dados, ou omitir alguns dados, mas muitos projetos têm questões muito interessantes de serem melhor analisados e que ficam em aberto para quem usa a plataforma e não consegue responder tudo (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

Perante os resultados encontrados, maior foi a motivação em tornar os dados mais acessíveis. Colocaram-se então as dificuldades para aceder os dados e a escolha de recorrer à extração dos dados da plataforma governamental através do modelo representado na Figura 4.1.

Figura 4.1. Modelo da extração dos dados



Fonte: *print screen* da Plataforma Mostre!me Cultura.

O algoritmo, minerador de dados, foi criado em pouco tempo, tendo ficado automaticamente, durante três semanas, a colher os dados públicos registados no sistema, como se fosse um utilizador curioso. Verificaram-se alguns erros durante o procedimento de extração devido a falta de dados que deveriam constar na base, provocando uma lacuna com uma consequente quebra no procedimento e o recomeço do mesmo. Nas palavras do responsável:

(...) não existe uma API⁸⁶, que é uma interface pública para ter acesso a este tipo de informação, (...) eu tive que de facto fazer algoritmos específicos, eu tive que escrever os *softwares* específicos para poder colher

⁸⁶ Interface de Programação de Aplicações (API), do inglês *Application Programming Interface*, é um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um *software* para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que não pretendem envolver-se em detalhes da implementação.

esses dados e estruturar de uma forma nova, não foi um desafio simples, tanto que eu precisei fazer quase que de força bruta, tentativa e erro durante algum tempo (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

No período em que foi feita a extração de dados, em 2010, a Lei de Acesso à Informação (LAI) não estava ainda publicada, o que veio a ocorrer apenas em novembro do ano seguinte, com entrada em vigor em 2012. Verificou-se, não obstante, uma postura favorável às possibilidades que a LAI só em momento ulterior veio legalmente a consagrar.

Na verdade, eu tenho muito interesse para que esse tipo de coisa aconteça, porque eu imagino que esse tipo de possibilidade quase que político jurídica, que as pessoas tenham, de fato, acesso à informação (...) isso é de extrema importância, isso vai muito além da questão de obter os dados da Secretaria de Cultura, do Ministério da Cultura (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

A questão da abertura dos dados governamentais é encarada pelo entrevistado como basilar para a desconstrução dos procedimentos burocráticos, de forma a tornar os sistemas federais, de fato, abertos e acessíveis. Há ainda uma preocupação maior no sentido de que a discussão sobre a abertura de dados vá além das questões jurídicas e passe a motivar as pessoas para olhar, analisar, e explorar estes dados, justificando a sua disponibilização e relevância.

Durante o período dedicado à extração e tratamento dos dados, que se estendeu por três anos de trabalho, não houve contato ou algum pedido de ajuda técnica ao órgão público responsável. A partir do momento em que o programador de *software* concebeu a possibilidade de utilizar os dados, possuindo para tanto os conhecimentos técnicos necessários, entendeu que, tratando-se de uma base de dados pública, poderia reutilizá-la. Considerou, em suma que não faria sentido que estes dados fossem fechados. A sua opinião encontra força na publicação da CGU que considera:

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, de forma que seu acesso deve ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. Assim, o acesso a documentos, arquivos e estatísticas constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, pois fortalece a capacidade das pessoas de participar de modo efetivo do processo de tomada de decisões que lhes diz respeito. O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias nações (CGU: 2012: 12).

A posição é corroborada pelo Secretário de Fomento e Incentivos Culturais quando menciona que todos os dados disponibilizados através do SalicNet são públicos e podem ser livremente utilizados, desde que citada a fonte (Carlos Paiva e Rômulo Barbosa, correio eletrônico, 14 de agosto de 2015).

Com os dados estruturados em uma base de dados relacional própria, mostrava-se seguidamente necessário o conhecimento de uma linguagem específica para lidar com as consultas. As possibilidades iam sendo testadas, cada vez que o responsável recebia um pedido de cruzamento destes dados por

pessoas que se mostravam cada vez mais interessadas. A vontade e a demanda para tornar essas possibilidades mais acessíveis, determinaria a colocação do projeto de uma plataforma de consulta em andamento.

4.2. Uma plataforma de acesso a base de dados

*O que esse sistema propõe é uma interface em que o maior número de perguntas possam ser respondidas*⁸⁷.

O Mostre!me Cultura foi disponibilizado ao público em janeiro de 2014. Pode ser considerada como uma interface que pretende explorar as possibilidades de consulta e permitir visualizações da base de dados do PRONAC. A plataforma apresenta o recorte temporal de 2000 ao ano atual.

Entre a existência da base de dados estruturada e uma interface, foram muitos os desafios citados pelo responsável, desde o tratamento dos dados, *design*, usabilidade, desenvolvimento *front-end* e *back-end*⁸⁸, até como lidar com todas as consultas ao *site*, de forma a oferecer a infraestrutura necessária, com os correspondentes custos a suportar.

A página inicial apresenta um texto, descrito como manifesto, que apresenta a plataforma. Neste texto, os números apresentados referem-se atualmente⁸⁹ a 165.725 incentivos, no valor de R\$9.443.679.511.21, distribuídos por 56.033 patrocinadores⁹⁰ para um total de 18.067 projetos incentivados. Estes números são atualizados de forma automática sempre que a base de dados é atualizada.

No menu principal, ao lado esquerdo da página, há três *links* a partir dos quais é iniciada a pesquisa por: projetos, proponentes ou patrocinadores. Para cada uma destas opções são abertos filtros possibilitando a seleção por estado, no caso da pesquisa por proponentes e patrocinadores; soma-se ainda a possibilidade de seleção por áreas culturais na consulta aos projetos, sendo, neste caso, também possível a escolha de outros filtros (Figura 4.2).

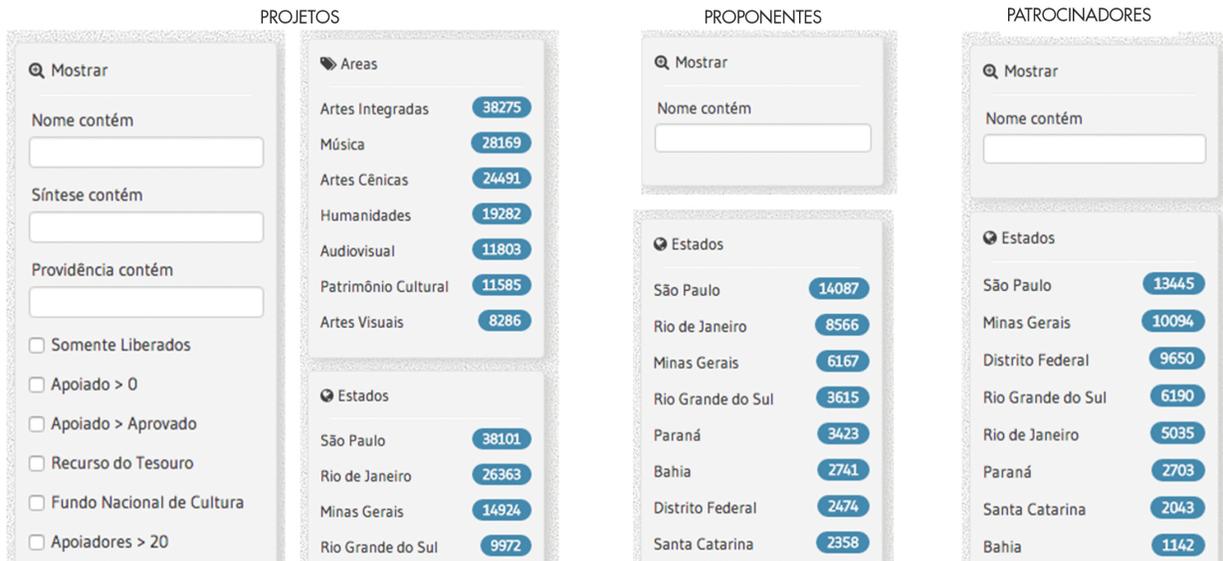
⁸⁷ Rafael Polo, responsável pela plataforma Mostre!me/Cultura, em audioconferência, 01 de julho de 2015.

⁸⁸ Em ciência da computação, *front-end* e *back-end* referem-se às etapas inicial e final de um processo. O *front-end* é responsável por coletar a entrada do usuário em várias formas e processá-la para adequá-la a uma especificação em que o *back-end* possa utilizar. O *front-end* é uma espécie de interface entre o usuário e o *back-end*.

⁸⁹ Último acesso em 10 de setembro de 2015.

⁹⁰ Patrocinadores, conforme aparece na plataforma Mostre!me Cultura tem o mesmo valor da palavra incentivadores, conforme aparece na plataforma SalicNet.

Figura 4.2. Filtros de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora com base no *print screen* da Plataforma Mostre!me Cultura.

As consultas são sempre realizadas em um quadrante único da tela, que é recarregado conforme a aplicação de algum filtro. Ao inserir-se algum parâmetro de pesquisa, são evidenciadas no topo da tela de resultados algumas estatísticas iniciais. Um exemplo de consulta a projetos: ao aplicar o filtro de nome, com a palavra “Lisboa”, o resultado é carregado no topo da parte direita da tela, indicando que há 96 projetos que contém o nome consultado e que somam R\$676.239.59 em incentivos (Figura 4.3).

Figura 4.3. Consulta por projetos, exemplo “Lisboa”

96 projetos 'Lisboa' com R\$676,239.59 em apoios.								
Projeto	Estado	Segmento	Ano	Solicitado	Aprovado	Apoiado	Incentivos	Liberado
Rock in Rio Lisboa Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda.	RJ	Música Popular	2007	R\$3,864,482.50	R\$2,034,937.50	0	-	🔍
JK 100 Anos - Lisboa 2002 EMC - Empresa de Marketing Cultural Ltda.	RJ	Plásticas	2007	R\$614,078.62	R\$614,078.62	0	-	🔍
Nei Lisboa 30 anos Circulação Mardoce Produções	RS	Música Popular	2012	R\$473,606.19	R\$418,077.48	R\$281,908.80	1	2010-09-30
Exposição - Arte Ocupa Lisboa, Paris...e também São Paulo Wilson Grey Produções Artísticas	SP	Exposição de Artes	2015	R\$410,861.00	R\$410,861.00	0	-	🔍
LISBOA EM X,Y,Z Cristiano Alkimin Mascaro	SP	Livros de valor Artístico	2014	R\$369,373.39	R\$352,389.40	0	-	🔍
Poesia Universal de Henriqueta Lisboa (A) Editora Fundação Peirópolis Ltda.	SP	Edição de Livros	2010	R\$390,840.00	R\$348,335.18	0	-	🔍
Azulejo em Lisboa, azulejo em Brasília - em Torno da Estética Barroca Fundação Athos Bulcão	DF	Exposição de Artes	2013	R\$320,000.00	R\$316,800.00	R\$316,800.00	2	2012-11-28
CAPITAIS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM 250 ANOS DE HISTÓRIAS: LISBOA - SALVADOR - RIO DE JANEIRO Makarã Serviços Educativos e Culturais LTDA	RJ	Livros de valor Humanístico	2013	R\$629,992.00	R\$315,132.00	0	-	🔍
Rio Mar Lisboa Rio Barléu Edições Ltda.	RJ	Livros de valor Artístico	2013	R\$334,400.00	R\$312,840.00	0	-	🔍
Chico Lisboa 70 anos Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa	RS	Artes Integradas	2010	R\$261,646.20	R\$249,937.82	0	-	🔍
Lisboa - Gênese do Brasil (Título provisório)	SP	Livros de valor Artístico	2013	R\$70,636.00	R\$65,150.00	0	-	🔍

Fonte: *print screen* da Plataforma Mostre!me Cultura

A partir do resultado, é possível filtrar os projetos, por área cultural e estado e ordenar os resultados por ano, valor solicitado, valor aprovado, valor apoiado, quantidade de incentivos recebidos, e outros. Também é possível filtrar os resultados, escolhendo apenas os projetos que já obtiveram a liberação da movimentação dos recursos, os que receberam incentivos, os que foram aprovados independentemente de terem obtido incentivos, os que receberam incentivos do Fundo Nacional de Cultura, ou os que obtiveram apoio de mais de vinte patrocinadores.

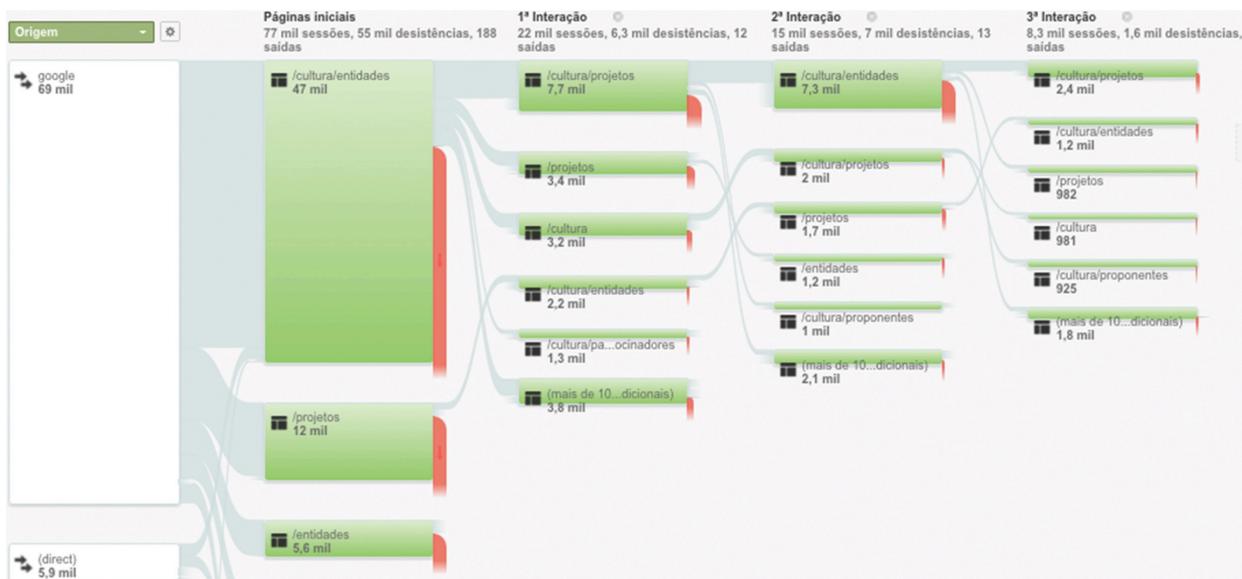
4.2.1. Os utilizadores da plataforma

O presente subcapítulo compreende as diferentes abordagens que relacionam a plataforma Mostre!me Cultura com os seus utilizadores, desde estatísticas de visitas a recepção de mensagens. As fontes foram disponibilizadas à autora pelo responsável da plataforma, para fins deste estudo.

Através das diferentes métricas facultadas pelo *Google Analytics*⁹¹ é possível verificar que as visitas mensuradas mensalmente e por sessão (período de tempo em que um utilizador interage ativamente com a plataforma) declinaram, tendo sido registadas 10.890 sessões no mês de agosto de 2014 e 3.552 sessões no mês de agosto de 2015.

A interação do utilizador ao navegar no ambiente da plataforma pode ser verificada através do fluxo de comportamento desde a origem à página de destino de visitação (Figura 4.4).

Figura 4.4. Fluxo de comportamento dos utilizadores



Fonte: print screen do *Google Analytics*.

⁹¹ Google Analytics é um serviço que exhibe diversas estatísticas de visitas de determinado site. Os relatórios foram extraídos em agosto de 2015.

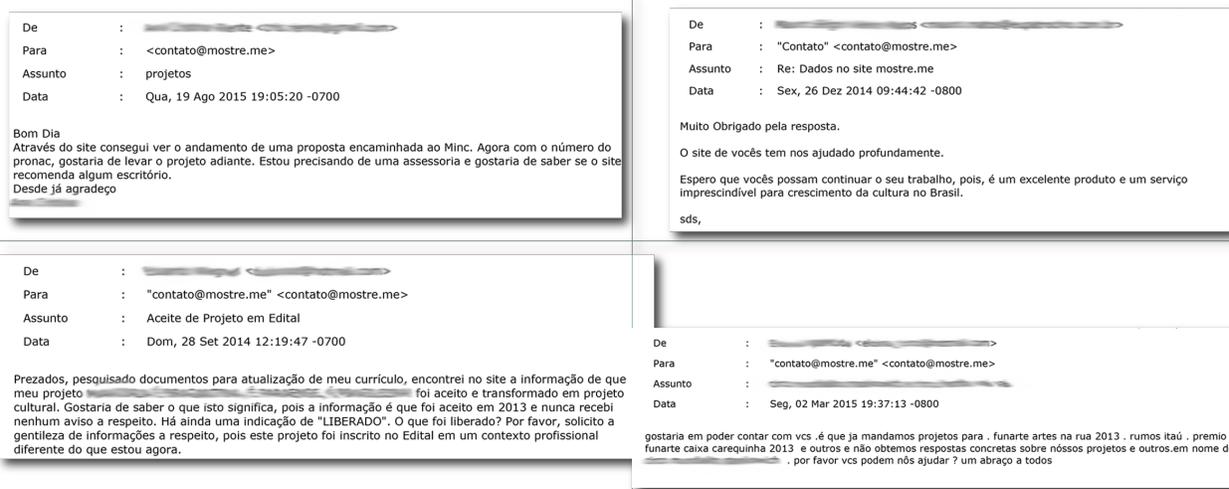
A primeira coluna da figura 4.4 demonstra assim que, no período de 01 agosto de 2014 a 31 de agosto de 2015, foram registadas 77 mil sessões. Destas, 64,8% foram inicialmente precedidas por uma pesquisa no *Google* que as direcionou para uma página de entidades; conforme verificado no modelo de extração de dados da plataforma (figura 4.1, p.43), as entidades tanto podem referir-se especificamente a um proponente, um projeto, um patrocinador, uma cidade ou qualquer outra entidade. Das 5,9 mil sessões que provêm de visitas diretas à plataforma, 31,8% destinam-se especificamente a uma daquelas entidades. De modo geral, as entidades representam a parte mais visitada da plataforma, seguindo-se a consulta aos filtros, por projetos.

Da soma das 77 mil sessões, apenas 22 mil continuam interagindo, número que diminui para 15 mil aquando de uma segunda interação, o que pode apontar para um tipo de utilizador que possui um interesse direcionado, muitas vezes o seu próprio nome, o seu próprio projeto, não mostrando interesse pela consulta de outros dados. O responsável pela plataforma observa que:

(...) existem coisas curiosas, por exemplo: alguns casos que vão pra mídia, como quando uma cantora conhecida ganhou uma “grana” imensa por um projeto cultural. E quando esses assuntos vão para a mídia, dá para perceber um padrão em que as pessoas usam a *web* para questionar e ter dados mais factíveis (...) (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

O acesso as mensagens recebidas através do correio eletrônico, no endereço contato@mostre.me, revela que a Plataforma Mostre!me Cultura recebe uma série de mensagens dos utilizadores, das quais destacam-se os pedidos de informação acerca dos projetos e os pedidos de retirada de dados da plataforma (Figuras 4.5 e 4.6).

Figura 4.5. Mensagens recebidas: pedidos de informação

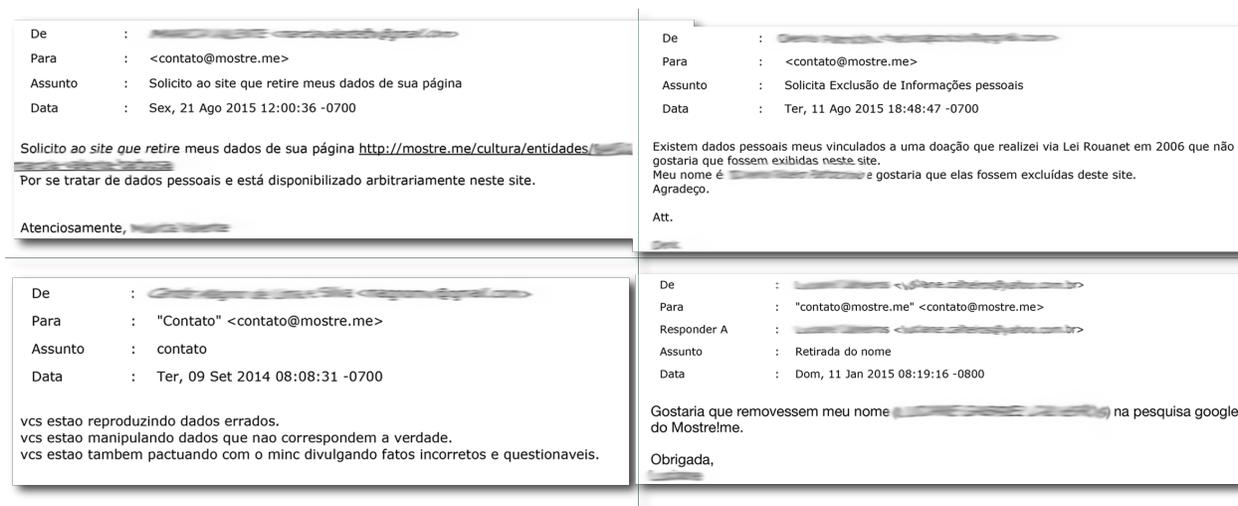


Fonte: contato@mostre.me

Entre as mensagens recebidas, verificou-se curiosamente que uma delas era proveniente de um auditor da Controladoria Geral da União, que referindo trabalhar especificamente na parte de análise de dados, escreveu através do seu e-mail pessoal:

(...) mesmo dentro do governo, eu tenho a mesma dificuldade que qualquer cidadão pra conseguir informação confiável a respeito dos Pronacs. Por isso achei muito interessante o trabalho que você fez com o Mostre.me. Todos os dados que você tem são do acesso público do SalicNet? (...) Acho que você pode nos ajudar muito com alguns insights e talvez possa também colaborar para o seu projeto, se ele ainda estiver ativo. Afinal, o trabalho que fazemos aqui não é nem 1%. O verdadeiro controle social é feito pela população, e são ferramentas como as suas que permitem que esse controle ocorra(mensagem recebida através do contato@mostre.me, 2014).

Figura 4.6. Mensagens recebidas: pedidos de retirada de dados



Fonte: contato@mostre.me

Sobre as mensagens com pedidos de retirada de dados, o responsável elucida:

Eu acho que já recebi até hoje uns quinze e-mails de pessoas pedindo a retirada de dados, umas se exaltam, e uma se exaltou tanto que na verdade foi a única que até hoje eu tirei. Criei uma técnica pra que ferramentas de pesquisa, tipo o Google ou Yahoo, não considerem esse nome. Então se você entrar no mostre.me e pesquisar, você acha a pessoa ou o seu projeto, mas se pesquisar pelo Google não vai aparecer, é o que tem sido minha política recente (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

Acerca dos pedidos de retirada de dados da base do PRONAC, o atual secretário da SEFIC esclarece que ao apresentar a proposta cultural, firma-se um acordo entre o MinC e o proponente, no sentido de que, pelo fato de receber incentivos públicos, os dados poderão e deverão ser divulgados à sociedade, que, “em última análise, é a maior interessada em acompanhar e conferir como os recursos

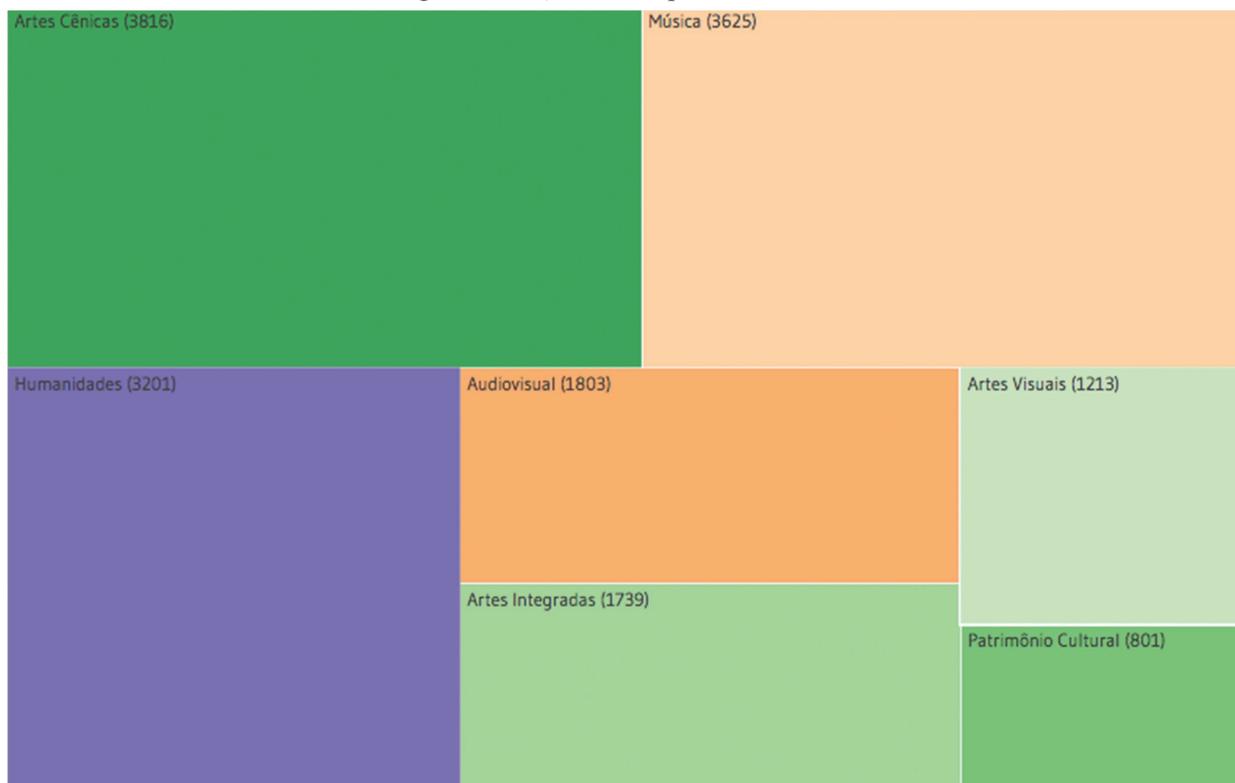
financeiros estão sendo aplicados” (Carlos Paiva e Rômulo Barbosa, correio eletrônico, 14 de agosto de 2015).

Rafael Polo esclarece ainda que a plataforma não exibe dados pessoais, mesmo sendo dados públicos no sistema SalicNet. Dados como endereços e números de telefones não são apresentados na plataforma.

4.3. Propostas de visualização para análises públicas

A plataforma apresenta três propostas de visualização da base de dados do PRONAC, sendo uma delas interativa. As figuras que se seguem são de um quadrante interativo e demonstram a quantidade de projetos incentivados por área cultural (figura 4.7) e os seus respectivos segmentos (figura 4.8).

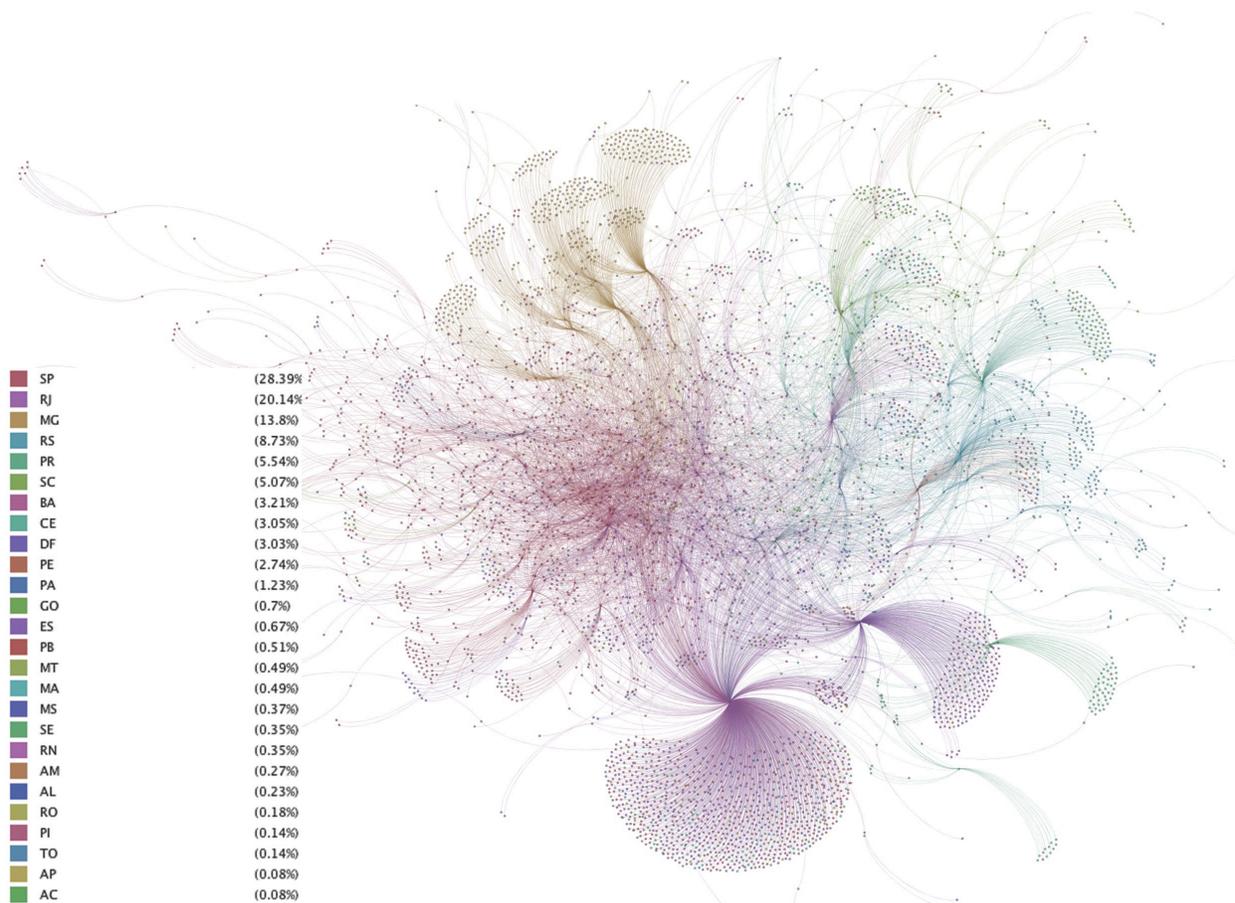
Figura 4.7. Quadrantes por área cultural



Fonte: *print screen* da Plataforma Mostre!me Cultura

A figura 4.10 é um grafo, construído através do *software* livre *Gephi*, sempre a partir dos dados do PRONAC, onde os nós representam as empresas patrocinadoras ou proponentes e as suas relações são expressas através das linhas que fazem a ligação entre cada nó.

Figura 4.10. Grafo de Análises Públicas



Fonte: *print screen* da Plataforma Mostre!me Cultura.

O grafo⁹² constante da figura 4.10 revela que 636 empresas listadas no conglomerado dos Proprietários do Brasil⁹³ também atuam no mecanismo das leis de incentivo à cultura no país e representam 47,48% de todos os incentivos do país entre 2004 e 2014. A empresa Petrobrás e a empresa Vale S/A são os dois principais incentivadores representados na parte inferior do grafo, de forma a fazer a ponte com o maior número de empresas proponentes.

⁹²Ao clicar no grafo o utilizador é redirecionado para um ambiente onde pode melhor visualizá-lo. Disponível em <http://extrapolo.com/labs/proprietarios/#>, consultado em agosto de 2015.

⁹³<http://proprietariosdobrasil.org.br/>, consultado em agosto de 2015.

CAPÍTULO V. SOCIEDADE CIVIL: MAPA DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

*Nós somos muito David nessa história
e precisamos realmente de parceiros
porque a tarefa é de Golias⁹⁴*

O site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais⁹⁵ é o resultado de um convênio de cooperação técnica e financeira firmado, em setembro de 2013, entre o Sebrae Nacional (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE), entidade privada que promove o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de pequeno porte e o Instituto Alvorada Brasil, entidade sem fins lucrativos com qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundado em 2009.

O site é o corolário principal do projeto Economia Criativa – Série Primeiros Passos – Capacitação de Empreendedores Criativos, que resultou também na publicação de um catálogo sobre o mecenato cultural no Brasil e de uma cartilha com orientações práticas para a elaboração, gestão e prestação de contas de projetos culturais, apoiados pelas leis de incentivo à cultura no país.

O objeto estudado nesta pesquisa é o *site* Mapa de Financiamento de Projetos Culturais enquanto fonte de consulta à base de dados do PRONAC, que representa a parte maioritária dos dados disponibilizados. O diferencial desta plataforma é a abrangência e reunião das fontes dos dados, de diferentes instâncias da administração pública sobre as leis de incentivo à cultura, em âmbito federal, estadual e municipal.

Para a realização da presente pesquisa recorreu-se maioritariamente às entrevistas com a equipa gestora do projeto. De acordo com a coordenadora de pesquisa o foco inicial era a publicação do referido catálogo e da cartilha. Entretanto, ao longo do desenvolvimento do projeto, a equipe deparou-se com dificuldades que justificaram a implementação do site.

Consistiram as dificuldades na identificação de possíveis patrocinadores para os projetos do Instituto Alvorada Brasil⁹⁶. A mesma dificuldade foi constatada entre outros produtores e gestores culturais próximos ao Instituto, e neste sentido, o site surge como ferramenta para facilitar a vida destes profissionais, ao oferecer transparência nos dados sobre os patrocinadores dos projetos aprovados por leis de incentivo.

O diretor de planeamento e gestão do Instituto, aponta como razão para o SEBRAE apostar recursos no projeto, a forma como são distribuídos os recursos, através das leis de incentivo. Para ele, há uma concentração dos recursos, à primeira vista, no eixo das cidades Rio de Janeiro e São Paulo e, em

⁹⁴ Ronaldo de Moura, audioconferência, 24 de junho de 2015

⁹⁵ <http://www.mapafinanciamentocultural.org.br/>, consultado em setembro de 2015.

⁹⁶ O Instituto Alvorada Brasil desenvolve projetos nas áreas de cultura, responsabilidade social e economia criativa.

segundo plano, concentrados entre as grandes empresas e instituições. Na perspectiva do entrevistado, as pequenas empresas e os profissionais independentes são prejudicados na disputa aos recursos. Tendo como missão a promoção da competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, entre os quais se inclui o próprio Instituto Alvorada Brasil, o SEBRAE sensibiliza-se, diante da pressão das pequenas empresas. A parceria objetiva então a democratização do acesso aos recursos públicos facultados pelas leis de incentivo à cultura.

Nesta parceria o SEBRAE contribuiu com 70% dos recursos e o Instituto Alvorada Brasil, como sócio minoritário, com 30%, sendo todavia o responsável pela execução do projeto. Foi constituída uma equipa de cerca de trinta pessoas, pesquisadores, administrativos e profissionais de Tecnologia da Informação, contratados para a criação do *design*, desenvolvimento *front-end* e *back-end* do *site*, implementação do sistema e base de dados. Presente ainda uma assessoria jurídica responsável pelos aspetos legais que envolveram a criação do *site*, como o manejo à Lei de Acesso à Informação e o relacionamento com os órgãos públicos.

5.1.A disponibilização dos dados: um paralelo entre Golias e a burocracia.

A fase inicial do projeto do *site* Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, passaria necessariamente pela obtenção dos dados. O caso traz contribuições importantes para o debate sobre os desafios na obtenção de dados governamentais (aqui incluídos os dados relativos aos governos da federação, do estado e de município): serão abordadas, pois, as estratégias empreendidas nas três instâncias da administração pública e não somente relativas à esfera federal.

Um primeiro diálogo foi estabelecido com o Ministério da Cultura, na fase inicial do projeto, em 2013. Ronaldo de Moura considera que foi um equívoco a fase da solicitação das informações em caráter colaborativo, pois não resultou no acesso aos dados. A situação, entretanto, mudou quando foram colocadas em prática abordagens diferentes, o recurso à LAI (BRASIL, 2011), que se encontrava em vigor desde 2012 e o contato com uma assessora da ministra da cultura, Marta Suplicy⁹⁷, que agilizou o trâmite do processo. A partir destas estratégias, a equipa conseguiu aceder, de forma aberta, a base de dados do PRONAC.

Pode-se apontar como barreira principal na obtenção destes dados, a burocracia expressa pelos entrevistados na lentidão dos requerimentos que não obtinham respostas e nas mudanças de gestão que culminavam na interrupção dos processos. A coordenadora de pesquisa relata que “(...) a gente começava a conversar com uma pessoa, ela tinha saído, aí ficava um tempo sem, aí entrava uma outra pessoa e aí

⁹⁷ A gestão Marta Suplicy no Ministério da Cultura deu-se entre os anos 2012-2014.

tinha todo aquele início de conversação novamente pra poder fornecer esses dados...” (F. Pacini, audioconferência, 24 de junho de 2015).

No âmbito estadual e municipal, as dificuldades relatadas foram ainda maiores, havendo casos em que os dados foram descartados e eliminados com a mudança de gestão; falta de estrutura evidenciada nos sistemas que não permitiam a extração dos dados; negligência e indolência no serviço público; dados não compilados. Além disto, os dados obtidos foram disponibilizados em diferentes formatos, digitais (excel e word) até o formato físico, em papel. Neste sentido, Fernanda Pacini menciona que, apesar de o pedido prezar a disponibilização dos dados estruturados, na maioria dos casos, isto não foi possível.

Perante estes fatos, a constituição de uma base de dados foi concebida no âmbito do projeto do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, por uma empresa de TI pertencente à iniciativa privada e sem o apoio técnico dos órgãos públicos.

Um aspecto importante foi a escolha da equipa em utilizar apenas os dados que foram disponibilizados, por parte dos órgãos públicos responsáveis. Isto fica claro nas palavras do diretor de planeamento e gestão do Instituto:

Até mesmo quando a gente encontrava inconsistências, divergências e contradições nos dados fornecidos, a gente optou por não manipular essas informações, e nessas a gente colocava lá um nota de pé, uma observação de que a autoria desses dados, a responsabilidade desses dados é de fonte tal. (R. de Moura, audioconferência, 24 de junho de 2015).

Em alguns casos, o órgão responsável foi contactado no sentido de uma correção, sempre mantido conforme publicado na fonte primária. E mesmo os dados considerados possíveis de aceder, por outros métodos, não vieram a compor a base de dados do site. Neste sentido, Ronaldo de Moura afirma:

(...) não nos forneceram os dados e a gente acaba não utilizando por mais que os dados deles sejam públicos, a gente acaba não utilizando porque a gente não recebeu. Não utilizamos os dados sem fornecimento, sem autorização.” (R. de Moura, audioconferência, 24 de junho de 2015).

O catálogo Mecenato Cultural no Brasil (Instituto Alvorada Brasil, 2014), informa que o conteúdo disponível no *site* foi fornecido pelo Ministério da Cultura, por 12 secretarias e fundações estaduais e por 11 secretarias e fundações municipais de cultura.

O projeto, previsto inicialmente para 8 meses de execução, foi finalizado após 12 meses, resultando em um site que reúne uma base de dados, formada por aproximadamente 45 mil projetos apoiados pelo PRONAC, 25 mil pelas leis estaduais de incentivo à cultura e 5 mil pela legislação municipal.

Durante o desenvolvimento do projeto, a coordenadora de pesquisa reporta que a equipa contou com uma assessoria jurídica:

A gente passou um período da pesquisa estudando como funcionava a legislação em cada um dos locais que a gente estava trabalhando, que é bem diversa, então eles auxiliaram nesse sentido, de compreender

algumas informações, como que as coisas são colocadas (F. Pacini, audioconferência, 24 de junho de 2015).

O diretor do Instituto enfatiza que a pesquisa sobre a legislação é um legado importante do projeto, constituindo uma página específica do site⁹⁸, com uma extensa relação de leis de incentivo à cultura nos níveis federal, estadual e municipal, disponível para acesso. Na visão da equipa a explanação sobre a legislação é absolutamente necessária pois a lei, por vezes, pode funcionar como uma barreira.

Questionados sobre se a consultoria jurídica incidiu sobre matéria do licenciamento dos dados, a partir da publicação no Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, Fernanda Pacini esclarece que logo no início se procurou definir o que poderia ser solicitado e o que o projeto poderia publicar.

Sobre a disponibilização dos dados, Ronaldo de Moura refere que houve casos em que os órgãos públicos informaram que os dados dos patrocinadores eram sigilosos, esclarecendo que tais casos não ocorreram em âmbito federal. Declara a este respeito que “(...) é um absurdo, quer dizer, não se trata de uma ação de patrocínio direto, se trata de recursos, de incentivo cultural que está sendo utilizado pela empresa privada e está contribuindo pra fortalecer a sua imagem.” (R. de Moura, audioconferência, 24 de junho de 2015). Nestes casos, a LAI (BRASIL, 2011) foi utilizada.

5.2.O site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais

Com os dados estruturados, o site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais informa que reúne, em uma única plataforma, dados que encontravam-se dispersos no Ministério da Cultura, e também nas secretarias estaduais e municipais de cultura e em outras instituições públicas de políticas de incentivo à cultura. Ainda de acordo com o site os utilizadores podem aceder:

informações sobre aproximadamente 75 mil projetos apoiados pela Lei Rouanet e pelas leis estaduais e municipais de incentivo à cultura no período de setembro de 2008 a setembro de 2013. É possível também fazer cruzamentos de várias informações, como nome e objeto do projeto, seus proponentes e incentivadores, as áreas culturais e os locais de execução, entre outras (apresentação do projeto, 2014: *para. 2*)

De acordo com os entrevistados, os filtros foram implementados de forma a oferecer um campo de pesquisa maior do que é oferecido na plataforma SalicNet. Neste sentido, a coordenadora de pesquisa do projeto do site manifesta a opinião de que o SalicNet, enquanto plataforma de consulta, é uma ferramenta rígida que oferece apenas uma pesquisa por vez, com poucas possibilidades:

é uma ferramenta um tanto rígida, você não tem tantos campos de pesquisa (...) você faz uma consulta aos dados e se perdem, você não pode ficar mexendo nela, se você entra aqui e quer saber um pouco mais de um

⁹⁸ <http://www.mapafinanciamentocultural.org.br/index/legislacao>, consultado em agosto de 2015.

projeto e você quer voltar... a pesquisa toda hora pede pra você sempre clicar do princípio e atualizar o site (...) (F. Pacini, audioconferência, 24 de junho de 2015).

Há vários caminhos para iniciar uma consulta dentro do *site*. Logo na página inicial, apresentada na figura 5.1, encontra-se uma caixa de pesquisa, enquanto no menu lateral do *site*, estão descritos, em *links* independentes, os principais caminhos de pesquisa: projetos incentivados; proponentes; incentivadores; áreas culturais; locais de execução; lei Rouanet; leis estaduais e leis municipais.

Figura 5.1. Página inicial do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais

Faça sua pesquisa

- Projetos Incentivados
- Proponentes
- Incentivadores
- Áreas culturais
- Locais de execução
- Lei Rouanet
- Leis estaduais
- Leis municipais
- Legislação
- Editais
- Links

Apresentação do projeto

O site *Mapa de financiamento de projetos culturais* é resultado de um convênio de cooperação técnica e financeira firmado, em setembro de 2013, entre o Instituto Alvorada Brasil e o Sebrae Nacional. O diferencial dessa plataforma consiste na ferramenta de busca que fornece informações sobre projetos financiados por meio de mecenato cultural nos níveis federal, estadual e municipal.

Os usuários podem acessar nesse site informações sobre aproximadamente 75 mil projetos apoiados pela Lei Rouanet e pelas leis estaduais e municipais de incentivo à cultura no período de setembro de 2008 a setembro de 2013.

É possível também fazer cruzamentos de várias informações, como nome e objeto do projeto, seus proponentes e incentivadores, as áreas culturais e os locais de execução, entre outras. Ao concluir a pesquisa, o sistema de programação do site gera relatórios gerenciais no formato de arquivos Excel.

FAÇA SUA PESQUISA

Proponente

Incentivador

Selecione Ano

Selecione Área Cultural

Selecione o Estado

Selecione a cidade

Outras palavras-chave

OK

FAÇA O DOWNLOAD DA CARTILHA

FAÇA O DOWNLOAD DO CATÁLOGO

Fonte: *print screen* do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.

As consultas estão restritas ao período de setembro de 2000 a setembro de 2013. No entanto, o site apresenta dados distintos em relação à abrangência temporal do projeto, em função das informações que foram fornecidas pelas diversas fundações e secretarias estaduais e municipais de cultura, que são as fontes dos dados.

A figura 5.2. apresenta os campos de pesquisa disponibilizados para as consultas à base de dados do PRONAC⁹⁹.

⁹⁹ Disponível em <http://www.mapafinanciamentocultural.org.br/index/leirouanet>, consultado em setembro de 2015.

Figura 5.2. Consulta a base de dados PRONAC

FAÇA SUA BUSCA

Selecione o ano

Selecione o Estado

Selecione a cidade

Selecione Área Cultural

Quantidade de projetos

Valor aprovado por área

Proponente

Incentivador

OK Limpar

Escolha alguma opção acima e faça sua busca!

Fonte: *print screen* do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.

As ações de melhorias de implementação, prioritárias, na visão da equipa, passam pela atualização e manutenção da base de dados, aprimorar os filtros de busca, ajustes no *front-end* e *back-end* do site; aumentar a capacidade do servidor; permitir mais acessos simultâneos, e incluir as restantes cidades que possuem leis de incentivo a cultura e ficaram de fora do projeto, assim como os dados que não foram disponibilizados a tempo, além de permitir a extração total dos dados.

Atualmente, o Instituto busca recursos e parceiros. Ronaldo de Moura menciona que “nós fizemos o dever de casa que, em princípio, teria que ter sido feito pela esfera pública, que é juntar, que é fundir essas informações” (R. de Moura, audioconferência, 24 de junho de 2015). Neste sentido os idealizadores do projeto planeiam entrar em contato com o MinC, afim de dar continuidade ao *site*.

De acordo com a equipa, não houve tempo, condições e recursos para realizar um monitoramento das visitas e o levantamento de perfil dos utilizadores, apesar das métricas de visita existirem. O diretor acredita que o site pode atingir um público maior e estima que os utilizadores são produtores culturais, pessoas que atuam na área de economia criativa, estudiosos, pesquisadores e acadêmicos. Até ao momento, a equipa não havia recebido pedidos de retirada de dados pessoais do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.

CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Respondendo aos objetivos colocados, este capítulo pretende apresentar e discutir os resultados verificados na presente investigação, aproximando e afastando, sob diferentes ângulos, os casos das plataformas que possibilitam consultas à base de dados do PRONAC, o SalicNet, o Mostre!me Cultura e o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, verificando os respectivos percursos e desafios.

6.1.A abertura dos dados PRONAC

A entrevista realizada no âmbito da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura é indicativa de que os dados do PRONAC já estão abertos desde 2004, com melhorias nas versões seguintes, através da Plataforma governamental SalicNet. Os inquiridos informam ainda que a SEFIC irá disponibilizar os dados, até o final de 2015, nos termos regulamentados pela Instrução Normativa da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos¹⁰⁰.

A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é o resultado da construção cooperativa, promovida pelo Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão, em 2011, abarcando grupos de trabalho e interessados provenientes quer da sociedade civil, quer do governo. Importa referir que a implantação da INDA resulta de um compromisso firmado com a assinatura do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, no âmbito da Parceria para Governo Aberto, celebrada em setembro de 2011.

A referida instrução normativa considera que a adoção de meios eletrónicos para a disponibilização de dados públicos exige que estes mesmos dados sejam publicados de forma que facilite o seu reuso e permita o acesso simplificado para os utilizadores. Tais dados deverão ainda obedecer a um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controlo necessários para atender às condições de disseminação e partilha de dados e informações públicas no modelo de dados abertos, em conformidade com o disposto nos normativos da e-PING¹⁰¹, do Ministério do Planeamento.

Independentemente deste modelo proposto para abertura dos dados, o secretário da SEFIC, como foi antes dito, considera que os dados do PRONAC já estão abertos desde 2004. Neste sentido, resgata-se a opinião do responsável pela Plataforma Mostre!me Cultura, que se dedicou ao estudo daquela base de dados:

¹⁰⁰ A instrução encontra-se acessível em : <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/view>, consultado em agosto de 2015.

¹⁰¹ A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrónico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização das TIC no governo federal.

Do ponto de vista técnico eu diria que não é aberto, porque não existe a possibilidade de eu recolher esses dados de uma forma que as máquinas possam ler, mas ele seria sim um formato aberto do ponto de vista de que humanos podem acessar, com muitas dificuldades, muitas limitações mas perdidos nesse sistema de informação os dados são claros, eles existem. Eu consideraria aberto um formato que máquinas e algoritmos possam lidar, interrelacionar e inserir. Nesse contexto eles não são abertos (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

Conforme os critérios propostos na presente investigação para mensurar a adequação aos *oito princípios dos dados abertos* (Quadro 2.2) observa-se no entanto, estando embora prevista a abertura de dados, até o final de 2015, os dados do PRONAC publicados na Plataforma SalicNet - bem como nas restantes Plataformas estudadas - não podem, atualmente, ser considerado dados abertos (Quadro 6.1).

Quadro 6.1. Validação dos princípios de dados governamentais abertos

Princípios/ Plataformas	SalicNet	Mostre!me Cultura	Mapa de Financiamento de Projetos Culturais
1. Completos	Não	Não	Não
2. Primários	Não	Não	Não
3. Atualizados	Não	Não	Não
4. Acessíveis	Não	Não	Não
5. Processáveis por máquina	Não	Não	Não
6. Não-discriminatórios	Sim	Sim	Não
7. Não-proprietários	Não	Não	Não
8. Livres de licenças	Não	Não	Não

Fonte: elaboração da autora.

No que respeita ao primeiro princípio, as plataformas deveriam exibir todos os dados do PRONAC disponibilizados através do Sistema Salic, o que em nenhuma delas se sucede. Sendo assim não se validou a completude dos dados em nenhuma das plataformas.

A primariedade dos dados é vinculada ao primeiro princípio, sendo verificada com recurso a disponibilização de todos os dados com o maior nível de detalhamento possível e não de forma agregada ou modificada. Verificou-se que a plataforma Mostre!me Cultura não disponibiliza os dados pessoais (tais como endereço, telefone, email) e apesar de as restantes plataformas o fazerem, nenhuma das três apresenta os dados do PRONAC com o maior nível de detalhamento o possível.

Analisou-se a atualidade dos dados, levando em consideração a periodicidade de cinco dias para o registo dos dados no Sistema Salic. O Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, desde o seu lançamento, não tem atualizado os dados: a equipa responsável considera que a limitação do ponto de vista temporal é, precisamente, um dos pontos fracos do projeto, apesar de fazer parte do escopo inicial de implementação; a coordenadora de pesquisa do projeto defende que os órgãos públicos envolvidos deveriam idealmente disponibilizar os dados de forma aberta, facultando uma atualização constante.

A Plataforma Mostre.me Cultura, por sua vez, propõe-se a uma atualização semanal dos dados; verificou-se, no entanto, que muitos projetos não estão sujeitos a tal atualização por falta de tempo do responsável para aperfeiçoar os algoritmos e fazer a manutenção dos novos dados. Os dados na plataforma SalicNet não são considerados atualizados, pois embora os dados sejam alimentados diariamente (TCU, 2011), há uma aparente defasagem dos registros no sistema que prejudica a qualidade dos dados.

Os dados de captação são alterados à medida que os recibos de captação chegam ao setor de acompanhamento. Todavia, algumas vezes, devido ao fato do proponente não ter enviado em data correta o Recibo de Mecenato, os dados de captação são alterados ao final do projeto, quando na fase da entrega da prestação de contas final ou na fase da análise financeira da prestação de contas esta situação é detectada" (TCU, 2011: IV).

No que respeita à validação do princípio de acessibilidade, recorreu-se ao *software* “Avaliador e Simulador de Acessibilidade de sítios (ASES)”, que sinalizou erros do tipo “P1” nas três plataformas, ou seja, erros prioritários que impedem o acesso de um ou mais grupos de utilizadores. Foi gerado um resumo de relatório que consta na figura 6.1.

Figura 6.1. Avaliação de acessibilidade

Página	URL	Avisos P1	Erros P1	Avisos P2	Erros P2	Avisos P3	Erros P3
1	http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet.php	194	850	135	103	248	0
1	http://mostre.me/cultura	45	18	9	1	30	0
1	http://www.mapafinanciamentocultural.org.br/	143	1162	53	54	100	0

Fonte: *print screen* do software ASES.

Relativamente aos princípios processáveis por máquina e não-proprietários (princípios 5 e 7), foram eles examinados conjuntamente. Embora as plataformas SalicNet e o site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais facultem o *download* dos dados, a planilha consta em formato proprietário, XLS, controlado pela *Microsoft* ou em formato alternativo, em um documento *PDF*, não possibilitando a leitura por máquinas. Sobre esta questão, o responsável da Plataforma Mostre!me Cultura esclarece que a disponibilização não constituiu um requisito de desenvolvimento da plataforma. O maior desafio, do seu ponto de vista, foi tornar os dados mais acessíveis às pessoas, com prioridade às máquinas:

Meu interesse foi muito maior em tornar esses dados acessíveis para as pessoas, do que para as máquinas. Porque eu já tive um trabalho em consumir das máquinas... e considero que o maior esforço foi este, trazer das máquinas para as pessoas, portanto tenho como prioridade agora que as pessoas possam consultar, em uma interface, esses dados (R. Polo, audioconferência, 01 de julho de 2015).

Não obstante, o responsável manifesta interesse em desenvolver funcionalidades que permitam

outras máquinas processarem e consumirem os dados.

O princípio não discriminatório é observado nas Plataformas SalicNet e Mostre!me Cultura, estando os dados disponíveis para qualquer pessoa, sem necessidade de registro. Já no Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, o utilizador que queira proceder à consultas tem previamente de preencher uma ficha de cadastro com os seus dados pessoais (Figura 6.2).

Figura 6.2. Ficha de cadastro



The image shows a registration form titled "FICHA CADASTRO" with three main sections:

- DADOS PESSOAIS:** Includes fields for "Nome*", "Email*", "Data de Nascimento*", "Estado*" (dropdown menu), "Cidade*" (dropdown menu), and "Sexo*" (dropdown menu).
- DADOS COMPLEMENTARES:** Includes a "Tipo Pessoa" dropdown menu, and text input fields for "Órgão/Instituição/Empresa:" and "Cargo/Profissão:".
- DADOS DE ACESSO AO SISTEMA:** Includes text input fields for "Login*", "Senha*", and "Confirmação da Senha*", followed by an "OK" button.

Fonte: *print screen* do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais.

O princípio referente à licença livre (princípio 8) merece uma maior explanação, pois as políticas do governo relativas ao uso e reuso de suas bases de dados constitui um debate importante, que retoma ao plano de ação da INDA (DSI/SLTI, 2012). Nesse contexto, surge a proposta de se efetuar um levantamento jurídico sobre o licenciamento de dados abertos. O estudo pretendia responder a determinadas perguntas, designadamente qual seria a licença mais adequada à conjuntura legal brasileira, em vista a realizar a garantia de acesso à informação pública.

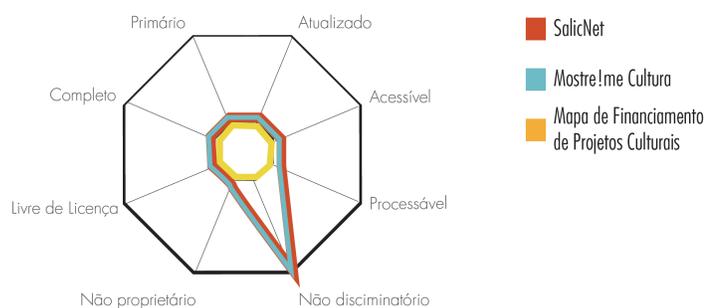
Gisele Craveiro, representante na Sociedade Civil no Comitê Gestor da INDA, entre 2012-2014, refere em entrevista, que, nos últimos anos, não se verificaram avanços no sentido pretendido, e esclarece que não foi ainda definida política na matéria, não havendo, uma licença explícita, para além das perspectivas de estudo no âmbito do governo federal. (G. Craveiro, audioconferência, 13 de julho de 2015).

Este cenário ajuda a explicar a ausência de uma licença explícita pra o uso e reuso da base de dados do PRONAC, para além da notificação “Copyright © 2004”, encontrada na tela inicial da plataforma SalicNet.

No rodapé do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais encontra-se a nota “Copyright 2014 - Conteúdo liberado para uso e divulgação irrestrita desde que citado como fonte o Sebrae e o Instituto Alvorada Brasil”; não consta todavia uma declaração explícita sobre uma licença do uso dos dados. A plataforma Mostre!me Cultura apresenta a nota : “Mostre!me Cultura | Copyfight 2015”. Não foi encontrada referências a *copyfight*, enquanto tipo de licenciamento: o termo, ao invés, reporta-se a rede de pessoas com práticas e reflexões ligadas às questões de pirataria cultura livre. Desta forma, observada embora a ironia do registo, na ausência de uma licença explícita, considera-se que as plataformas não estão livres de licença.

No que toca ao primeiro objetivo de mensurar a adequação aos oito princípios de dados abertos, nos casos examinados das plataformas SalicNet, Mostre!meCultura e o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, apresenta-se seguidamente o resultado na figura 6.3.

Figura 6.3. Resultado da validação dos princípios de dados abertos



Fonte: elaborado pela autora.

Em suma, os dados públicos em todas as plataformas consideradas, não são disponibilizados de forma que o maior número de pessoas deles se possam apropriar e tratá-los de modo conveniente e adequado. Corrobora-se, deste modo, a necessidade de uma maior abertura da base de dados do PRONAC nas referidas plataformas.

6.2. Os novos intermediários da base de dados do PRONAC

Os casos examinados ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa são produtos das ideias advindas do movimento *Open*, da década de 70, como o *software* livre, o código aberto e o acesso livre. Absorvidos em diversos setores da sociedade atual, os conceitos que priorizam a liberdade de uso, reuso e compartilhamento, são observados na prática de jornalistas, pesquisadores, *hackers*, bem como da

sociedade civil em geral, sempre que se apropriam e dão novos usos aos dados, como tal, atuando como intermediários.

A progressiva produção de dados motiva os profissionais a incorporarem novas ferramentas de recolha e análise, atividades verificadas com maior intensidade a partir do início da década de 2000. Os intermediários de dados passam ativamente a agregar-se em torno do movimento de dados abertos, o que possibilita uma participação cívica sem precedentes. Para Gisele Craveiro (2014), este é o momento em que se assiste a *uma mudança do contrato social entre o Estado e o cidadão*¹⁰².

Com o acesso aos dados governamentais cessa o papel único de consumidor passivo, unidirecionalmente orientado. O cenário possibilita o surgimento de novos atores e a disputa por protagonismo. Os dados do governo, antes centralizados e distribuídos, somente através de plataformas governamentais na lógica de uma estrutura vertical, ganham outras possibilidades de acesso, distribuição, tratamento e análise crítica.

Em resposta ao segundo objetivo, identificar os atores envolvidos no uso, reuso e redistribuição da base de dados do PRONAC e compreender as suas características e motivações, obtêm-se respostas diversas, conforme a plataforma considerada.

No caso da Plataforma Mostre!me Cultura, verifica-se a apropriação da base de dados por parte de um profissional com competências informáticas especializadas, envolvido com o movimento do *software livre*. O projeto possui características *hacktivistas* e envolve a extração dos dados públicos sem a disponibilização direta dos mesmos por parte do órgão responsável. A ação é independente e motivada por uma vontade de usufruir da liberdade de acesso e de tornar os dados mais transparentes.

O Mapa de Financiamento de Projetos Culturais é um caso a partir do qual se verifica a alteração do papel passivo de consumidor dos dados para a de agente colaborativo da mudança. O desenvolvimento da plataforma resulta da motivação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com recurso a parceria com uma entidade privada. O projeto agregou a participação de aproximadamente 30 profissionais, entre pesquisadores, consultores e informáticos. Neste caso, o acesso às bases de dados deu-se mediante a disponibilização facultada pelos órgãos responsáveis, mais de vinte, de âmbito municipal, estadual e federal. Invocada ainda, quando necessário, a Lei de Acesso à Informação (LAI).

¹⁰² Gisele Craveiro em participação no ciclo de debates promovido pela Fundação Perseu Abramo (FPA) sobre a participação popular e política distribuída, em 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0Oq8xe7W0SA&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oPerseuAbramo, consultado em agosto de 2015.

O surgimento de novos intermediários dos dados não descarta a relevância da plataforma governamental. O SalicNet é um projeto consistente, ele próprio integrante de um sistema que realiza o cadastramento dos dados do PRONAC. Como se referiu no presente estudo, o projeto está em fase de renovação, com conclusão prevista para o final de 2015.

Verifica-se com a intervenção dos intermediários um aumento na transparência dos dados e a diluição da responsabilidade do Estado, enquanto provedor único de informação, fator este que beneficia a sociedade na democratização do acesso a mesma. Os atores intermediários demonstram, assim, que o engajamento cívico é possível e viável com pluralismo, em oposição à unidirecionalidade e centralização no âmbito governamental.

Craveiro observa que “tem um fator talvez mais importante do que a qualidade dos dados, que é a qualidade dos intermediários” (G. Craveiro, audioconferência, 13 de julho de 2015) e refere que muitas vezes os intermediários fazem a diferença no debate público, ao alcançar objetivos mesmo quando os dados estão disponíveis com uma qualidade insuficiente.

Neste sentido os intermediários de dados desempenham um papel importante na transformação dos dados governamentais em informação e em conhecimento.

6.3. Os desafios legais e técnicos e as barreiras culturais para a publicação dos dados

Respeita o terceiro objetivo desta dissertação aos desafios verificados para a abertura dos dados da base PRONAC nas plataformas estudadas.

Neste sentido, há um difícil equilíbrio entre a inovação e a rotina de atuação da administração pública, na publicação de dados abertos governamentais. Verificando-se embora uma boa vontade manifesta na atual gestão do MinC para as políticas digitais no âmbito do debate cultural, o modelo global do sistema público persiste com problemas estruturais, que, na direção de um governo aberto, deverão ser impugnados.

Atualmente, o enquadramento jurídico no Brasil nesta matéria obriga o governo em termos de disponibilidade e acesso, reuso e distribuição de dados e de integração das respectivas bases. No entanto, ainda que a lei garanta o direito ao acesso à informação, quanto a ela nada refere especialmente em matéria de direitos e deveres de uso e reuso, desta forma suscitando dúvidas quanto ao seu exato alcance.

Verificaram-se, ainda, diferentes notificações nas diversas plataformas estudadas: “Copyright © 2004 - Ministério da Cultura. Todos os direitos reservados. MinC”, no caso do SalicNet; “Copyright 2014 - Conteúdo liberado para uso e divulgação irrestrita desde que citado como fonte o Sebrae e o Instituto Alvorada Brasil”, no caso do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais; e “Mostre!me Cultura | Copyfight 2015”, no caso da plataforma Mostre!me Cultura.

As notificações de *copyright* e *copyfight* que constam nas plataformas tem um conteúdo largamente indeterminado e a apresentação de uma licença é olvidada.

O SalicNet, por exemplo, nada esclarece em matéria de permissão para a redistribuição dos dados, se outorga ou dispensa licença ou autorização, o que gera incerteza aos utilizadores que querem redistribuir os dados do PRONAC. Mesmo que a SEFIC esclareça que os dados disponibilizados através do SalicNet são públicos e podem ser livremente utilizados, igualmente não constam os termos de uma possível licença que esclareçam os direitos e deveres daqueles que querem redistribuir os dados.

Consequentemente, no Mapa de Financiamento de projetos Culturais o *copyright* segue com a informação de que o conteúdo é liberado para o uso e a divulgação irrestrita desde que citada a fonte, nada esclarecendo quanto a trabalhos derivados e à possível venda dos dados inalterados; não esclarece, igualmente, da possibilidade de revogar licenças futuras gerando incerteza quanto ao status legal.

Por outro lado, na plataforma Mostre!me Cultura deixa-se explícito, no rodapé da página, uma mensagem com referência ao *copyfight*, que esclarece um posicionamento favorável a uma política aberta de uso e reuso dos dados, mas também não vindo explícita uma licença válida.

Portanto, o grau de indeterminação e insuficiência verificado, no que respeita aos direitos e deveres dos utilizadores quanto ao uso e reuso dos dados obtidos, representa um desafio para os governos e a sociedade em matéria de publicação dos dados abertos. Os casos examinados refletem em suma um panorama de instabilidade e a necessidade de acompanhamento pela legislação das mudanças tecnológicas verificadas.

Da análise das fontes consultadas emergem desafios técnicos. Craveiro explica que muitas vezes os portais governamentais não disponibilizam dados com uma qualidade satisfatória, desde a periodicidade da publicação à falta da descrição necessária, podendo, provavelmente, outros intermediários criticarem diferentes aspetos (G. Craveiro, audioconferência, 13 de julho de 2015). A opinião da especialista é corroborada nas entrevistas pelos intermediários da base de dados do PRONAC, que confirmam as condições da plataforma governamental SalicNet como inadequadas para a obtenção, de forma aberta, dos dados.

O Mapa de Financiamento de Projetos Culturais tem como objeto desafiante facultar o acesso à dados atualizados, implementar melhorias no ambiente da plataforma tanto internamente, em relação à infraestrutura, quanto externamente, com novas funcionalidades e campos de pesquisa para o utilizador bem como acompanhar as alterações legislativas ocorridas.

A plataforma Mostre!me Cultura assume como prioridade facultar mais que a mera consulta dos dados e apresentar diversos tipos de visualização dos dados pretendidos. Assim verifica-se em suma que o desafio deste projeto consiste em transformar uma quantidade imensa de dados em informação personalizada e compreensível.

Os desafios, uma vez determinados, poderão ser mais facilmente combatidos. Entretanto não se circunscrevem somente aspetos técnicos e legais, antes congregam a participação de atores diversos. Existem desafios posteriores à disponibilização dos dados que, na opinião de Craveiro, são os mais difíceis, pois dependem de um ecossistema que tenha as condições cognitivas, culturais e económicas necessárias para assegurar a proteção desses mesmos dados, facultar a sua interpretação e potenciar a sua tradução em novas iniciativas (G. Craveiro, audioconferência, 13 de julho de 2015).

A proteção dos dados pessoais destaca-se como aspeto particularmente sensível que deverá ser assegurado. Já quanto ao pedido de retirada de dados das plataformas por parte de alguns utilizadores, enquanto proponentes de projetos que concorrem à financiamentos públicos, não parecendo estar em causa dados cobertos pelo direito à privacidade, contenderá com uma ideia de transparência democrática, antes procurando manter uma cultura de sigilo.

Considerando que não há neutralidade na análise de dados, os intermediários terão ainda como desafio não se limitarem a recolha destes mesmos, antes assumirem uma postura crítica dos fenômenos culturais, de forma a serem elaborados novos indicadores para as políticas culturais, divulgando ao máximo o seu trabalho, seja através de plataformas, publicações, congressos ou outros eventos.

6.4.Do acesso aos dados à construção de sentido

O acesso aos dados do PRONAC constitui material para a elaboração de indicadores apropriados para o cenário de funcionamento das leis de incentivo à cultura no Brasil. Sobre os indicadores:

Un indicador no es, o no debería ser, una estadística pura. Podemos decir que un indicador es una estadística que ha sido procesada con el fin de entregar información específica. Por ende, un indicador cultural se diseña especialmente con el fin de entregar información pertinente a las políticas culturales. Un indicador es más que un dato: es una herramienta diseñada a partir de datos que le dan sentido y facilitan la comprensión de la información. Un indicador debe ser una información sintética que oriente sobre dónde se está respecto a cierta política y que ayude a los responsables políticas en la toma de decisiones (Pfenninger, 2004: 4)

A aplicação de dados, enquanto elemento facultador de indicadores que direcionam governo e sociedade civil para determinado sentido, é recente. A própria ideia da cultura enquanto indicador de desenvolvimento humano, apenas foi consagrada depois da criação da UNESCO, em 1946. Correlativamente com ela surgiu a proposta de criação de Indicadores da Cultura para o Desenvolvimento, que, por sua vez, desencadeou a implementação da produção de dados sobre as atividades culturais em diversos países¹⁰³.

¹⁰³ <http://en.unesco.org/creativity/cdis>

Uma das primeiras pesquisas no âmbito cultural verifica-se em França, com a criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais e do departamento exclusivo para as pesquisas deste segmento, o *Département des Études, Prospective et Statistiques* (DEPS). Em outro caso, no Chile, em 1997, iniciou-se o projeto *Cartografia Cultural*, que revelou indicadores culturais e criou uma base de dados, que desde então norteia as políticas de cultura do país (López e Poblete: 2004: 6).

No Brasil, entre os projetos que envolvem a produção de dados no âmbito da cultura, destacam-se a pesquisa *Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil* (Fundação João Pinheiro, 1998), que introduziu a noção de Produto Interno Bruto das atividades culturais (PIB da Cultura), o *Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma Base de Dados para a Cultura* e publicação resultante (UNESCO Brasil, 2013), e o *Acordo de Cooperação Técnica entre o MinC, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, em 2004, com objetivo de fornecer subsídios para a “formulação e reformulação de políticas públicas no País em matéria de cultura” (BRASIL: 2007: 5), com as publicações dele resultantes (IBGE, 2007, 2013).

O relatório *Cultura em Números* (MinC, 2010) assinala o início de uma nova fase do MinC, após o ano de 2003, que favorece o planejamento das políticas culturais do país, também caracterizada por um novo posicionamento da sociedade civil, que reconhece a relevância do acesso à informação no setor para a avaliação dos resultados das políticas e ações desenvolvidas.

6.5. Integrar a base de dados do PRONAC nas políticas culturais

Não há falta de dados sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil (PRONAC). Pelo contrário, há dados que estão sendo recolhidos e armazenados sem uma análise que venha amplamente a público. Os dados existentes são suficientes para documentar um panorama das políticas públicas de cultura, baseadas nas leis de incentivo, pelo menos dos últimos 15 anos.

Uma consulta a base de dados do PRONAC não se encerra diante das possibilidades de consultas apresentadas nas interfaces das plataformas. Uma boa interface pode estimular a sociedade para se interrogar sobre as possibilidades de perguntas diante destes dados.

A Agência Transitiva¹⁰⁴, que se auto-denomina como um espaço-veículo para ações e estudos não convencionais em arte, política e história das ideias, entre as perguntas que coloca sobre a base de dados do PRONAC, formula a seguinte: *qual a relação entre petróleo, gás, telecomunicações e instituições financeiras com a atual produção cultural no país?*

¹⁰⁴ <http://agenciaintransitiva.net/Coletamos>, consultado em setembro de 2015.

Nesta linha, um interessante estudo desenvolvido em 2009¹⁰⁵, pela Organização Transparência Brasil¹⁰⁶, apresenta uma espécie de “raio-x” da Lei Rouanet, através do qual são estabelecidos indicadores tais como, concentração, protagonismo, hegemonia e apetite estatal. Este último indicador refere que a empresa Petrobrás respondia, entre 2002 e 2008, por R\$ 1 bilhão da captação dos recursos, seguida da Eletrobrás e do Banco do Brasil; demonstra, ainda, que entre os dez maiores proponentes de 2008 está o Instituto Itaú Cultural.

Sociedade e governo necessitam de conhecer com profundidade os atores ativos dos mecanismos de leis de incentivo à cultura. O Estado deve dispôr de informação objetiva para fundamentar as políticas culturais. A sociedade, tendo conhecimento dos dados, pode informadamente tomar melhores decisões na proposta de projetos culturais.

¹⁰⁵ Matéria originalmente publicada no Caderno 2 no jornal O Estado S. Paulo, em 16 de junho de 2009.

¹⁰⁶ A Transparência Brasil foca sua atuação no prosseguimento da integridade do poder público, principalmente através do aumento da informação disponível. A sua atividade divide-se em duas áreas: monitoramento das instituições e *advocacy*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou responder a questões sobre a intermediação da base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), sistema que estabelece os mecanismos de apoio à cultura no Brasil, administrado pelo Ministério da Cultura. As motivações da investigação decorreram da necessidade de reforçar o conhecimento sobre a base de dados do PRONAC e contribuir para a melhor compreensão das iniciativas de publicação de dados governamentais.

O estudo exploratório objetivou mensurar a adesão aos oito princípios de dados governamentais abertos e identificar os atores interessados no uso, reúso e redistribuição desta base de dados, afim de responder quem são, quais as suas características, motivações e competências e os desafios que encontram no seu percurso.

Tais objetivos facultaram a seleção dos casos de estudo através da identificação de duas plataformas, a Plataforma Mostre!me Cultura e o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, para além da plataforma governamental, o SalicNet.

A investigação empírica compreende a análise da adesão das plataformas a padrões internacionalmente reconhecidos. O estudo assume, através da operacionalização dos conceitos estudados na revisão de literatura, os oito princípios de dados governamentais abertos como referencial teórico de análise. No essencial aos critérios que se colocam face à abertura dos dados, a observação continuativa das três plataformas mostra que os dados não são idealmente disponibilizados de forma aberta. Neste cenário, independente dos padrões adotados como critério de pesquisa, foi possível verificar que os atores problematizam a questão da abertura de dados de diferentes formas. Identificou-se ainda diferentes abordagens para a obtenção dos dados e a sua disponibilização, ou não, por parte da entidade pública responsável.

As iniciativas da sociedade civil, analisadas neste estudo, são projetos criados de modo independente, sobre as quais o governo não possui gerência. Verificou-se, nestes casos, a participação de atores ligados a organizações da sociedade civil e ao movimento da promoção do acesso livre aos dados, com motivações que radicam em diferentes problemáticas, desde a identificação de necessidades próprias até à intenção de oferecer uma consulta mais convivial e personalizada dos dados.

Conclui-se, à luz dos resultados obtidos, que o desenvolvimento das TIC propiciou uma alteração na forma de consumo dos dados, contribuindo para a chegada de novos intermediários e para o questionamento do papel exclusivo do poder público. Ao mesmo tempo em que se verifica o reconhecimento da relevância do acesso e tratamento dos dados para o acompanhamento pela sociedade civil das políticas públicas culturais, a necessidade de readequação das plataformas, na direção da abertura dos dados, fica evidente.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram cumpridos. O cenário de mudanças recorrentes, no âmbito técnico e legal onde a temática dos dados governamentais abertos insere-se, requer um acompanhamento continuativo das ações promovidas. De forma a propor-se uma continuação do estudo, dever-se-á avançar para uma análise aprofundada, que considere a dinâmica da área cultural, as especificidades de cada ator que nela atuam e as relações entre os mesmos estabelecidas. De tal modo, conseguindo-se esse patamar informativo com esta base de dados, poder-se-á apontar para propostas efetivas de novas políticas e ações culturais.

FONTES

Berners-Lee, Tim *et al* (2001), The Semantic Web: a new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities (online).

Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/article/the-semantic-web/>

Berners-Lee, Tim (2006), Linked Data (online).

Disponível em: <http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>

Berners-Lee, Tim (2010), Is your Linked Open Data 5 Star? (Added 2010) (online).

Disponível em: <http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>

BRASIL (1988), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília.

Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/ind.asp

BRASIL (1991), *Lei nº 8.313* de Diário Oficial Da União, 23 de dezembro de 1991, Brasília.

Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm

BRASIL (2006), *Decreto nº 5.761*, de 27 de abril de 2006.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm

BRASIL(2011), Lei nº 12.527, diário oficial da união, edição nº 221-a, de 18 de novembro de 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Bellinger, G *et al.* (2004), Data, information, knowledge, and wisdom (online)

Disponível em: www.systems-thinking.org/dikw/dikw.htm

CDC (2001), *A declaração do hacktivism* (online).

Disponível em: <http://www.hacktivism.com/public/declarations/pt.php>

CGU (2012), Orientações para a implementação da lei de acesso a informação nas ouvidorias públicas, Brasília, CGU.

Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-implementacao_lai.pdf

CGU (2013), Relatório de Auditoria Anual de Contas, Presidência da República, Brasília.

Disponível em <http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/RA201305607.pdf>

Crabtree, James (2003), Civic hacking: a new agenda for e-democracy (online).

Disponível em: http://www.opendemocracy.net/media-edemocracy/article_1025.jsp

Craveiro, Gisele (2012), “Informação disponível é apenas o começo”, *A Rede* (84) (online).

Disponível em <http://www.revista.aredo.inf.br/site/edicao-n-84-agosto-2012/4462-opinio-informacao-disponivel-e- apenas-o-comeco>

DSI/SLTI (2012), Plano de Ação para implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), Brasília.

Disponível em: <http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%C3%A3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20-%20INDA.pdf>

Eavis, D. (2009), Three Laws of open government Data, Canadá (online).

Disponível em: <http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>

Gurin, J (2013), *Big Data Vs Open Data – Mapping It Out*, Open Data Now (online).

<http://www.opendatanow.com/2013/11/new-big-data-vs-open-data-mapping-it-out>.

Herman, I e Hatley Beeman (2012), Open Data in practice: tutorial at the W3C (online).

Disponível em: <http://www.w3.org/2012/Talks/0417-LD-Tutorial/Intro.pdf>

INDA (2013), Produto GT1: Levantamento Jurídico sobre Licenciamento para Dados Abertos (online).

Disponível em: <http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Produto-GT1-Levantamento-Juridico-Licenciamento-Dados-Abertos.ashx>

Malamud e Tim O’Reilly (2007), 8 Principles of Open Government Data. (online).

Disponível em: <http://opengovdata.org/>

- Malkin, G e Tracy LaQuey (1993), User Glossary Working Group, RFC 1.392, Internet Engineering Task Force (IETF) (online).
Disponível em: <http://www.ietf.org/rfc/rfc1392.txt>
- Mills Ellianor (2012), Old-time hacktivists: Anonymous, you've crossed the line (online).
Disponível em: <http://www.cnet.com/news/old-time-hacktivists-anonymous-youve-crossed-the-line/>
- MinC (2011), Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011, Brasília, Ministério da Cultura.
Disponível em: www.cultura.gov.br/documents/10895/939065/Portaria+n%C2%BA%20116.pdf/de16dd3e-113f-461d-b0b5-56598889a562
- OCDE (2004), *Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades* (online).
Disponível em <http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>
- OGP (2011a), Declaração de Governo Aberto.
Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>
- OGP (2011b), 2º Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto (online).
Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro>
- OKF (2011), *Open Data Manual*, Open Knowledge Foundation (online).
Disponível em <http://opendatamanual.org>
- Tauberer, J (2009), "Semantic Web II: Civic Hacking, the Semantic Web, and Data Visualizations", apresentada no *Transparency Camp*, 01 de março de 2009, Washington, DC.
Disponível em: https://razor.occams.info/pubdocs/2009-03-02_TCamp_Civic_Semantic_Web.pdf
- Tauberer, J (2011), *Open Data is Civic Capital: Best practices for Open Government data* (online).
Disponível em: <https://razor.occams.info/pubdocs/opendataciviccapital.html>
- Tauberer, J (2012a), *Open Government Data: The book* (online).
Disponível em: <http://opengovdata.io/>
- Tauberer, J (2012b), *Open Government Data Best-Practices Language for Making Data "License-Free"* (online).
Disponível em: <https://theunitedstates.io/licensing/>
- TCU (2009), Relatório de gestões do exercício de 2009, Sefic/MinC.
Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/01/relatorio-de-gestao-2009-SEFIC.pdf>
- TCU (2011), Relatório de auditoria. Renúncia fiscal na área cultural.
Disponível em: http://www.tcu.gov.br/consultas/juris/docs/judoc/acord/20110601/ac_1385_19_11_p.doc
- TCU (2014), Relatório de Levantamento. Publicação de dados abertos na administração pública federal. Soluções de coleta, armazenamento e processamento de grandes volumes de dados, Brasília, Tribunal de Contas da União
Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2014-10-01;2569>
- Transparency International Georgia, (2012). Ten Open Data Guidelines (online).
Disponível em: <http://transparency.ge/en/ten-open-data-guidelines>
- United Nations (1948), Universal Declaration of Human Rights Portuguese Version, Office of High Commissioner for Human Rights.
Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

BIBLIOGRAFIA

- Ackoff, R. L. (1989), "From data to wisdom", *Journal of Applied Systems Analysis* (16).
- Alves-Mazzotti, A. (2006), "Usos e abusos dos estudos de caso." *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651.
- Artigo19 (2012), *Lei de acesso à informação pública: um guia prático para políticos, autoridades e funcionários da administração pública*, Artigo 19 Brasil, São Paulo.
- Disponível em: http://ferramentas.artigo19.org/assets/archives/lei_acesso_informacao_publica.pdf
- Barbieri, Carlos (1994), *Modelagem de Dados*, Rio de Janeiro, IBPI Press.
- Beghin, Nathalie e Carmela Zigoni (2014) (orgs.), *Avaliando os websites de transparência orçamentária nacionais e sub-nacionais e medindo impactos de dados abertos sobre direitos humanos no Brasil*, Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos.
- Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/pesquisa-transparencia-orcamentaria-nos-websites-nacionais-e-sub-nacionais>
- Bell, Daniel (1973), *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*, New York, Basic Books.
- Bellver, A e Kaufmann, D (2005), *Transparenting transparency: initial empirics and policy applications*, World Bank Policy Research Working Paper, Washington
- Benbasat, Goldstein e Mead (1987), "The case research strategy in studies of information systems", *MIS Quarterly*, 11(3), 369-387.
- Benkler, Yochai (2006), *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*, New Haven Yale University Press.
- Disponível em http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf
- Bertin, J (2010), *Semiology of Graphics: diagrams, networks, maps*, California: Esri Press
- Bogdan, R e Biklen (1994), *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora.
- Bolaño *et al* (2012), Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa.
- Bollier, D. (2010), *The Promise and Peril of Big Data*, Washington, D.C, The Aspen Institute.
- Disponível em: http://bollier.org/sites/default/files/aspen_reports/InfoTech09.pdf
- Boyd *et al.* (2012), "Critical questions for big data", *Information, Communication & Society* (15) (online)
- Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118x.2012.678878#.vcsd9rnvhtk>
- Brasil (2007), *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*, Brasília, Ministério da Cultura.
- Burle, Caroline *et al* (2015), "Os degraus da implementação efetiva no Brasil: como as regulamentações locais de acesso à informação impactam na implementação de portais de dados abertos e transparência" apresentada no Open Data Research Symposium, 27 de Maio de 2015, Ottawa, Canadá.
- Disponível em: <http://www.opendataresearch.org/dl/symposium2015/odrs2015-paper50.pdf>
- Calderón, C e Sebastián Lorenzo (2010), *Open Government*, México, Editora Algon.
- Cairo, Alberto (2013), *The functional art: an introduction to information visualization graphics and visualization*, Berkeley, New Riders.
- Card, S *et al.* (1999), *Readings in information visualization: using vision to think*, San Francisco, Morgan Kaufmann Publishers.

- Cardon, Dominique (2012) *A democracia Internet: promessas e limites*. Trad. Nina Vincent e Tiago Coutinho, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Cardoso, Gustavo (2003), *Internet*, Lisboa, Quimera.
- Cardoso, Gustavo *et al* (2004), "A Internet como instrumento de participação e cidadania," *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera.
- Cardoso, Gustavo e Pedro P. Neto (2003) "O Movimento por Timor: mass media e os protestos online", *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.
- Castells, M. (2001), *La Galaxia Internet*, Barcelona, Areté.
- Castells, M. (2002), "A era da informação: economia, sociedade e cultura", *Vol. I: A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M e Gustavo Cardoso (2006), *A sociedade em rede. Do conhecimento à acção política*, Lisboa, INCM.
- Castells, M. (2007), *Communication, power and counter-power in the network society*, *International Journal of Communication (1)* (online).
Disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/46/35>
- Cavalcanti, C. R (2008), *O dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, Briquet de Lemos.
- Chaffey and Wood (2005), *Business information management: improving performance using information systems*, Harlow, FT Prentice Hall.
- Choo, C.W (2006), *The Knowing Organization: How Organisations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge, and Make Decisions*, Oxford, OUP.
- Coleman, Gabriella (2013), *Coding freedom: the ethics and aesthetics of hacking*, Woodstock, Princeton University Press (online).
Disponível em: <http://gabriellacoleman.org/Coleman-Coding-Freedom.pdf>
- Coleman, Gabriella e Alex Golub (2008), "Hacker practice moral genres and the cultural articulation of liberalism", *Anthropological Theory* (8).
Disponível em: <http://ant.sagepub.com/content/8/3/255.abstract>
- Comissão Europeia (2013), *Compreender as políticas da União Europeia «Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2014), *Manual da legislação europeia sobre proteção de dados*, Luxemburgo, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000066001-000067000/000066668.pdf>
- Contreras, Paul (2004), *Me llamo Kofham. Identidad hacker: una aproximación antropológica*, Barcelona, Gedisa.
- Costa, Eliane (2011), *Jangada Digital*, Rio de Janeiro, Azougue Editorial.
- Coutinho, Clara e JH Chaves (2002), "O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal." *Revista Portuguesa de Educação* (1), Universidade do Minho, Portugal (online).
Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/retrieve/940/ClaraCoutinho.pdf>
- Dahlgren, P. (2009), *Media and political engagement: citizens, communication and democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Davenport, Thomas H e Laurence Prusak (1998), *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*, São Paulo, Futura.

- Davenport, Thomas H e Laurence Prusak (2000), *Working Knowledge: How Organizations Manage What they Know*, Harvard Business School Press.
- Demchak, Friis e La Porte (2000) “Webbing governance: national differences in constructing the face of public organizations”. Handbook of public information systems. New York: Marcel Dekker Publishers
- Demchenko, Y. *et al.* (2013) “Addressing Big Data Challenges for Scientific Data Infrastructure.” Int. Conf. on Collaboration Technologies and Systems (CTS 2013), May 20 - 24, San Diego, California.
- Devlin, K. (1999), *Infoscience: Turning Information into Knowledge*, New York, W.H. Freeman .
- Dooley, L. M. (2002). “Case Study Research and Theory Building” *Advances in Developing Human Resources* (4)
Disponível em: <http://adh.sagepub.com/content/4/3/335.abstract>
- Drew, C.J (1980), *Introduction to designing and conducting research*, C. B. Mosby Company, St. Louis
- Drucker , P.F (1998), *The coming of the new organization*, Harvard Business Review on Knowledge Management, Harvard Business School Press.
- Duarte, Teresa (2009), *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*, CIES e-working paper (60) (online).
Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20_Duarte.pdf
- Dumbill, E. *What is Big Data?*, California, O’Reilly Media.
- Frické, M. (2008), “The knowledge pyramid: a critique of the DIKW hierarchy”, *Journal of Information Science*, UK. Disponível em: <http://jis.sagepub.com/cgi/rapidpdf/0165551508094050v1>
- Friendly, M. e Denis, D. J. (2001), *Milestones in the history of thematic cartography, statistical graphics, and data visualization* (online).
Disponível em: <http://www.datavis.ca/milestones>
- Edvinsson, L. E e Michael Malone (1997), *Intellectual capital: realising your company’s true value by finding its hidden brainpower*. Nova Iorque, Harper Collins.
- Engelhardt, Y (2002), *The language of graphics: a framework for the analysis of syntax and meaning in maps, charts and diagrams*, Amsterdam, University of Amsterdam, Institute for Logic, Language and Computation.
- Esteves, João Pissarra (2007), “Internet e Comunicação Política: um novo desafio à democracia”, *Intexto* (2), Porto Alegre (online).
Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3460>
- Few, S (2009), *Now you see it: simple visualization techniques for quantitative analysis*, Oakland, Analytics Press.
- Fundação João Pinheiro (1998), *Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil*, Volume 1,2,3, Belo Horizonte.
- Gattoni, R. L. C (2000), *Gestão do conhecimento organizacional na condução de projetos corporativos em tecnologia da informação – Um caso prático*. Dissertação de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Minas Gerais, UFMG.
- Gil, Gilberto e Juca Ferreira (2013) *Cultura pela Palavra - Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010*", Rio de Janeiro, Versal Editores.
- Guimarães, C. (2014), *Parceria para Governo Aberto e Relações Internacionais: oportunidades e desafios*. Dissertação de mestrado em relações internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC, São Paulo.
Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121891>
- Himanen, Pekka (2001), *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*, London, Random House.

- Horn, R. (2000), Information Design: emergence of a new profession”, In: Jacobson, R. (Org.). *Information Design*. Cambridge, MIT Press.
- IBGE (2007), *Sistema de Informações e Indicadores Culturais: 2003-2005*. Diretoria de Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro.
Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/indic_culturais2005.pdf
- IBGE (2013), *Sistema de Informações e Indicadores Culturais: 2007-2010*. Diretoria de Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro.
- Instituto Alvorada Brasil (2014), *Mecenato cultural no Brasil : Setembro/2008 a Setembro/2013*, Brasília, Instituto Alvorada Brasil, Sebrae Nacional.
- Kelle, U e Erzberger (2005), “Qualitative and Quantitative Methods: Not in Opposition”, In: *A Companion to Qualitative Research*, London, Sage.
- KIM, P.S. et. al (2005), “Toward participatory and transparent governance: report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government.”, *Public Administration Review* (65), Washington (online)
Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6210.2005.00494.x/abstract>
- Krishnan, K. (2013). *Data Warehousing in the Age of Big Data*, Morgan Kaufmann.
- Lancaster, F. W (1996), *Avaliação de serviços de bibliotecas*, Brasília, Briquet de Lemos.
- Laney D. (2001), *3D Data Management: Controlling Data Volume, Velocity, and Variety*, META group Inc.
- Le Coadic, Yves François (1996), *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Leiva, João (2009), “Opinião, informação e transparência”, *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* (7) São Paulo, Itaú Cultural
- Lessig, L. (2005) *Cultura Livre: Como A Grande Mídia Usa A Tecnologia E A Lei Para Bloquear A Cultura E Controlar A Criatividade*, São Paulo, Trama
- Lévy, P. (2000), *Cibercultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lopes, C. A. (2007), “Acesso a informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos- literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro”, *Cadernos de Finanças Públicas* (8), 5-40, Brasília.
Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613
- López, Loreto e Paula Poblete (2004), “Indicadores para el sector cultural en Chile”. *Gestión Cultural* (7).
Disponível em: <http://www.gestioncultural.org/boletin/pdf/Indicadores/LLopezPPoblete.pdf>
- Malin, Ana (2012), “Política e Economia da Informação lei de acesso à informação: um estudo comparativo com outros países, apresentada no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 de outubro, Rio de Janeiro.
Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3776/2899>
- Manovich, L. (2001), *The language of new media*. Cambridge, MA, MIT, London.
- Manovich, L. (2004), “Visualização de dados como uma nova abstração e anti-sublime”, *Revista do programa de pós-graduação em artes visuais*, EBA, UFRJ (online)
Disponível em: http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae11_lev_manovich.pdf
- Manovich, L. (2011a), "Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data", *Debates in the Digital Humanities*, MKGold, The University of Minnesota Press, Minneapolis, MN.
Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/trending-the-promises-and-the-challenges-of-big-social-data>

- Manovich, L. (2011b), “O que é visualização?”, *Estudos em Jornalismo e Mídia* (8)
Disponível em: https://www.academia.edu/2800612/O_que_%C3%A9_visualiza%C3%A7%C3%A3o
- Manovich, L. (2013), *Software Takes Command: Extending the Language of New Media*, Bloomsbury Academic
- Manovich, L. (2015), “O Banco de Dados”, *Revista Eco Pós* (18), UFRJ
Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2366/0
- McKinsey (2013), *Open data: Unlocking innovation and performance with liquid information*, McKinsey Global Institute.
- MinC (2010), *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*, Brasília, MinC.
- Miranda, R. C. (1999), "O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas", *Ciência da Informação* (28), Brasília.
- Munzner, Tamara (2014), *Visualization Design and Analysis: Abstractions, Principles, and Methods*, AK Peters
- Nonaka, I.A e Hirota Takeuchi (1997), *The knowledge-creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation*, New York, Oxford University Press.
- Noveck, B (2010), *Wiki Government: How Technology Can Make Government Better, Democracy Stronger, and Citizens More Powerful*. Washington, Brookings Institution
- ODDC (2013), *Researching the Emerging Impacts of Open Data*, Canada, ODDC Working Paper.
- Oliveira, M (2010), *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,
- Oracle (2012), *Oracle Information Architecture: An Architect's Guide to Big Data*.
- Papacharissi, Z. (2010), *A Private Sphere: Democracy in a Digital Age*, Cambridge. Polity Press.
- Pfenniger, Mariana (2004), “Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual.” *Gestión Cultural* (7)
Disponível em: http://www.gestioncultural.org/ficheros/1_1316771694_MPfenniger.pdf
- Pozzebon, Marlei e Henrique Freitas (1998), “Pela aplicabilidade: com um maior rigor científico - dos estudos de caso em sistemas de informação.” *Revista de Administração Contemporânea* (2).
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65551998000200009&script=sci_arttext#qua01
- Ramírez Alujas, Álvaro (2012). “Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta?”, *Revista Más Poder Local* (12)
Disponível em: <http://www.maspoderlocal.es/files/articulos/92-F50524f44921347571524-articulo-1.pdf>
- Raymond, Eric (1999), *The Cathedral e the Bazaar*, O'Reilly.
- Richards, C.J (1998), “Getting the picture: diagram design and the information revolution”, *Information Design Journal* (9), John Benjamins Publishing Company.
- Rowley, J. (2007) “The Wisdom Hierarchy: Representations Of The DIKW Hierarchy”, *Journal Of Information Science, United States*, volume (33)
Disponível em: <http://jis.sagepub.com/cgi/content/abstract/33/2/163>
- Rubim, A (2013), “Políticas culturais do governo Lula”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (1).
Disponível em: <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/viewFile/17/43>
- Samuel, Alexandra (2004), *Hactivism and the Future of Political Participation*, dissertação de doutoramento em Filosofia e Ciência Política, Cambridge, Harvard University Disponível em:
<http://alexandrasamuel.com/dissertation/pdfs/Samuel-Hactivism-entire.pdf>
- Sanchez, O (2003), “O poder burocrático e o controle da informação”, *Lua Nova*, (58), São Paulo
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a06n58.pdf>
- Setzer, V.W (2001), *Os Meios Eletrônicos e a Educação: Uma Visão alternativa*, São Paulo: Editora Escrituras.

- Setzer, V.W (2004), “Dado, informação, conhecimento e competência”, *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*.
Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm
- Silva, D. B (2010), *Transparência na esfera pública interconectada*. Dissertação de mestrado em comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.
Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/mestrado/dissertacoes/transparencia-na-esfera-publica-interconectada/>
- Silveira, Sérgio Amadeu (2015), “A informação quer ser livre” *Revista de Jornalismo ESPM* (12)
Disponível em: https://www.academia.edu/11776597/A_informa%C3%A7%C3%A3o_quer_ser_livre
- Shedroff, N. (1999) Information interaction design: a unified field theory of design”. In: Jacobson, Robert (org) *Information Design*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Stallman, R (2002), *Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard Stallman*, Boston, GNU Press
Disponível em: <https://www.gnu.org/philosophy/fsfs/rms-essays.pdf>
- Sveiby, K. E (1998), *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônio de conhecimento*, Rio de Janeiro, Campus.
- The White House (2009), *Transparency and open government: memorandum for the heads of executive departments and agencies*, Executive office of the president office of management and budget, Washington, DC.
Disponível em: https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/memoranda_2010/m10-06.pdf
- Thomas, D (2002) *The Hacker Culture*, Minneapolis and London, University of Minnesota, Press.
- Triviños (1987), *A introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas.
- Tufte, E.R. (1990), *Envisioning Information*, Cheshire, Graphics Press.
- Tufte, E.R. (2001), *The Visual Display of Quantitative Information*, Cheshire, Graphics Press.
- Tuthill, G. (1990), *Knowledge engineering: concepts and practices for knowledge-based systems*. Gainesville, Tab Books.
- UNESCO Brasil (2003), *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*, Brasília.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>
- Vegh, S (2003), “Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank”
In: Mccaughey, M. e Ayers, M.D., *Cyberactivism: online activism in theory and practice*, London, Routledge.
- Vishwanath, T e Kaufmann, (1999), *Towards transparency in finance and governance*. (online)
Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=258978
- W3C BRASIL (2011), *Manual dos Dados Abertos: Governo*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet.
Disponível em: http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf
- Ware, Colin (2013) *Information visualization: perception for design*. Elsevier.
- Weinstein, J e Joshua Goldstein (2012), The benefits of a big tent: opening up government in developing countries a response to Yu & Robinson’s the new ambiguity of “open government”. *UCLA Law Review Disclosure* (60).
Disponível em: <http://www.uclalawreview.org/the-benefits-of-a-big-tent-opening-up-government-in-developing-countries/>
- Wray, Stefan (1998), Electronic civil disobedience and the world wide web of hacktivism 4 (2).
Disponível em: <http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>
- Wurman, R. S. (1991), *Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão*. São Paulo, Cultura Editores Associados.

Yin, Robert (1994), *Case Study Research: Design and Methods* Thousand Oaks, CA, SAGE Publications.

Yu, H e Robison (2012), “The New Ambiguity of “Open Government”. *UCLA Law Review Disclosure* (59).

Disponível em: <http://www.uclalawreview.org/the-new-ambiguity-of-%E2%80%9Copen%20government%E2%80%9D/>

Zikopoulos, I. *et al* (2012), *Understanding Big Data: Analytics for Enterprise Class Hadoop and Streaming Data*, McGraw-Hill Osborne Media.

WEBGRAFIA

<http://mostre.me/cultura>

<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>

<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac->

www.mapafinanciamentocultural.org.br/

ANEXOS

Anexo A - Guião das entrevistas

1. Guião de entrevista: Carlos Paiva e Rômulo Barbosa, SEFIC/MinC

Qual foi a mobilização inicial para a criação de um portal de acesso à base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura - o SalicNet , e as prioridades no desenvolvimento deste Sistema?
Podem apontar os motivos para a última versão (5.1) do Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet, datar de 2007, não tendo sido disponibilizadas outras versões?
Existem metas de implementação de novas funcionalidades para a consulta aos dados através do SalicNet ? Se sim, de que recursos dependem a inclusão destas funcionalidades?
Quais são as áreas do MinC envolvidas no desenvolvimento do SalicNet ? Há a participação de algum outro órgão do governo ou a prestação de serviços por uma empresa terceirizada?
É prevista a abertura de dados da Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil , em conformidade com a Lei de Acesso à informação (n° 12.527), e de forma a satisfazer condições como a disponibilidade e acesso; o reuso e redistribuição e a participação universal?
Sob que licenciamento de dados está publicada, atualmente, a Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil ? Podem esclarecer um pouco sobre as políticas do uso e reuso desta base de dados?
Qual é o perfil do público que utiliza o SalicNet ? Existe o histórico de recebimento de mensagem de pessoas que não querem ter os seus dados expostos, e solicitam a remoção dos seus dados?
O Sniic - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais irá integrar, de alguma forma, as funcionalidades do Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet ?
Há uma equipe, no MinC, responsável por levantar os dados da Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura , afim de elaborar diagnósticos e analisar as políticas de Fomento e Incentivo à Cultura?
O MinC tem o conhecimento de outras plataformas, que publicam os dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura ? Se sim, podem mencioná-las?

2. Guião de entrevista: Ronaldo de Moura e Fernanda Pacini, Mapa de Financiamento de Projetos Culturais

Quais foram as motivações iniciais para o desenvolvimento do Mapa de Financiamento de Projetos Culturais?
Podem mencionar quais foram as dificuldades na obtenção dos dados relativos a Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil?
Utilizaram algum requerimento à Lei de Acesso à Informação Pública, na obtenção dos dados?
Utilizaram algum <i>crawler</i> para a obtenção dos dados?
Em que formato foram disponibilizados os dados para a sua equipe? Obtiveram ajuda técnica de algum órgão público para manipular ou filtrar os dados?
Houve uma declaração explícita por parte do órgão responsável, sobre o formato de disponibilização ou licença dos dados?
Existe uma declaração política de utilização dos dados no Mapa de Financiamento de Projetos Culturais?
O Mapa de Financiamento de Projetos Culturais publica os dados em formato aberto?
Na sua opinião, no que difere para o cidadão, as possibilidades de consulta aos dados através do Sistema SalicNet ou através do site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais?
Acredita que este modelo de consulta aos dados relativos às leis de incentivo à cultura é interessante para a sociedade?
Com que frequência é atualizada a base de dados do site? Utilizam algum <i>crawler</i> para manter a base de dados atualizada?
Qual é o perfil do público que utiliza o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais?
Qual é o maior motivo de contato dos utilizadores do site?
Recebem mensagem de pessoas que não querem ter os seus dados expostos e solicitam a remoção dos seus dados?
Quais são as parcerias envolvidas neste projeto com agentes externos?
Incluindo você, quantas pessoas mais fazem parte da equipe de desenvolvimento, especificamente do site?
Foi necessário a consulta a profissionais das áreas de tecnologia da informação? Se sim, pode citar de quais áreas?
Pela sua experiência, o que acha que poderia ser melhorado no Mapa de Financiamento de Projetos Culturais? Existem projetos futuros para alargar as possibilidades de consulta aos dados, dentro do site? Se sim, de que recursos depende a inclusão destas funcionalidades?

Para o catálogo Mecenato Cultural no Brasil, há planos de novas publicações? Se sim, de que recursos dependem novas publicações?
O Sistema SalicNet foi uma referência para a implementação do site? Pela sua experiência, pode apontar as dificuldades ou falhas encontradas no Sistema ?
Tem o conhecimento de outros projetos, que trabalhem com a consulta aos dados relativos as leis de incentivo à cultura?

3. Guião de entrevista: Rafael Polo, Plataforma Mostre!me Cultura

Quais foram as motivações iniciais para o desenvolvimento da Plataforma Mostre.me/cultura?
Pode mencionar quais foram as dificuldades na obtenção dos dados relativos a Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil?
Utilizaram algum requerimento à Lei de Acesso à Informação Pública, na obtenção dos dados?
Utilizaram algum crawler para a obtenção dos dados?
Obteve ajuda técnica de algum órgão público para manipular ou filtrar os dados?
Houve uma declaração explícita por parte do órgão responsável, sobre o formato de disponibilização ou licença dos dados?
Na sua opinião os dados do SalicNet podem ser considerados dados abertos?
Existe uma declaração da política de utilização dos dados no Mostre.me/cultura?
O Mostre.me/cultura publica os dados em formato aberto?
Na sua opinião, no que difere para o cidadão, as possibilidades de consulta aos dados através do Sistema SalicNet ou através do site Mostre.me/cultura?
Acredita que este modelo de consulta aos dados relativos as leis de incentivo a cultura é interessante para a sociedade?
Com que frequência é atualizada a base de dados do site?
Utilizam algum crawler para manter a base de dados atualizada?
Qual é o perfil do público que utiliza o Mostre.me/cultura?
Qual é o maior motivo de contato dos utilizadores do site?
Recebem mensagem de pessoas que não querem ter os seus dados expostos e solicitam a remoção dos seus dados?
Quais são as parcerias envolvidas neste projeto com agentes externos?
Incluindo você, quantas pessoas mais fazem parte da equipe de desenvolvimento, especificamente do site?
Foi necessário a consulta a profissionais das áreas de tecnologia da informação?
Se sim, pode citar de quais áreas?
Pela sua experiência, o que acha que poderia ser melhorado no Mostre.me/cultura?
Existem projetos futuros para alargar as possibilidades de consulta aos dados, dentro do site?
Se sim, de que recursos depende a inclusão destas funcionalidades?
O Sistema SalicNet foi uma referência para a implementação do site?
Tem o conhecimento de outros projetos, que trabalhem com a consulta aos dados relativos as leis de incentivo a cultura?

4. Guião de entrevista: Gisele Craveiro, professora doutora da USP.

Quem são os novos intermediários de dados?
Pode mencionar algumas características destes atores e a sua importância na sociedade atual?
Como o movimento " open " influencia a forma de se fazer política atualmente?
No seu entendimento, o enquadramento jurídico no Brasil obriga que o governo disponibilize os dados, de forma a satisfazer condições como a disponibilidade e acesso; o reuso e redistribuição e a participação universal?
Na sua opinião, qual é o panorama atual da relação do governo com as políticas do uso e reuso de suas bases de dados, e com a aplicação dos licenciamentos para estas bases?
Pode apontar quais são os desafios para o surgimento de novas iniciativas de plataformas de bases de dados governamentais?
Qual é o papel da sociedade civil na elaboração de diagnósticos e análise das políticas públicas?
Pela sua experiência, como o acesso a dados, pode ser uma ferramenta de empoderamento para o cidadão?

Anexo B - Transcrição das Entrevistas

Carlos Paiva e Rômulo Barbosa – SEFIC/MinC

Perfil: Carlos Paiva é o atual secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, (SEFIC), especialista em educação estética, semiótica e cultura, políticas públicas e gestão governamental. Chefiou o gabinete da Secretaria de Cultura da Bahia nos anos de 2007 e 2008. Depois, passou a responder pela área de fomento, economia da cultura e informações culturais da Superintendência de Promoção Cultural da Bahia.

A entrevista do secretário Carlos Paiva foi realizada com a colaboração de Rômulo Barbosa, atual Coordenador de Planejamento Interno. Rômulo Barbosa ocupou anteriormente o cargo de Coordenador-Geral de Normatização e Orientação, que coordena e avalia o programa de capacitação em projetos culturais e realiza a gestão normativa e procedimental do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Sistema Salic).

Entrevista obtida por escrito:

Inicialmente, faz-se necessário traçar um panorama geral sobre a sistematização dos mecanismos de incentivo do PRONAC, e as previsões futuras a serem alcançadas pela SEFIC. O sistema SalicNet foi disponibilizado inicialmente em 2004, dando início ao processo de democratização do acesso à informação pelo MinC, que, por sinal, foi pioneiro nesta atitude de dar transparência aos seus processos à sociedade. Em 2007, o MinC divulgou uma nova versão do SalicNet, com novas e significativas funcionalidades, visando a facilitar ainda mais o acesso aos projetos culturais pelo cidadão, nosso maior fiscal.

Por outro lado, o sistema Salic passou por grandes transformações no período. Atualmente, denomina-se Novo Salic, cujos dados são insumos para o SalicNet, que, por conseguinte, vem se transformando e se adequando às novas informações que vêm sendo captadas por ocasião da apresentação das propostas culturais por meio do Novo Salic. Assim, evidencia-se que várias implementações foram inseridas na versão do SalicNet, sem a necessidade de caracterizar uma nova versão do sistema. Ou seja: o MinC sempre teve como meta atender às necessidades da sociedade – a partir de uma nova demanda e/ou da inclusão de um novo dado por meio do Novo Salic, uma nova funcionalidade era implementada no SalicNet.

Contudo, o Ministério da Cultura está em fase final de uma nova versão do SalicNet, totalmente repaginada, prevista para implantação até o final de 2015, com novas opções de cruzamento das informações, utilizando diferentes modelos de gráficos, com a possibilidade de compará-los dinamicamente em um quadrante numa única tela de apresentação.

Além disso, o MinC disponibilizou para a sociedade o código aberto do sistema Salic na 16ª edição do Fórum Internacional Software Livre (FISL16), de 8 a 11 de julho de 2015 em Porto Alegre, cumprindo, assim, mais uma meta definida pela SEFIC, de tornar também transparentes as regras de negócio existentes e em uso no Salic. Com tal iniciativa, pretende-se dar um dinamismo no aperfeiçoamento e aprimoramento do sistema, por meio da participação de desenvolvedores que atuarão de forma colaborativa e participativa, sendo, a princípio, sem custos para o MinC.

Assim, as Secretarias de Cultura dos Estados e dos Municípios que não dispõem de sistemas informatizados poderão utilizar o Salic para auxiliar na gestão de seus programas de fomento, em especial a gestão de seleções públicas. Com isso, passa-se a ter a Rede de Incentivo Cultural interligada e conectada por meio do Sistema SalicBr, permitindo, assim, otimizar a utilização dos recursos federais, estaduais e municipais, bem como acompanhar por meio de indicadores a evolução da cultura brasileira.

1. Qual foi a mobilização inicial para a criação de um portal de acesso à base de dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura - o SalicNet, e as prioridades no desenvolvimento deste Sistema?

Resposta: O sistema SalicNet foi disponibilizado inicialmente em 2004, dando início ao processo de democratização do acesso à informação pelo MinC. Além do acesso dos dados à sociedade, a constante requisição de informações por gestores do MinC, assim como por órgãos de controle, levou ao desenvolvimento do SalicNet, padronizando os relatórios mais recorrentes, com opções de exportação em múltiplos formatos, permitindo o acesso à informação de

forma que fosse possível o tratamento da informação ao interessado. Em 2007, o MinC divulgou uma nova versão do SalicNet, com novas e significativas funcionalidades, visando a facilitar ainda mais o acesso aos projetos culturais pelo cidadão, nosso maior fiscal.

2. Podem apontar os motivos para a última versão (5.1) do Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet, datar de 2007, não tendo sido disponibilizadas outras versões?

Resposta: O SalicNet vem sendo modificado de forma continuada desde 2007 – novos relatórios, novas funcionalidades –, sem contudo alterar o número da versão do sistema.

3. Existem metas de implementação de novas funcionalidades para a consulta aos dados através do SalicNet? Se sim, de que recursos dependem a inclusão destas funcionalidades?

Resposta: Até o final de 2015, a SEFIC estará disponibilizando uma nova versão do SalicNet, totalmente repaginada, com novas opções de cruzamento das informações, utilizando diferentes modelos de gráficos, com a possibilidade de compará-los dinamicamente em um quadrante numa única tela de apresentação.

Na futura versão, batizada de “Comparar”, a grande novidade consiste na forma como os dados são apresentados, com novas funcionalidades, melhor atendendo às necessidades do usuário. À medida que os relatórios existentes no SalicNet serão migrados para a nova versão, outros também serão inseridos, com base nos recursos proporcionados pela nova versão da ferramenta utilizada. Serão aproximadamente 180 tipos de consultas, com possibilidade de gerar arquivos em PDF e XLS.

4. Quais são as áreas do MinC envolvidas no desenvolvimento do Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet? Há a participação de algum outro órgão do governo ou a prestação de serviços por uma empresa terceirizada?

Resposta: O SalicNet foi desenvolvido pelos servidores efetivos do MinC, ou seja, sem envolvimento de nenhuma empresa privada e sem a participação de outros órgãos. Já o NovoSalic foi feito com suporte de uma fábrica de software.

5. É prevista a abertura de dados da Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil, em conformidade com a Lei de Acesso à informação (nº 12.527), e de forma a satisfazer condições como a disponibilidade e acesso; o reuso e redistribuição e a participação universal?

Resposta: Os dados já estão abertos desde 2004, com melhorias nas versões seguintes, através do SalicNet, que permite extrair os dados na forma de planilha, cujas informações vêm sendo utilizadas em vários sites na Internet. Entretanto, até o final do ano, a SEFIC também irá disponibilizá-los, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que consiste em um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto nos normativos da e-PING, do Ministério do Planejamento. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.

Além disso, o MinC disponibilizou para a sociedade o código aberto do sistema Salic na 16ª edição do Fórum Internacional Software Livre (FISL16), de 8 a 11 de julho de 2015 em Porto Alegre, cumprindo, assim, mais uma meta definida pela SEFIC, de tornar também transparentes as regras de negócio existentes e em uso no Salic. Com tal iniciativa, pretende-se dar um dinamismo no aperfeiçoamento e aprimoramento do sistema, por meio da participação de desenvolvedores que atuarão de forma colaborativa e participativa, sendo, a princípio, sem custos para o MinC.

6. Sob que licenciamento de dados está publicada, atualmente, a Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura no Brasil? Podem esclarecer um pouco sobre as políticas do uso e reuso desta base de dados?

Resposta: Todos os dados disponibilizados através do SalicNet são públicos e podem ser livremente utilizados, desde que citada a fonte. A SEFIC irá disponibilizar os dados conforme os atos normativos da INDA, regulamentada através da Instrução Normativa da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

7. Qual é o perfil do público que utiliza o Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet ?

Resposta: Gestores do MinC, Empreendedores; Produtores; Patrocinadores e Incentivadores Culturais; Gestores de Cultura; Fazedores de Cultura; Artistas e Trabalhadores da Cultura; Jornalistas; Órgãos Públicos Federais, Estaduais

e Municipais; Órgãos de Controle, CGU e TCU; Estudantes; Associações e Sindicatos envolvidos com a cultura brasileira.

8. Existe o histórico de recebimento de mensagens de pessoas que não querem ter os seus dados expostos, e solicitam a remoção dos seus dados?

Resposta: Sim. Mas, ao apresentar a proposta cultural, firma-se um acordo entre o MinC e o Proponente, no sentido de que, pelo fato de receber incentivos públicos, os dados poderão/deverão ser divulgados à sociedade, que, em última análise, é a maior interessada em acompanhar e conferir como os recursos financeiros estão sendo aplicados.

9. O Sniic - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais irá integrar, de alguma forma, as funcionalidades do Sistema de Apoio às leis de incentivo à cultura - SalicNet ?

Resposta: A integração e a interação das bases de dados do Salic e do SNIIC estão sendo incluídas na nova versão do SalicNet. Por um lado, o SNIIC deverá retirar do Salic dados sobre investimentos realizados através do PRONAC (incentivo fiscal inicialmente e, depois, Fundo Nacional da Cultura), com indicações de valores, onde o investimento foi realizado e através de que áreas. Por outro lado, em médio prazo, depois que o SNIIC estiver funcionando com razoável número de registros, o SALIC poderá utilizar funcionalidades dele como extração de portfólio de agentes culturais (dispensando envio de currículo, por exemplo) ou funcionalidade de agenda, permitindo a divulgação dos projetos e ao mesmo tempo permitindo melhor acompanhamento pelo MinC.

10. Há uma equipe, no MinC, responsável por levantar os dados da Base de Dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura, afim de elaborar diagnósticos e analisar as políticas de Fomento e Incentivo à Cultura?

Resposta: A SEFIC tem a competência regimental para elaborar os diagnósticos, de acordo as metas do Plano Nacional de Cultura, juntamente com as demais secretarias do Ministério e suas entidades vinculadas.

11. O MinC tem o conhecimento de outras plataformas, que publicam os dados do Programa Nacional de Apoio à Cultura? Se sim, podem mencioná-las?

Resposta: Sim, existem plataformas que extraem dados do SalicNet e os publicam na Internet. Tratam-se de plataformas criadas de modo independente, sob as quais a Sefic não tem gerência. Os dados recentemente abertos estimulará esta prática, algo que cremos ser positivo.

Rafael Polo, Plataforma Mostre!me Cultura

Perfil: O entrevistado Rafael Polo é cientista da computação e desenvolvedor de software. Trabalha há mais de uma década em organizações e projetos interdisciplinares, a partir de plataformas de código aberto para processamento de imagem, crawlers, data mining e visualização. Possui conhecimentos sólidos em servidores e bancos de dados e atua em parceria com designers, arquitetos e artistas. Trabalha atualmente em uma organização internacional que dedica-se à utilização das informações no campo do ativismo.

Precedeu a realização da entrevista, um pedido informal devido ao grau de proximidade da entrevistadora com o entrevistado, tendo sido enviado o guião de perguntas por email e agendada a data de entrevista. A entrevista, de cerca de 55 minutos, realizou-se no dia 6 de julho de 2015, pela Internet, através do mensageiro eletrônico Skype, às 19:20 (horário português, GMT+1). A transcrição procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido, onde a fala do entrevistado é indicada pelas iniciais do seu nome, “RP” e a fala da entrevistadora, através da inicial “E”.

Transcrição da entrevista:

1. Quais foram as motivações iniciais para o desenvolvimento da plataforma mostre.me cultura?

RP: Acho que o mostre.me começou em 2010 quando a minha irmã estava fazendo uns trabalhos em produção cultural, que envolvia muitos dos dados do SalicNet, mas me impressionou bastante o quanto os dados eram pouquíssimos estruturáveis e faltava muito umas potências que seriam possíveis quando eu comecei a ver como o sistema federal funcionava a primeira vez, uma falta de link de você poder clicar numa empresa e saber tudo o que essa empresa produziu, ou você depender de botar um título do nome do projeto ou código do projeto só como ponto de entrada na pesquisa. Imaginava durante o uso dessa ferramenta muitas possibilidades que acabei assumindo a responsabilidade de desenvolver e implementar como eu achava que seria ideal.

Os indicadores, eles não me interessavam muito, porque eu não era diretamente envolvido com todo o contexto de produção cultural, eu concebi mesmo pelo que poderia tornar aquilo muito mais acessível. Porque de fato o sistema não só era, mas ainda é muito ruim e é um tanto frustrante perceber um sistema Federal tão obsoleto quanto é o sistema atual. E eu realmente me concentrei muito mais na possibilidade de apresentar e visualizar essas informações para as pessoas que teriam interesse nos dados que nos dados em si, que interessavam as pessoas que estavam a minha volta, e eu queria produzir a ferramenta para elas.

2. Você pode mencionar quais foram as dificuldades que você encontrou na obtenção desses dados?

RP: Os dados eles não estão estruturados, eles não são dados abertos, não existe uma API que é uma interface pública para ter acesso a este tipo de informação, é basicamente a página em HTML que eu tive que de fato fazer algoritmos específicos, eu tive que escrever os softwares específicos para poder colher esses dados e estruturar de uma forma nova, não foi um desafio simples, tanto que eu precisei fazer quase que de força bruta, tentativa e erro durante algum tempo. Supostamente colher todos esses dados até que rodassem sem nenhum erro. Erros como por exemplo, algumas empresas não tinham CNPJ descrito, então esse sistema que estava colhendo todos os dados quebrava porque era uma coisa que não tinha sido percebida antes. Até ele conseguir tratar todas as possíveis faltas de informação e continuar seguindo em frente, foi um processo que não foi trivial.

3. E nesse processo você utilizou a lei de acesso à informação?

RP: Não. Porque eu estava interessado em estruturar todos os dados que estavam obscuros nessa plataforma. Como eu disse antes, eu não estava tão focado, a princípio, em todos esses dados e mesmo no contexto que desenvolvi, foi uma coisa que posteriormente eu tive mais interesse na medida que eu comecei a tratar esses dados, mas inicialmente eu queria lidar com todos os dados que estavam ali, propondo melhores formas de visualização e interação.

4. Na obtenção desses dados você utilizou algum *crawler*?

RP: Como eu tinha dito, nessa tentativa inicial, quase que de força bruta até conseguir fazer um algoritmo perfeito, no sentido de que ele não encontrasse automaticamente, sozinho, colhendo informações, é interessante porque a princípio sim, tive que desenvolver um crawler que fica acessando todos os códigos... os números de projetos possíveis, do zero até zero um, projeto um, dois, três, quatro... incrementalmente, esse crawler vai de projeto um por um e pra cada projeto ele entra em todos os links possíveis, que são permitidos... como acessar um CNPJ ou ter mais informações de nome de projeto. E foram três semanas rodando...diariamente, até ter

esses dados pela primeira vez. Depois eu otimizei esse processo...desenvolvi outras técnicas específicas para fazer essa raspagem de dados e o crawler.

5. Nesta altura, 2010, a lei de acesso à informação não havia entrado em vigor, foi a partir de 2012. Essa possibilidade, para você, faria sentido?

RP: Na verdade, eu tenho muito interesse para que esse tipo de coisa aconteça, porque eu imagino que esse tipo de possibilidade quase que político-jurídica, né, que as pessoas tenham, de fato, acesso à informação...que eu também não sei o processo de obtenção...mas provavelmente eu teria levado em conta, porque por mais que eu tenha usado toda essa terminologia técnica, em que os sistemas federais ou qualquer sistema de informação atuem como uma interface pra mesmo que outros sistemas tenham acesso a esses dados, isso é de extrema importância, isso vai muito além da questão de obter os dados da Secretaria de Cultura, do Ministério da Cultura. Penso que se todos os sistemas federais fossem de fato abertos e acessíveis, eu acho que grande parte dos problemas que a gente sabe, ou não sabe, que se perde nessa complexidade de corrupção, eles seriam diminuídos. Então eu tenho muita confiança de que toda discussão em volta da abertura de dados e não só da abertura de dados enquanto lei, mas que as pessoas voltem a se interessar, e olhar, e analisar, e explorar esses dados, isso eu gostaria de apoiar como uma bandeira do que o mostre.me fez, só que mais de guerrilha, porque eu realmente fui pegando tudo. Deixar claro todos esses dados e fazer com que as pessoas naveguem, interajam, visualizem...esse é o tipo de coisa, que as ferramentas que o mostre.me propõem, é o maior desejo que isso aconteça, que as pessoas tenham os insights necessários para perceber o quanto a abertura de dados é importante para contextos muito maiores do que o próprio Ministério da Cultura.

6. Nesse processo você obteve alguma ajuda técnica do Órgão Público?

RP: Ah...não, porque eu nem teria a menor esperança de que se eu fosse pedir ajuda para um coisa tão especialista dessa, eu obteria. Eu fui sozinho na intenção do que eu quis fazer enquanto desenvolvedor de Software. Eu criei todas as ferramentas que me permitiram atingir o que eu desejava enquanto colheita e exibição e apresentação.

7. Em algum momento nesse processo você teve a curiosidade ou procurou saber qual era a declaração por parte dos Órgãos sobre o formato da disponibilização desses dados?

RP: Não...no momento em que eu decidi que eu queria ter um banco de dados real, que a gente chama de um banco de dados estruturado, que tem uma linguagem estruturada de consulta. A partir do momento...que eu concebi a possibilidade de usar todos esses dados, eu tinha a potência técnica, de como extrair esses dados, eu intuitivamente reconheci e imaginei que esses dados deviam ser para isso, são dados públicos. Acho que seria até paradoxal que esses dados fossem fechados.

8. Na sua opinião esse dados, que são publicados através do Salic Net, podem ser considerados dados abertos?

RP: Eles podem se a gente considerar uma forma muito primitiva, acho que...se não me engano, o SalicNet é de 2007, ou seja já tem 8 anos, muitas discussões aconteceram nesse caminho, muito mais discussões técnicas do que discussões políticas. Do ponto de vista técnico eu diria que não é aberto, porque não existe a possibilidade de eu recolher esses dados de uma forma que as máquinas possam ler, mas ele seria sim um formato aberto do ponto de vista de que humanos podem acessar, com muitas dificuldades, muitas limitações, mas perdidos nesse sistema de informação...os dados são claros, eles existem. Eu consideraria aberto um formato que máquinas e algoritmos possam lidar, interrelacionar e inserir. Nesse contexto eles não são abertos

9. A partir do momento que você obteve os dados, existiu uma preocupação de declarar como seria a política de utilização dos dados a partir da plataforma mostre.me?

RP: Eu tive cuidados muitos, como eu lidei sozinho, conversando com poucas pessoas, mas não em um trabalho diário, apesar de que eu tive que botar bastante dedicação para ter tudo isso pronto, levou bastante tempo. A maioria das questões elas foram muito intuitivas, então, por exemplo: dados pessoais...eu limito completamente, eu tenho esses dados, eles eram públicos, endereços, números de telefones, mas nenhum desses dados privados eu considero ético de abrir, com tamanha facilidade que é acessar esse tipo de dados na plataforma que eu propus, então eu tive questões muito intuitivas em relação a políticas de dados, que eu tomei para mim, também não descrevi nenhum manifesto ou nenhuma política de uso de dados. Foram questões intuitivamente éticas, da minha parte.

10. Sobre o tempo de desenvolvimento da plataforma, você consegue dizer qual foi o tempo de desenvolvimento?

RP: Acho que foram...3 anos. Desde que o primeiro crawler rodou. Durante esses 3 anos...e foi quase emocionante quando o crawler terminou de rodar e tinha ali todo o banco de dados, enfim, estruturado num banco de dados relacional e podia então fazer qualquer tipo de pergunta que a maioria das pessoas dentro do próprio MinC não teriam acesso facilmente. Como perguntar quais são os projetos que tenham a palavra universidade e que ganhou mais de 100 mil de alguém que tenha tal perfil. Perguntas extremamente complexas que exigem...inclusive perguntas sobre deduções de informações, meta informações e perguntas extremamente dadaísticas assim como qual a probabilidade de um nome composto ganhar mais de 100 mil, mas isso é só para definir as bordas da maior potência que são as perguntas diante desses dados. Quanto Pernambuco já recebeu em música de colaboradores pessoa física? Esse tipo de pergunta, da mesma forma que eu propus perguntar durante essa entrevista ela pode selecionar o banco de dados e exibe essa resposta em 20 milissegundos, é muito rápido e é muito potente você pegar pessoas que de fato tem interesse nesse tipo de informação e lidar com um banco de dados desses...é o meu maior desejo. Demorou um pouco ainda do crawler desse banco de dados, até de fato o que é a plataforma, porque durante muito tempo eu lidei com esses dados com pessoas que tinham interesse, como se eu fosse um consultor..tá, vamos lá.. quais são os projetos em artes plásticas no Rio de Janeiro? Quais são os financiadores? Quais são os financiadores de cênicas que investiram em Pernambuco e no Paraná? Existem? Então todas essas perguntas podem ser possíveis, e a partir disso eu comecei a me interessar muito mais e descobrir coisas muito mais relevantes tendo essa ferramenta que levou cerca de 3 anos, já que eu não estava trabalhando dedicado nela, até ter essa interface pública e ter filtros e visualizações.

11. Primeiro houve a versão interna, necessitando um conhecimento de códigos e depois foi feita a plataforma que é acessível ao público?

RP: Primeiro eu escrevi um software, que é um crawler , que usa raspagem de dados, expressões regulares... que ficam automaticamente colhendo todas as informações e tentando estruturar elas da melhor forma possível, como pegar o CNPJ de uma empresa, e esse mesmo CNPJ ser então relacionado com uma mesma empresa. Esse software permitiu o que eu considero a coisa mais importante de todas que é o banco de dados. Enfim ,para lidar com esse banco de dados você tem que ter noção de uma linguagem específica, pra lidar com o banco de dados, que no caso foi uma linguagem estruturada de consulta. Entre a existência desse banco de dados valioso e uma interface no navegador, pra que as pessoas utilizem filtros para descobrir muitas perguntas possíveis, foi um desafio muito grande do ponto de vista de design, de usabilidade da informação, de desenvolvimento de front end e como lidar com milhares de pessoas fazendo consultas ao mesmo tempo. A Infra estrutura que é precisa pra suportar esse tipo de coisa. Eu diria que esse é produto final para ter acesso ao que é o mais valioso, que é o banco de dados. Uma interface para esse banco de dados.

12. Esse produto final, ele reflete todas as possibilidades do banco de dados?

RP: Todas as possibilidades do banco de dados se assumem em todas as possibilidades das perguntas. O que esse sistema propõe é uma interface em que o maior número de perguntas possam ser respondidas. Quais são todas as empresas, todos os projetos, qual é a pessoa que tem o maior número de projetos envolvendo o termo ouro, Deus ou índio, de que estados eles são? Vamos definir palavras chaves e visualizar elas no mapa do Brasil ou geograficamente. Que tipo de resposta ou de visualizações, podem ser mapas ou podem ser gráficos...esse é o maior desafio...esse tipo da interface que o mostre.me cultura tenta propôr.

13. Você considera que o mostre.me cultura atualmente publica esses dados de forma aberta?

RP: Não publica em formato aberto porque outras máquinas e outros algoritmos não podem consumir essa informação. Ela não chegou a ser um requerimento para mim, eu diria que para transformar os dados do mostre.me hoje, dizendo o mostre.me como interface e sistema web que consome esse banco de dados e transformar em sistema, pro exemplo criar APIS ou Websets que permitam os site a usarem essa informação, eu teria muito interesse em desenvolver isso. Então eu digo que não, não são dados abertos para máquinas mas sim para humanos.

14. Você considera uma questão relevante, oferecer esses dados como dados abertos, na plataforma?

RP: meu interesse foi muito maior em tornar esses dados acessíveis para as pessoas, do que para as máquinas. Porque eu já tive um trabalho em consumir das máquinas... e considero que o maior esforço foi este, trazer das máquinas para as pessoas, portanto tenho como prioridade agora que as pessoas possam consultar em uma interface esses dados. O banco de dados não é acessível por algoritmos externos, apesar de que uma pessoa pode utilizar a mesma técnica que eu utilizei para colher todas as informações que eu tenho e que o mostre.me puxou de dentro do SalicNet. O próprio mostre.me pode ser crawlado.

15. Como o modelo de consulta dos dados que o mostre.me apresenta hoje, é interessante para a sociedade?

RP: Ele é interessante...interessantíssimo imagino, pras pessoas que tem perguntas muito mais relevantes do que eu sou capaz de imaginar. Imagina uma pessoa de sul a sudeste, envolvido em algum tipo de questão, que seja meio ambiente ou a relação entre cultura e saúde, ou a relação entre educação e esporte, perpassando um projeto cultural...as quase infinitas possibilidades de projetos culturais que interpassam todo o conhecimento humano, saber quais são os grandes players desse circuito, qual empresa mais doa para projetos que tem título ambiente, quais são os projetos que citam em sua descrição a relação entre educação e música ou entre pedagogia e arte. Você consultar e ter a possibilidade de compreender e analisar o fomento nacional oficial...você pode ter uma clareza quase instantânea do circuito que existe para se envolver nele, imagino.

16. Qual o perfil do público que utiliza a plataforma mostre.me?

RP: No momento que de fato eu coloquei no ar, eu ainda fiz uma divulgação pelo Twitter e avisei alguns que eu considero players, e entidades importantes de produção cultural, mesmo pra lugares bem específicos como produção cultural de Pernambuco e aí eu cheguei a twittar bastante sobre o lançamento....já chegaram a ter quase 2.000 visitas por dia, mas hoje em dia oscila entre 200 e 600..ou seja, existem...vamos dizer pelo mínimo 200 ou 300 visitas por dia, são 9.000 visitas por mês. Eu poderia até me aprofundar em saber que tipo de perguntas essas pessoas fazem, analisando a navegação, pra ter mais claro o que essas pessoas estão procurando no mostre.me, mas por ora todos esses dados estão abertos para quem quiser consumi-los sem qualquer perfil explícito.

17. E que tipo de informação os utilizadores buscam?

RP: Eu consigo saber usando essas ferramentas open source tipo Google Analytics...essas ferramentas que fazem análises de visita ,eu posso dizer em poucos segundos qual é a pagina mais visitada da semana ou do dia. Então existem coisas curiosas, por exemplo: alguns casos que vão pra mídia, como quando uma cantora conhecida ganhou uma grana imensa por um projeto cultural. E quando esses assuntos vão para a mídia...dá para perceber um padrão em que as pessoas usam a web para questionar e ter dados mais factíveis do circuito cultural e dá para perceber esse tipo de questão é pesquisada.

18. Qual é o maior motivo de contato dos utilizadores da plataforma?

RP: Eu já recebi e-mail de pessoas de dentro do próprio Ministério, curiosos em saber de onde isso surgiu, porque eu humildemente vou concordar que o sistema mostre.me cultura é muito melhor do que o próprio Salic Net, então pessoas que conheceram ele, me escreveram com contato bem cordial de querer conhecer como isso surgiu. O e-mail do mostre.me tem recebido muito spam de eventos culturais que estão acontecendo por todo o Brasil, também já tive pedidos de ajuda, em algumas coisas, por exemplo um grupo circense que nunca tinha conseguido aprovar um projeto de circo e que descobriu, pesquisando projetos culturais, a plataforma e acabou me pedindo ajuda, assim, de como formatar e eu não tive muito o que fazer além de usar referências de outros projetos, e deixar esses links claros pra que a pessoa pudesse se inspirar, mas a maioria das pessoas, tristemente, ou não sei... é uma questão, não vou dizer tristemente..por teria que se refletir se é bom ou ruim e eu não entendo a preocupação da maioria das pessoas por isso que eu vou contar...Elas pedem pra ter seu nome retirado. Pra todas as pessoas que propuseram projetos culturais a nível federal, elas tem o seu nome explícito, então por mais que eu não exiba nenhum dado privado, como endereço ou telefone, está diretamente associado aos projetos desde 2000 até hoje das pessoas que os fizeram. Então tem pessoas que escrevem, ah..tira meu nome daí porque quando eu fiz esse projeto em 2003 eu pesquisava esse assunto, mas esse assunto não me interessa mais, eu acho que se as pessoas quando procuram o meu nome vêem essa associação e eu não gostaria que isso acontecesse mais...e... em geral, eu tento argumentar que são dados públicos e que as pessoa também os podem acessar pelo SalicNet e eu brinco, se elas querem que tire do Mostre.me é só tirar do Salic Net, porque quando o crawler rodar de novo, esses dados não apareceriam mais, eles seriam removidos. Mas eu acho muito difícil que eles consigam retirar do SalicNet.

18.1. Dentro dessas mensagens que você recebe de pessoas pedindo a remoção dos seus dados, mencionam que poderiam acessar algum tipo de lei pra remover os seus dados?

RP: Algumas sim eu acho que já recebi até hoje uns quinze e-mails de pessoas pedindo a retirada de dados, umas se exaltam, e uma se exaltou tanto que na verdade foi a única que até hoje eu tirei. Criei uma técnica pra que ferramentas de pesquisa, tipo o Google ou Yahoo, não considerem esse nome. Então se você entrar no mostre.me e pesquisar, você acha a pessoa ou o seu projeto, mas se pesquisar pelo Google não vai aparecer, é o que tem sido minha política recente.

19. E o contato com o Ministério da Cultura, resultou em algum diálogo entre vocês?

RP: Resultou na demonstração de interesse, mas extremamente...superficial...sem nenhuma proposição ou proposta clara, eu fiquei bem contente com a possibilidade de imaginar lidando com algum tipo de consultoria, afinal esses dados são riquíssimos. Eles tem esses dados, mas eles não tem como manipular eles, e mesmo para prover, propor melhorias para o sistema atual deles, atual, mas que tem mais de 8 anos...sem atualizações. Eu fiquei de fato honrado de ter esse contato, mas eu imagino que essas pessoas tenham tanto trabalho, tanta política, que não sobra muito tempo para fazer políticas eficientes e reais.

20. Você teve parceiros envolvidos na plataforma, agentes externos?

RP: Foram basicamente pessoas interessadas não só no que me motivou...mas pessoas que estavam estudando Produção Cultural e tendo que lidar com um sistema tão tosco e como eu tive o contato à princípio familiar e depois por amizades, e como eu venho de Ciências da Computação, eu tive muito interesse em mostrar a possibilidade da ferramenta pública, transformar esse sistema de informação de dados federais na possibilidade de representa, utopicamente, na minha visão...e uma visão compartilhada entre muitas pessoas... de como o sistema público poderia acontecer, muito mais refinado e muito mais colaborativo, mas diante dessa construção da ferramentas a maioria das pessoas que eu lidei e conversei foram amigos próximos que por muitas vezes podiam me dar insights ou me oferecer perguntas reais que eu poderia ajudar a responder, mas sempre muito informal.

21. Incluindo você, quantas pessoas mais fazem parte da equipe da plataforma?

RP: De implementação, só eu.

22. Pela sua experiência nesse processo de desenvolvimento, hoje em dia o que você acha que poderia ser melhorado no Mostre.me cultura?

RP: Por exemplo, a página principal é a página mais importante, e ela tem um manifesto que foi feito depois de todo o banco de dados pronto, e tem um texto que eu acho que esse texto tem que ser mantido, mas não precisa ter tanta relevância e muitas informações precisam ter mais relevância na página inicial. Por exemplo, eu, durante essas investigações com os dados e fazendo essas questões pro banco de dados, se não metade dos projetos....a conta final não bate, ou seja tem projeto que tem todas as declarações dos incentivadores, e se a gente de fato fizer a soma e a auditoria desses dados, eles não batem com o que é dito que foi o total incentivado. Então eu teria muito interesse em pegar esses projetos, que tem uns dados suspeitos, muito por um erro interno do SalicNet, do Ministério da Cultura em lidar com esses dados, ou omitir alguns dados, mas muitos projetos tem questões muito interessantes de serem melhor analisados e que ficam em aberto para quem usa a plataforma e não consegue responder tudo. Eu acho que esse tipo de informação que exige atenção, deveria ficar na página principal, eu acho que a página principal tem que servir como um guarda-chuva de interesses. Assim, quais são... o projeto mais visitado na próxima semana? Poque tá tendo interesse nesse tipo de projeto? Ou quais são os projetos de áreas específicas que estão tendo certa relevância? Ou apresentam algum problema...que os dados não batem. Existem alguns tipos de informações que ficam muito escondidas ainda porque o sistema hoje é de as pessoas fazerem perguntas, mais eu gostaria de inverter um pouco, e fazer com que a pessoa que entre no site ela mais do que faça perguntas..ela tenha algumas narrativas que as levem a ter mais perguntas. Seria uma mudança que me interessaria.

23. E essas mudanças dependem de que recursos, para que você consiga implementá-las?

RP: Três anos de desenvolvimento eu usei, praticamente todo o pouco tempo livre que eu tinha, que era o tempo livre de outros trabalhos. Eu trabalhei bastante tempo em diversos tipos de projeto e o mostre.me sempre foi um projeto pessoal, no sentido de que eu usei meus próprios recursos e o meu tempo para isso que era pouco. Por isso demorou bastante tempo também, e agora eu trabalho full time e não me imagino conseguindo usar o pouco tempo que eu tenho para fazer as mudanças que eu gostaria. Tudo que a gente está conversando e propondo já está funcionando desde 2013 e eu não sei quando isso poderia ser implementado, vai depender da relação entre disposição, tempo e fundos, claro.

24. Você procura recursos para fazer a implementação dessas novas funcionalidades ou você está aberto a recursos?

RP: Os dois, sim. Se eu tivesse a possibilidade de recursos pra me dedicar a esse projeto, eu teria um interesse muito grande em continuar com ele...só não tenho muita esperança em conseguir fundos. De fato se eu tivesse fundos, claros, e que fosse do Ministério, o que eu acho mais improvável, ou de algum tipo de parceiro, eu teria flexibilidade entre o meu trabalho atual e eu pegaria metade do tempo e usaria para o mostre.me.

25. Rafael, pela sua experiência durante a implementação do mostre.me, você consegue apontar as dificuldades e as falhas que você encontrou no SalicNet?

RP: Bem, o SalicNet ele é feito de uma forma muito precária até.. no sentido de praticamente impedir e limitar hipertextos...existem umas formas em que foram desenvolvidos, que eu me questiono profundamente...se foi feito com essa limitação em mente ou se realmente foi uma falha de usabilidade. Por exemplo, vamos supor que a gente queira saber o quanto...todos os dados relativos a um filme, a um filme que teria incentivos culturais e a gente quer saber quais outros projetos que a pessoa que está propondo esse filme fez, e quanto ele ganhou. Pelo SalicNet você consegue chegar numa página onde você tem essa informação, apesar de que a maioria das coisa snão vão ser links em que você possa clicar, mas a partir do momento em que você acha essa informação, vamos supor que eu queira compartilhar com alguém, que você queira enviar essa informação pra alguém..a própria web, o navegador e a composição das URLs , que são os localizadores universais de recursos, eles seguem para cada pedaço de informação na web tenha o seu próprio endereço e isso não acontece no SalicNet, é extremamente limitado o fato de você não conseguir acessar uma página, por exemplo, desse filme, isso consegue demonstra bem....você não pode copiar essa URL e mandar para alguém, isso é extremamente crítico, os pedaços de infomação, dos recursos de informação que compõem o SalicNet, eles não são links, e enfim... isso é um ponto inicial que eu acho extremamente crítico. Eu considero o projeto antigo e precário.

26. Para finalizar você tem hoje o conhecimentos de outros projetos ou plataformas que também publiquem esses dados, relativos a lei de incentivo à cultura?

RP: Eu lembro de pesquisar um pouco sobre isso. Eu sei que existem outras plataformas fazendo, eu acho que pelas informações que eu vi na época, nenhuma fez da forma que eu fiz, como algoritmos...sistemas que ficam colhendo essas informações. Hoje o algoritmo ele roda a cada três semanas, a cada três semanas ele tenta pegar os dados automaticamente, ele já está independente, autônomo, depois de bastante esforço em análise e desenvolvimento...mas diria que eu não tenho nenhum contato com as outras plataformas e imagino que elas não tenham usado as mesmas técnicas, que eles teriam conseguidos os dados de outras formas.

27. Algo mais a mencionar?

RP:Espero que a maioria dos dados públicos sejam cada vez mais passíveis de análise pública.

Fernanda Pacini e Ronaldo de Moura, Mapa de Financiamento de Projetos Culturais

Perfil: O entrevistado Ronaldo de Moura é diretor de planejamento e gestão do Instituto Alvorada Brasil, e coordenador-geral do projeto “Economia Criativa - Série Primeiros Passos - Capacitação de Empreendedores Criativos”, cujo um dos produtos é o site Mapa de Financiamento de Projetos Culturais. A entrevistada Fernanda Pacini é a coordenadora de pesquisa do projeto. Os entrevistados possuem vasta experiência na área de planejamento, elaboração e gestão de projetos culturais.

Precederam a realização da entrevista, contatos por e-mail, inicialmente com o entrevistado Ronaldo de Moura, através do qual foi enviado o guião de perguntas. Foi então sugerido, pelo Ronaldo, a participação da coordenadora de pesquisa do projeto, Fernanda Pacini, sendo agendada a data de entrevista com a participação dos dois entrevistados.

A entrevista, de cerca de 1 hora e 10 minutos, realizou-se no dia 24 de junho de 2015, pela *Internet*, através do mensageiro eletrônico *Skype*, às 10:15 (horário brasileiro, GMT-3). A transcrição procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido, onde a fala dos entrevistados é indicada pelas iniciais dos seus nomes, “FP” e “RM” e a fala da entrevistadora, através da inicial “E”.

Transcrição da entrevista:

1. Pode mencionar quais foram as motivações iniciais pro desenvolvimento do site do mapa de financiamento?

FP: Então...essa é uma pergunta que seria interessante o Ronaldo participar também, mas quando ele chegar ele complementa. Eu entrei na pesquisa, ela já estava em andamento, mas de fato o que aconteceu foi que o Instituto...a pesquisa começou no ano em que o Instituto percebeu uma dificuldade de encontrar, de identificar possíveis incentivadores para os projetos próprios, né? Então...sentindo essa dificuldade, tanto na elaboração de projeto e execução, na apresentação como projeto de incentivo, quanto também nessa fase de: Ok, eu tenho meu projeto aprovado, mas e aí quem são os incentivadores que eu posso ir atrás? E quais são os caminhos pra isso? Então a pesquisa surgiu um pouco dessa necessidade própria, foram vendo que esse era um parâmetro comum de produtores e enfim. E aí começou a pesquisa, a pesquisa em um momento inicial era uma idealização muito mais de criar uma cartilha, pra esse projeto, pra essa parte de elaboração e prestação de contas, mas aí a gente também foi percebendo essa necessidade de ver quem eram os incentivadores, e aí começou essa fase de buscar toda a documentação das secretarias...e também tem a possibilidade desse cruzamento, por que os dados da Lei Rouanet, eles são divulgados, né, no Salic...mas não existe nenhum cruzamento com dados estaduais e municipais, como a gente faz...e de forma geral, os dados municipais e estaduais, eles não são divulgados. Em São Paulo existem algumas coisas, no Rio Grande do Sul também, o Rio de Janeiro está começando a fazer o processo de transparência desses dados, mas a maior parte das capitais e estados que tem lei de incentivo, não divulgam esses dados, e às vezes não tem isso nem compilado. Então a gente começou a buscar essa necessidade de poder dar transparência para esses dados e facilitar a vida dos produtores no que eles quisessem procurar, então... eu quero ver quem são os incentivadores da área, da área de artes cênicas... então aí tem essa possibilidade de filtros também, porque o Salic também tem um filtro meio rígido, ele é um pouco difícil, então pra você identificar isso por área...ou por ano, ele não te dá isso tão facilmente, então a gente foi criando filtros possíveis nesse sentido. Ah, eu sou professora...eu tenho um projeto de artes cênicas e eu quero saber quem foram os incentivadores em Goiás, tanto estaduais, municipais e federal, então eu tenho essa possibilidade de filtro e ele te dá um campo maior de pesquisa.

2. Vocês tiveram dificuldades para conseguir obter esses dados, especificamente da base de dados do Pronac?

FP: Tivemos, é...só um pouquinho, Marina, eu vou desligar aqui um pouquinho e a gente já volta.

(...)

RM: Muitas dificuldades não é Fernanda? Muitas, não foram poucas não.

FP: É..foram muitas...porque assim, como eles tem os dados abertos, a gente precisava deles de uma maneira que a gente pudesse de fato utilizar essa base de dados, então a gente precisava deles em algum formato... que eles nos fornecessem de fato a base de dados, pra gente poder utilizar. E esse processo foi um pouco difícil, a gente passou por algumas dificuldades que na verdade foram...eu acho que, tem algumas questões burocráticas e também porque no ano passado tiveram várias mudanças de secretários, então a gente começava a conversar com uma pessoa, ela tinha saído, aí ficava um tempo sem, aí entrava uma outra pessoa e aí tinha todo aquele início de conversa novamente pra poder fornecer esses dados...que são dados públicos, na verdade, quando de fato eles entenderam o que a gente precisava, a coisa até foi fácil. Mas ia se criando um trâmite, então a gente fez um

requerimento e enviou em 7 de novembro e isso nunca chegava na pessoa responsável por responder esse requerimento. As dificuldades foram bem nesse sentido assim burocrático mesmo de ficar ligando e tá, e aí? Sabe, eu falava com um funcionário, eu falava...não, então faz assim ó... ao invés de eu tentar uma tramitação interna, você tenta uma tramitação externa, por que você tem que chegar lá no secretário do SEFIC e o cara já não estava mais, então foram nesse sentido as dificuldades.

E: Dificuldades burocráticas?

RM: É, mas assim, teve um equívoco que a gente cometeu, que hoje dificilmente a gente repetiria esse modus operandi, que foi assim, nós tivemos uma conversa inicial com o MinC pra apresentar o projeto, e aí a gente acreditou que essa conversa tinha sido suficiente pra sensibilizá-los e desse modo a gente solicitou as informações, assim, dessa relação de caráter colaborativo e isso não foi possível. E a coisa só andou quando a gente fez lobby, né? Primeiro, quando a gente acessou a lei de acesso à informação e fizemos lobby com uma pessoa influente no gabinete, na época a ministra era a Marta Suplicy e nós conhecíamos uma assessora dela e falamos - Olha pelo amor de Deus ajuda a gente aí, porque é um projeto de interesse do Minc e tá preso aí na burocracia e aí essa pessoa entrou em campo dizendo que era um comando da ministra... aí as coisas aconteceram. E as dificuldades foram muito maiores, a Fernanda pode te relatar aí com as secretarias estaduais e municipais, e essas dificuldades tiveram motivações diferentes, não é Fernanda?

FP: Sim, é, no caso, por que aí também a gente entrou no campo de que lá nesses locais eles não tinham esses dados compilados, então tinham desde locais em que com a mudança de governo, os dados do governo anterior eram jogados fora, os projetos, as papeladas, enfim, pelo o que os funcionários nos contavam, ah, por que é do governo anterior a gente não tem mais nada. Locais em que eles tem todo um sistema, que é um sistema muito antigo, que eles não conseguem transpor pra nenhum outro lugar a não ser imprimindo. Alguns locais tinham isso mais consolidado, mas não tinham de fato uma vontade de passar as informações, por exemplo São Paulo deu a situação de que, assim, todas as informações dos proponentes são públicas, mas eles não divulgam quem são os incentivadores, eles não passaram os nomes dos empresários. Foram situações diversas. Alguns códigos os funcionários tiveram que retomar cada projeto para digitalizar, porque eles não tinham isso em nenhuma base de dados, era tudo excel. Então com isso também foi interessante, porque a gente também pôde contribuir com as secretarias, pra gente divulgar dados que eles tinham interesse de publicar, mas que não tinham atenção ou capacidade ou então tudo isso, enfim...

3. Vocês acabaram comentando que fizeram o uso da lei de acesso à informação, então na época do projeto essa lei já estava em vigor?

RM: Sim, já estava em vigor no plano federal já estava regulamentada a mais de ano, há quase dois anos e nos níveis estaduais e municipais, ela tinha sido regulamentadas em alguns lugares e outros não. Nós chegamos a pensar até na possibilidade de, em casos isolados, onde havia muita resistência e naqueles casos que nós avaliávamos que a resistência não era motivada pela falta de estrutura, mas casos de indolência, de má vontade e preguiça mesmo. E até de uma certa prepotência, como foi o caso de São Paulo que os caras diziam o seguinte, olha, tão aí, se quiser pega, se não quiser vai reclamar com o bispo, algo assim. Então nesses casos a gente pensou até em mover uma representação contra eles no Ministério Público, mas aí o nosso parceiro, o SEBRAE ponderou que não seria o caso. Mas nós tivemos que usar forcípices bem fortes pra extrair a informação em alguns casos.

4. Em algum momento, vocês utilizaram algum crawler para fazer a raspagem de dados, por parte da equipe de vocês mesmo?

RM: Marina, por favor, desculpa a ignorância, mas traduz aí essa impressão, por gentileza.

E: Claro. Isso seria como se vocês mesmo conseguissem entrar no sistema e simular as consultas, para conseguir pegar os dados, sem uma autorização do órgão. Os dados que vocês tem foram todos disponibilizados ou se vocês mesmo conseguiram pegar alguns desses dados?

FP: Não, os dados que a gente tem foram todos dados que a gente recebeu.

E: Sim, foram disponibilizados?

FP: Exatamente, como a gente recebeu, inclusive por exemplo algumas situações a gente percebia, alguns erros de digitação, quando dava a gente reportava a secretaria e tentava corrigir, mas se não dava, a gente mantinha exatamente como foi recebido. É, em alguns casos que os dados são públicos, por exemplo, Rio Grande do Sul, eles não nos forneceram os dados e a gente acaba não utilizando por mais que os dados deles sejam públicos, a gente acaba não utilizando porque a gente não recebeu. Não utilizamos os dados sem fornecimento, sem autorização.

5. Em algum momento vocês tiveram alguma ajuda técnica por parte de algum desses Órgãos Públicos para manipular ou filtrar esses dados, ou eles só disponibilizavam?

FP: Eles só nos disponibilizavam, em diferentes formatos, em alguns casos Excel, outros bases de dados CSV. Alguns casos em papel que a gente tinha que digitalizar, ou em Word. A gente recebeu de diversas formas e aí a gente tinha alguma equipe nossa que era uma equipe de informática que foi quem também foi tratando os dados. Mas por parte dos órgãos a gente não teve apoio técnico não.

RM: Marina, só complementar uma coisa que a Fernanda falou. Até mesmo quando a gente encontrava inconsistências, divergências e contradições nos dados fornecidos, a gente optou por não manipular essas informações, e nesses casos a gente colocava lá um nota de pé, uma observação de que a autoria desses dados, a responsabilidade desses dados é de fonte tal. Essa foi uma coisa. E como bem disse a Fernanda, a negociação que a gente tentou fazer é que eles, no caso dos órgãos públicos que dispunham dessas informações em bases eletrônicas, que nos fornecessem essas informações assim desagregadas, que utilizassem um extrator para nos fornecer os dados na base Excel, mas na maioria dos casos isso não foi possível, o que gerou uma trabalhadeira do cão. Tivemos que fazer uma adequação de formato dessas bases de dados.

6. Houve uma declaração da política de utilização dos dados, especificamente dos dados do Pronac?

RM: Não, a gente teve uns dois ou três casos que não aconteceram na esfera Federal, onde a gente ouviu absurdos do tipo, esse dado é sigiloso, eu não me lembro exatamente qual foi a secretaria de cultura, com certeza não foi o Ministério, que chegou ao absurdo de dizer que os dados dos patrocinadores, estariam coberto por sigilo. É um absurdo, né, quer dizer, não se trata de uma ação de patrocínio direto, se trata de recursos, de incentivo cultural que está sendo utilizado pela empresa privada e está contribuindo pra fortalecer a sua imagem. Então São Paulo deu muito trabalho e o consultor jurídico, muito do coxinha, chegou ao ponto de falar uma barbaridade dessa.

7. No que difere, para um cidadão comum, a consulta através do sistema Salic ou através do Mapa de projetos de financiamento de projetos culturais. Alguém que vai consultar o Salic e vai consultar o site do Mapa de Financiamentos, qual é a diferença nessa consulta?

RM: O grande diferencial da nossa plataforma é que a gente não se restringe ao nível federal, e sob esse aspecto o site é uma jabuticaba, se trata de uma ação totalmente inovadora no sentido de reunir e difundir numa mesma plataforma dados sobre mecenato cultural de três fontes diferentes em instâncias de administração pública federal, estadual e municipal. Então sob esse aspecto ainda não tem nada igual e o Salic Web não se compara, porque as informações contidas no Salic Web representam parte, e a parte majoritária, dos dados que estão disponíveis no nosso site.

FP: Mas tem essa questão também da forma de pesquisa, né? O Salic para consulta pública, ele não é uma ferramenta...eles estão atualizando...mas é uma ferramenta um tanto rígida, você não tem tantos campos de pesquisa e ela é uma ferramenta que eu particularmente acho difícil, você faz uma consulta aos dados e se perdem, você não pode ficar mexendo nela, se você entra aqui e quer saber um pouco mais de um projeto e você quer voltar... a pesquisa toda hora pede pra você sempre clicar do princípio e atualizar o site, pelo menos em relação ao SalicNet. Eles tão fazendo, com a história do novo Salic, estão tentando fazer um novo formato, mas dentro do próprio Ministério, eles possuem quatro diferentes Salic's. Tem o SalicNet que é consulta Pública e tem o Salic Interno também que os dados nem sempre são iguais. Então tem essa questão ainda em relação ao que isso significa e a maneira como isso é fornecido...então eu não sei nem como isso vai ficar com a atualização, de fato, do novo Salic, como isso vai ficar e como eles vão utilizar esses dados, e o que eles vão fornecer, né. Na verdade, o que eu sinto do SalicNet, te falo enquanto pesquisa, quando eu utilizei, eu acho ele nesse sentido rígido, ele foi feito num formato em que eu só posso fazer uma pesquisa por vez, então ele não me fornece tudo que eu preciso...a partir de uma pesquisa inicial seguir para outros campos. Então eu até acho que ele é simples, mas eu acho que ele não te dá possibilidades diversas.

RM: Além disso Marina, falando especificamente dos dados do mecenato cultural em nível federal, Lei Rouanet, tem pequenas diferenças, assim, em criar as funcionalidades, porque a gente partiu da classificação de áreas culturais do Minc, mas a gente fez algumas adaptações, certo? É uma outra coisa, é o seguinte, a gente construiu a ferramenta de busca, na perspectiva de facilitar ao máximo a vida do cidadão, então em alguns aspectos a gente foi bem sucedido e a Fernanda tem razão quando faz essa comparação, quando apresenta para você essas vantagens comparativas do nosso site. Outras coisa a gente não acertou, tá, e aí tem um exemplo que eu vou lhe dar, que está relacionado com uma demanda e um pedido de uma usuária que está fazendo um trabalho mais ou menos parecido com o seu e que queria, que apresentou uma demanda de extração de todo o banco de dados, certo? Porque isso sem dúvida alguma iria facilitar a vida dela, e aí a gente explicou que lamentavelmente a ferramenta não foi construída pra fornecer essa solução, ela queria jogar a rede, passar o rastelo e importar, transferir, todas as informações pra máquina dela, pro HD dela. E eu falei, olha, lamentamos mas isso não vai ser possível. Nesse sentido a nossa pesquisa, a nossa ferramenta, ela possibilita pesquisas pontuais, bem abrangente, bem ampla, com muito cruzamento de dados, mas você não pode...é, vamos dizer assim... em que pese todos os produtos, eles terem

sido produzidos dentro do conceito de left-right. Ou seja, um certo conteúdo é público e pode ser utilizado por qualquer um, desde que cite a fonte sem precisar pedir autorização para os produtores, mas isso não rola no site.

8. Como vocês acham que a consulta desses dados, especificamente do Pronac, beneficia a sociedade?

FP: Começa que eles são dados públicos, né, então a partir de uma utilização de recurso público e que por ser assim, a gente nunca sabe na verdade o que as pessoas vão querer procurar. Por serem públicos e utilizando esse recurso eles são importantes se alguém quer saber, quer conhecer alguma coisa de algum proponente, de alguma empresa. Então, assim, em um primeiro sentido é isso. Em um segundo sentido é , de fato, você poder identificar quem são os patrocinadores, quanto que eles aplicam de verba, em determinado projeto. Ah, então, qual é o foco da empresa que eu estou procurando, o que ela patrocina mais, e em que valores? Às vezes tem empresas que não querem patrocinar valores baixos, outras que não querem patrocinar valores altos. então tudo isso você consegue ter e você vê que facilita a vida do produtor mesmo.

RM: Só um complemento Marina, que tem a ver com a inspiração inicial, a motivação inicial da gente contruir e elaborar esse projeto, e tem a ver também com a razão do SEBRAE ter apostado recursos nesse projeto. A gente sempre partiu de uma leitura que é o seguinte, o mecenato fornece recursos públicos pra poucos. É uma coisa concentrada...tem lógico uma concentração inicial dos recursos da Lei Rouanet no eixo Rio e São Paulo... mas mesmo dentro dessas regiões, os pequenos produtores culturais, os proponentes de projetos culturais independentes, eles não tem acesso, não tem vez. Porque esses recursos são monopolizados por grandes empresas, por grandes instituições, de empresas privadas, travestidas de fundações e Institutos que tem muita grana, que tem muita estrutura pra contratar bons consultores, bons assessores, para elaborar projetos sob medida pro Minc e sob esse aspecto isso não é democrático, pelo contrário, isso cria um círculo absolutamente vicioso, aonde os recursos ficam transitando numa única organização que ao mesmo tempo em que ela é patrocinadora, ela financia, ela é proponente e executora. Esse é um jogo de perde-perde, e é por isso que está se discutindo agora as mudanças na Lei Rouanet, por que são recursos públicos que servem mais para atender as necessidades dos departamentos de Marketing das grandes empresas e não atendem o interesse público. Então o nosso propósito inicial foi criar produtos, criar ferramentas para diminuir essas assimetrias e para que a clientela do Sebrae, e nós fazemos parte da clientela do SEBRAE, porque nós somos pequenos, ou produtores ou gestores culturais. A nossa ONG não se limita a área de pesquisa, a gente por exemplo administra um teatro aqui em Brasília. E nós já tivemos projetos aprovados pela Lei Rouanet e sofremos, penamos... porque não tem informação disponível, ninguém me apresenta o caminho das pedras, então foi isso e o SEBRAE se sensibilizou porque tá fazendo um investimento na área de economia criativa, certo? E ele sofre muita pressão de empreendedores individuais ou micro pequenas empresas que atuam na área cultural que sobram nessa história, que não tem orientação, pra disputar esses recursos. Então, vamos dizer assim, o objetivo principal nosso é esse, é democratizar, criar condições, disseminar conhecimento pra democratizar o acesso aos recurso públicos das leis de incentivo à cultura.

9. Nesse sentido também, surgiram não só o site com os dados, mas também a cartilha e o catálogo não é?

FP:Exatamente.

E: que são os produtos que complementam o site...

FP: Sim. No sentido de capacitar os produtores, principalmente na questão da execução e de contas, por que de fato existem vários manuais de projetos, cursos nesse sentido, mas a execução e a prestação de contas normalmente são deixadas de lado, né? Então a gente se preocupou em ter um manual que de fato auxiliasse eles a pensarem como fechar o projeto. Muitas vezes a gente faz até um projeto muito bem feito, mas você falha na prestação de contas por detalhes que você não se atentou durante a execução, ou até mesmo na elaboração. Você começa a prestar contas já quando você está elaborando o projeto, e tem que pensar como que você vai de fato mostrar aquilo que voce propôs. E o catálogo vem nesse sentido de resumir e compilar as informações que a gente considera importantes, de quem é o principal incentivador, os principais captadores. Aonde podem apostar, numa esfera municipal, federal e municipal. A gente faz uma compilação de dados pra tentar colocar isso de uma maneira mais mastigada para os produtores e interessados.

RM: Marina, para terminar de responder a sua pergunta sobre quem ganha e quais são as vantagens, a gente avalia que todo mundo ganha com esses produtos que nós criamos, ganha o proponente, porque ele tem um mapa para orientar as suas ações de prospeção... de capacitação de patrocinadores, porque depois de fazer as pesquisas que a nossa ferramenta de busca permite, ele nunca vai procurar empresas que não tem tradição, por exemplo, patrocinar projetos de Artes Cênicas, ou seja, a ferramenta direciona o trabalho do proponente. É interessante também para os patrocinadores, porque os patrocinadores, a gente sabe que algumas estruturas aí, de marketing, de responsabilidade social de algumas empresas, elas tem dificuldade de identificar no mercado bons projetos. Nesse sentido, basta fazer uma pesquisa, que vai encontrar bons projetos e, outra coisa, vai verificar se os proponentes são éticos, se eles

fizeram tudo direitinho. Porque de repente o projeto é excelente, mas a execução foi caótica, então se eu sou o conselheiro de uma empresa que vai selecionar projetos, eu quero é distância dessa galera, cria solução para não arrumar problema. E por último interessa também ao setor público porque nós fizemos o dever de casa que, em princípio, teria que ter sido feito pela esfera pública, que é juntar, que é fundir essas informações. Então ninguém perde com esse projetos, pelo contrário...Talvez as Paulas Lavignes da vida, possam perder porque a gente tá invadindo aí uma reserva de mercado, estamos jogando luz e nós estamos democratizando círculos viciados, que sempre se locupletaram aí com esses recursos.

10. Vocês conseguem manter essa base de dados atualizada?

RM: Dá pra fazer uma pergunta mais "facinha", Marina? (risos)

FP: Então Marina, a nossa plataforma ela atualmente está restringida a esse período de setembro de 2000 a setembro de 2013, a gente tem alguns dados já de 2014, mas não são muitos e nesse momento se restringe a esse período até o momento em que a gente recebeu as informações. A gente não tem uma atualização constante nem em relação a novos dados e nem em relação a, por exemplo, se um projeto que na época constava como reprovado e depois o status mudou. Esses dados, atualmente, eles não são alterados, a gente tem uma intenção de criar mecanismos pra ele, mas nesse momento isso ainda não acontece.

RM: Esse é um dos calcanhares de Aquiles do projeto e da ferramenta, por que assim, ela é limitada, estanque, do ponto de vista temporal...o projeto que foi aprovado pelo Sebrae era da gente reunir informações de setembro de 2008 a setembro de 2013. Nós cumprimos essas tarefas e inclusive fornecemos para os usuários uma espécie de chorinho porque em alguns casos você pode encontrar informações lá, até o limite de junho de 2014. Então nós estamos no momento buscando recursos pra suprir essa carência, essa limitação e queremos também, na possibilidade de encontrar fontes de financiamento, a gente quer também reforçar, fortalecer a realidade do ponto de vista da programação web. Ou seja, queremos aumentar a banda da ferramenta para ela permitir mais acessos simultâneos, queremos fazer alguns ajustes de desenvolvimentos de sistema, para tornar a ferramenta mais imune a bugs, que a gente já andou recebendo alguns e-mails, ó eu tentei acessar hoje e não gerou o relatório... E por último o nosso sonho de consumo é de incluir nessa base de dados projetos financiados com recursos públicos, mas que não tem o status de mecenato cultural, ou seja, nós queremos...e aí já é um outro projeto, que é incluir os dados dos fundos de apoio em cultura que existem nos estados e até mesmo, outros projetos, outros programas do Minc que também são de incentivo, de fomento, incentivo à cultura, mas não fazem parte da rubrica do Pronac, vamos chamar assim.

11. Vocês conseguem estabelecer o perfil do público que utiliza o Mapa de Financiamento de Projetos Culturais, há um perfil específico?

RM: A gente tem algumas suposições, tá, e tem alguns indicativos das mensagens que recebemos depois que o site foi lançado.

FP: A gente tem o cadastro deles, mas a gente não fez o levantamento também.

RM: A gente não teve tempo, condições e recurso ainda pra fazer um bom monitoramento dos acessos, né.

FP: Quem utiliza o site, pra fazer uma pesquisa, tem que fazer um cadastro...mas a gente ainda não fez a compilação desses dados, pra levantar um perfil, que é uma coisa que a gente quer fazer mas a gente ainda não trabalhou nisso. Mas a gente tem essas informações...

RM: É, essas informações estão disponíveis numa área interna, de acesso interno, acesso restrito, só os administradores do site que tem acesso a essa informação, mas pelos e-mails que a gente recebeu, de pessoas, pedindo esclarecimento, ou denunciando, assim, a existência de bugs, de dificuldades, dá pra ver o seguinte, que são produtores culturais, são pessoas que atuam na área de economia criativa, usuários também assim, com o seu perfil, estudiosos, pesquisadores e acadêmicos...basicamente isso, mas assim, não podemos afirmar, a gente não sabe a ponderação disso, por que a gente não fez ainda esse trabalho que é analisar todo mundo que entrou, por que...quem entra, deixa lá as suas digitais .

12. Dentre essas mensagens que vocês recebem dos utilizadores, vocês por vezes recebem mensagens de pessoas que não querem ter os seus dados expostos, ou que solicitam a remoção dos seus dados, ou algo assim?

FP: Não

RM: Até o momento não nos deparamos com essa situação não

FP: Até porque os dados são públicos, então no momento em que você utiliza a verba pública, obrigatoriamente você deve fornecer, essas informações né, então a gente não recebeu nada nesse sentido.

RM: Absurdos como estes só dos consultores jurídicos do glorioso estado de São Paulo.

13. Vocês já comentaram que o Sebrae é um parceiro de vocês. Existe alguma outra parceria envolvida nesse projeto?

RM: Em termos assim, de parceiros que apostaram recursos, somos apenas o Sebrae e o Instituto, por que o Sebrae entrou com 70% dos recursos e nós como sócios minoritários com 30%. O Sebrae participou mais assim da definição das linhas gerais da execução que foi exclusivamente feita pelo instituto, ficou a cargo exclusivamente do Instituto, agora... a gente considera como parceiros, todos que colaboraram para a execução do projeto, desde o Gestor Público que forneceu as informações, até a equipe de profissionais que se engajou no projeto. E a gente pretende agora ampliar essa parceria, nós queremos inclusive convidar o MinC... pra assim, mais do que convidar o MinC para ser parceiro, a gente quer entregar, a gente quer fazer a entrega dessa plataforma e desse legado pro Minc. Porque, sem qualquer presunção da nossa parte, nós temos o que o Minc não tem, e como tudo foi construído na base do left-right, a nossa idéia é bater na porta do MinC, e falar, ó Minc tá aqui o que nós fizemos, certo, queremos entregar isso pra vocês, pra que daqui pra frente, vocês melhorem, vocês aperfeiçoem, de preferência em parceria conosco. Na parceria, o importante é que o filho cresça e que o MinC, que tem muito mais recursos do que nós... você deve estar acompanhando aí que a luta atual é para que o Orçamento Geral da união de 2016 seja aprovado com dois traços para o MinC. Na gestão do Gilberto Gil ele conquistou, atingiu 1% do orçamento e a ideia agora com o ministro Juca é dobrar para que tenha 2% ...e isso acontecendo vai ser uma grande vitória, não sei qual é a participação da cultura, dos países da Europa, você que está aí talvez saiba disso...

14. Vocês conseguem quantificar, para além de vocês dois, quantas pessoas fizeram parte da equipe de desenvolvimento da Plataforma?

RM: Teve várias pessoas, né, várias pessoas, teve pesquisadores, grupos de pesquisa, teve um grupo de coordenação, teve um grupo do desenvolvimento web, programação e desenvolvimento web, teve uma outra equipe de (AB), por conta da cartilha que acabou virando um manual, teve outro grupo de profissionais de texto, responsáveis pela análise e síntese, que trabalhou basicamente no catálogo, teve pessoal de revisão, pessoal do apoio administrativo que nos ajudou muito, porque a gente teve que tourear.. a gente precisou organizar uma verdadeira caça, né, aos funcionários públicos, por que após um determinado momento as pessoas fugiam da gente, então a gente usava mil artimanhas pra ligar, pra conversar com as pessoas. Então o pessoal do apoio administrativo ajudou muito, enfim...

FP: Eu acho que em torno de 30 pessoas, por baixo

RM: Em torno de 30 pessoas, né, em torno de 30..

FP: por aí..

E: E profissionais de Tecnologia da Informação?

FP: Na verdade a gente contratou uma empresa de TI que fez o desenvolvimento web que enfim...preparou, na verdade eles montaram o sistema interno pra leigos. Então eles criaram todo um mecanismo para que fosse fácil de utilizar, por qualquer pessoa, né. Então a base interna a gente trabalhou com Excel, existe um mecanismo que a gente preenche, a coisa já vai...as informações já sobem automaticamente...então eles já montaram tudo isso pra gente, que foi essa equipe contratada, né que fez o desenvolvimento externo, do site e essa base administrativa interna pra organização dos dados.

RM: Tem mais gente também Marina, nós tivemos também profissionais de design, fizeram um trabalho de muita qualidade. Como a gente também maneja a lei de acesso à informação, nós tivemos uma preocupação de inserir no projeto uma rubrica para contratação de assessoria jurídica, que nos ajudou a entender e a usar da melhor maneira possível a lei de acesso a informação, eles chegaram até a produzir padrões, textos padrões, pra gente se relacionar com os órgãos públicos.

FP: Também ajudou a gente a entender algumas coisas importantes que a gente não entendia, a gente passou um período da pesquisa estudando como funcionava a legislação em cada um dos locais que a gente estava trabalhando, né, que é bem diversa, então eles auxiliaram nesse sentido, né, de compreender algumas informações, como que as coisas são colocadas...

RM: Só uma coisa, Marina, e esse é um outro legado super importante do projeto... se você verificar no site, tem lá um link que fala de legislação, e esse é outro feito importante do projeto, por que nós conseguimos reunir, aglutinar, toda a legislação sobre mecenato cultural em vários níveis, leis federais, estaduais e municipais, até portarias, decretos de regulamentação, instruções normativas, então quem quiser ter acesso ao que existe de documentos legais, de normativo sobre esse tema, vai encontrar nesse endereço de forma centralizada, nós tivemos até a idéia, nós chegamos a pensar em um subproduto que até o momento não foi possível ser viabilizado que é fazer a compilação e análise para a devida tradução dessas normas para pessoas leigas, mas isso não tivemos pernas para chegar aí...é, paramos no meio do caminho, pois o foco principal não era esse. Mas a gente entende que é uma coisa absolutamente necessária, porque as vezes a lei, da forma como ela é escrita, ela funciona como uma barreira.

15. A consultoria jurídica que vocês tiveram, ajudou a vocês entenderem, como poderiam publicar esses dados, se vocês fariam uma declaração de política explícita ou não sobre o tipo de licenciamento desses dados?

RM: Não. Nós fizemos uma provocação inicial, eles ficaram sensíveis a isto, mas assim a gente constatou que seria necessário fazer um investimento no sentido de ter uma equipe de profissionais do direito, pra fazer essa análise.

FP: Essa pergunta foi no sentido do licenciamento de dados, do Mapa, né?

E: Exatamente, essa consultoria jurídica serviu para o próprio entendimento? Se houve dúvida, e se essa consultoria ajudou a esclarecer como vocês poderiam declarar a política de uso desses dados que estão sendo publicados no Mapa?

FP: Sim, sim, logo no início a gente teve uma conversa com eles, pra entender isso, o que a gente poderia pedir, o que a gente poderia fornecer, então eles trabalharam também nisso, né, logo no princípio do projeto.

16. Vocês têm interesse em fornecer a extração dos dados? E quais são as outras melhorias que vocês gostariam de implementar no Mapa?

FP: Sobre a extração dos dados, a gente já consegue extrair alguns dados, eu faço uma pesquisa, eu consigo puxar, tanto imprimir, quanto puxar essa pesquisa em excel...é, mas a gente não consegue extrair todas as bases de dados de uma vez só. Eu acho que a gente tem melhorias nas funcionalidades do site, nas pesquisas, né, os filtros, eu acho que a gente precisa ainda, se a gente conseguir aprimorar o site, fazer uma atualização...e algumas coisas, por exemplo, estão no catálogo, nem tudo a gente consegue fornecer nos filtros da pesquisa, umas das coisas que a gente lamentou. Essa compilação dos dados da maneira como a gente colocou no catálogo, ela não é tão fácil para o pesquisador, a gente faz isso com uma base técnica. Então isso também é uma coisa a ser melhorada. Essa atualização, na relação com os estados e os municípios, de uma maneira que o ideal seria que eles dispunham os dados no sistema pra que fosse sendo alimentado e não como foi feito, que eles passavam pra gente, a gente processava os dados quando ele dava e depois subia pra plataforma, o ideal é que já pudesse ter uma atualização constante né? Tem algumas coisas assim que a gente foi percebendo, mas que precisa de outros mecanismos pra conseguir ter essa melhoria no site.

17. Atualmente vocês estão a procura de recursos pra implementar essas novas funcionalidades?

RM: Sim, sim, a gente fez uma pausa, Marina, porque o seguinte, nós temos a nossa estrutura...é pequena e houve aí um delay na divulgação, na publicização dessas entregas que fizemos com o Sebrae, porque o nosso parceiro apesar da gente ter concluído todo o trabalho em setembro do ano passado, nosso parceiro optou por deixar todos esses produtos em banho maria pra criar um gancho, um faro, um factóide, pra uma melhor divulgação e aí na relação com o Sebrae nacional, a gente engatou uma nova parceria, cujo objetivo é fazer um estudo dos sistemas, das redes e dos pólos da economia criativa no país, certo, então assim, criou um projeto de grande envergadura, se esse primeiro a gente previu inicialmente 8 meses pra execução e acabamos por finalizar somente em 12 meses, essa segunda parceria que nós estamos tocando com o Sebrae, ela prevê um tempo de execução de 20 meses. Nós começamos agora em fevereiro, nesse sentido a gente meio que perdeu o fôlego pra continuar investindo em todas essas possibilidades aí de melhoria do primeiro convênio, tá, mas agora que esse segundo projeto já está caminhando com suas próprias pernas, nós vamos sim no segundo semestre deflagrar aí uma série de contatos a começar pelo MinC, certo, pra criar as condições pra a gente dar sequência, dar continuidade no projeto, e os alvos são esses, tornar a ferramenta mais robusta do ponto de vista da informática, de repente até inserir um mecanismo de extração total. Não temos nenhum problema com relação a isso, pelo contrário. A outra coisa é fazer a manutenção dos dados da Lei Rouanet, o terceiro ponto é a gente voltar naquelas fontes de informação, naqueles órgãos públicos que ficaram nos devendo, entre outras, dados. Se a gente puder, nós queremos pesquisar algumas cidades de médio porte que possuem LIC, leis de incentivo a cultura, que ficaram fora do projeto. Na verdade a gente descobriu que cidades como Campinas, Ribeirão Preto e Maringá... ou seja cidades que não são capitais, possuíam leis de incentivo a cultura. Tem cidades hoje com 500.000 e 600.000 habitantes que tem LIC, e a gente não sabia disso, ficou sabendo ao longo do projeto e não tivemos tempo pra incluí-los, e a última coisa é incluir os dados de apoio e incentivo de fomento a cultura extra mecenas. E aí você tem um mar de fontes, de projetos e de programas e de fundos, enfim...nós somos muito David nessa história e precisamos realmente de parceiros porque a tarefa é de Golias. O trabalho que ainda tem por ser feito é de Golias.

18. Vocês acreditam que há uma falta de divulgação da plataforma?

RM: É, com certeza...a gente não tem ainda as métricas, nós não fizemos ainda as aferições de acesso, mas com certeza, muito provavelmente, tá muito aquém, né.

FP: do que poderia

RM: do que poderia.

FP: De qualquer forma, também, isso faz parte da parceria com o Sebrae que tá divulgando a plataforma.

RM: E quando a gente fala em novas parcerias, não é só parceiro pra contribuir com recursos financeiros, mas são parceiros também que possam contribuir com a divulgação.

19. Vocês tem o conhecimento de algum outro projeto que também trabalhe com consultas a estes dados, relativos ao Pronac?

FP: Então, quando a gente estava fazendo a pesquisa, eu encontrei alguns sites que também trabalham com os dados do Pronac, mas eles são exatamente a base do Pronac, não tinha essa diferenciação de outros estados e municípios, e eu não sei, por que a gente descobriu alguns sites, mas não ficava claro o quanto que eles eram atualizados...como que era a manutenção deles. Alguns estão até nas referências, no site tem uma lista enorme de referências, e aí tem link pra outros sites, mas outros eu simplesmente achei que não eram interessantes, você procurava e encontra as informações na Internet mas não tem mais nenhuma diferenciação e nenhum tipo de filtro que você possa ver como no SalicNet, ou como o nosso, eram só os dados crus, e eu não sei te dizer quais são aqui agora.

Gisele Craveiro, professora doutora da USP.

Perfil: a entrevistada é professora doutora da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Tem experiência na área de ciência da computação, atuando no tema das políticas públicas para acesso à informação. É fundadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPAI/USP), que se dedica à investigação dos efeitos das novas tecnologias para a produção, distribuição e consumo de bens culturais e educacionais, bem como à investigação de temas relacionados à propriedade intelectual, com ênfase nos seus impactos sobre o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Em 2014 fundou o grupo de pesquisa Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (Colab-USP), onde atua como coordenadora.

Gisele Craveiro ocupou o cargo de presidente do Conselho Deliberativo da Open Knowledge Brasil desde a sua fundação até setembro de 2015. É membro do Comitê Assessor da Sociedade Civil Latinoamericana na Parceria de Governo Aberto, tendo ainda ocupado a cadeira de representação da sociedade civil do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, no período entre 2012-2014. As suas pesquisas e publicações perpassam o tema do orçamento aberto, da análise de portais de transparência, padronização de publicação, do desenvolvimento de aplicativos cívicos e do impacto de iniciativas de dados abertos.

Precederam a realização da entrevista, contatos por e-mail para alinhar a data da entrevista, conforme a agenda da entrevistada, através do qual foi enviado o guião de perguntas. A entrevista, de cerca de 41 minutos, realizou-se no dia 13 de julho de 2015, pela Internet, através do mensageiro eletrônico Skype, às 10 horas (horário brasileiro, GMT-3). Evidenciou-se, no decorrer da entrevista, a formulação de respostas fundamentadas pela experiência da entrevistada, assente no conhecimento teórico das temáticas em discussão. A transcrição procura ser fiel ao discurso oral, tal como foi produzido, onde a fala da entrevistada é indicada pelas iniciais do seu nome.

Transcrição da entrevista:

1. Quem são os novos intermediários de dados?

GC: Eu acredito que tenham duas dimensões, intermediários que já existiam e já faziam inclusive uso maciço de dados e realmente existem intermediários que a gente poderia classificar como novos dependendo dessa situação. Eu acho que na primeira categoria, a gente tem obrigatoriamente que mencionar os jornalistas, inclusive também os pesquisadores, os cientistas, enfim, as pessoas que se debruçam em cima dessa informação mais primária, os dados, e de repente o seu contexto. Tanto pelo avanço tecnológico, como pela crescente disponibilização dos dados na web, levam com que esses dois intermediários também tenham que incorporar novas ferramentas no seu cotidiano de trabalho. Então muitas vezes você vê esses intermediários fazendo cursos, capacitação, aprendendo a como extrair os dados em larga escala ou combiná-los de alguma outra forma, não necessariamente novas técnicas, mas as técnicas que já existiam, se tornarem de uso mais frequente no seu trabalho. Então você provavelmente já deve ter ouvido falar sobre o jornalismo de dados, não é? Eles utilizam técnicas que não são exatamente novas, mas pra muitos desses profissionais, para alguns desses profissionais, não eram de uso tão corriqueiro ou nem faziam uso. Então a gente vê uma espécie de transformação nessa forma de trabalho. Os investigadores, os pesquisadores, dependendo da área...é mais difícil dizer. A gente tem pessoas da área de humanas, de exatas, da área de biológicas, porque eles também fazem o uso de dados, governamentais ou não, em maior e menor escala, utilizam ferramentas tecnológicas para extrair, coletar, organizar e fazer novos arranjos e combinações. Então em alguns casos eu percebo que o fator de maior acesso a um volume de dados maior, muitas vezes tem levado esses profissionais a buscarem parcerias com pesquisadores e investigadores da área da computação. Isso é uma parte. Eu acredito também que desde o início da década de 2000 a gente também tem visto que os ativistas que militam pela cultura livre, cultura digital se organizaram ou tem se organizado em torno do movimento de dados abertos. Alguns denominam de "hackativistas", "hackers cívicos", enfim...você vai encontrar várias denominações. E de certa forma são também intermediários, se debruçando em cima dos dados públicos, dados governamentais abertos, e implementando aplicativos que são uma forma de transformar esses dados em informação, em conhecimentos novos, de repente com uma outra linguagem. Algumas vezes esse hackers cívicos trabalham de forma autônoma e independente e outras vezes em cooperação e parcerias com entidades da sociedade civil e jornalistas.

2. Sobre esses novos intermediários de dados, você pode mencionar algumas características desses atores e a importância deles na sociedade atual?

GC: Esses novos atores geralmente estão mais ligados ao uso da tecnologia, não necessariamente são programadores, mas muitas vezes são pessoas que tem conhecimento, que são familiares e alguns que dominam até

mesmo em níveis avançados essas novas linguagens, linguagens de programação e eles também além de ter essa expertise mais tecnológica, são pessoas geralmente ligadas a algum movimento de cultura livre. Vamos dizer assim...desde do precursor, o movimento de software livre, que introduz o conceito das liberdades de uso, reuso e compartilhamento das obras derivadas. Então isso você percebe no movimento de software livre, no movimento de recursos educacionais abertos, de movimentos do open em geral. Eu vejo basicamente isso, principalmente atores ligados ao movimento de cultura livre, cultura digital e os que fazem uso mais intensivo dos dados abertos, geralmente estão mais relacionados ao movimento software livre, pelo menos aqui no Brasil. Não sei se a sua pergunta está mais direcionada para o Brasil ou para o mundo como um todo...

3. Você pode falar um pouco sobre a importância da existência desses novos intermediários na sociedade atual, especificamente no caso do Brasil?

GC: Eu acho que é olhar as próprias raízes da cultura livre, quando a gente olha...essa luta é uma democratização do acesso. Ter um maior acesso ao conhecimento é algo que é bastante nobre, que é bastante importante, principalmente pra gente que considera que vive nesse novo ciclo da sociedade da informação. Então são militantes para que a informação esteja disponível e acessível para todos, para que isso seja uma das bases da melhoria da sociedade como um todo, porque baseada em mais informação e mais conhecimento, possa tomar melhores decisões individuais e também coletivas.

4. Nesse processo como o movimento *open*, influencia a forma de se fazer política atualmente no Brasil?

GC: Eu vejo hoje em dia eles incidindo mais na parte justamente de tentar ampliar o debate público, muitas vezes questionando porque as informações, os dados...a informações de forma geral, a informação, o dado, o conhecimento. Porque essa informação que deveria estar pública, ela não está. Ou não está de uma forma que o maior número possível de pessoas possam se apropriar delas e fazer as análises que lhe sejam interessantes. Então acho que esse primeiro ponto do questionamento da oferta da informação pública, seja da sua existência ou não, seja da qualidade com que ela é ofertada, e também ele influencia essa política ao fazer ações conjuntas ou individuais em prol da transparência e de maior accountability, ou seja, no caso aplicativos que um hacker cívico tenha desenvolvido individualmente para mostrar dados da cidade, ou dados do orçamento público, ou a qualidade de determinados serviços públicos, como por exemplo transporte, ou seja fazendo esses mesmos aplicativos em conjunto com organizações da sociedade civil, vamos dizer assim...tradicional, que não fazem o uso tão massivo da tecnologia, então ao se aliar com essas organizações tradicionais que já militam numa determinada área há muitos anos, como por exemplo transparência e análise do orçamento público, também tem realizado estudos, relatórios e tem incidido no debate público. Aqui no Brasil eu vejo principalmente em torno da questão da transparência orçamentária, accountability e alguns casos, qualidade dos serviços públicos. Também tenho que mencionar não só no acompanhamento das ações do governo, mas tem aplicativos em torno do processo eleitoral, financiamento de campanhas, os projetos que os parlamentares apresentam, o nível de participação nas votações e assim por diante.

5. No seu entendimento, o enquadramento jurídico no Brasil obriga que o governo disponibilize os dados de forma a satisfazer condições, como por exemplo a disponibilidade e acesso, o reuso e distribuição e a participação universal?

GC: Eu acredito que sim. A gente tem um grande marco do nosso arcabouço legal que é a lei de acesso à informação, acho que a lei de acesso à informação é interessante que ela é de 2011 e ela sofreu a influência do movimento open na sua formulação. Então se você for verificar leis de acesso à informação anteriores a 2009, o que aconteceu em 2009 foi justamente aquele manifesto sobre os princípios de dados abertos governamentais...Então essas leis anteriores a 2009 não previam a disponibilização de dados em formato aberto. E a lei brasileira, ela é muitas vezes citada como exemplar nesse ponto, por causa dessa influência onde o movimento de dados abertos conseguiu influenciar na sua redação. Então nesse aspecto isso é muito positivo, mas vale lembrar que a lei, ela precisa de regulamentação, o que já aconteceu no nível federal, se não me engano, no nível estadual, não tenho certeza se em todos os estados do Brasil... mas acho que sim. E em algumas cidades do Brasil, então no nível local é algo que ainda não está tão perto do ideal, em termos do arcabouço legal. Em outro aspecto posterior a gente tem que ver como se dá a implementação desse arcabouço legal, não só se essa lei foi regulamentada mas como se dá a implementação disso, se existem portais de dados abertos, se os dados disponibilizados tem uma boa qualidade. Isso é algo que o Brasil ainda tem que avançar na fase de implementação. Então a gente até mesmo na questão do governo federal, como um dos mais avançados, teoricamente estaria mais avançado...já tem a lei, já tem a regulamentação, já vem implementando, e a gente vê que em muitos casos, a gente não vê agora a punição...quem não está cumprindo a lei. Então a gente tem conhecimento de alguns pedidos de informação pública, que eles não foram respeitados, inclusive descumprindo até a determinação do próprio Ministro da CGU e até hoje isso não teve

nenhuma consequência. Então, mostrando que até mesmo num dos níveis mais avançados, o que seria a implementação do governo federal, a gente ainda encontra as barreiras culturais.

6. Qual é o panorama atual da relação do governo com as políticas do uso e reúso de suas bases de dados e também da aplicação dos licenciamentos dessas bases?

GC: Eu acredito que esse é um debate que ia ser feito na época que eu era representante na Sociedade Civil no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional dos Dados Abertos, já estava no plano de atividade justamente a condução de um estudo sobre licenças, eu até pretendia que esse estudo fosse depois colocado em consulta pública para que a sociedade brasileira pudesse opinar sobre a necessidade ou não de uma licença aberta para as bases públicas ou a definição de uma determinada licença. Infelizmente eu não vi isso avançar muito nos últimos anos, então no Brasil hoje em dia, você não tem nenhuma licença explícita, então, primeiro, essa política ainda não foi definida, até onde eu sei em nenhum nível da Federação, não tenho conhecimento se algum estado brasileiro...ou em um nível sub nacional brasileiro, algum ente tenha definido uma política de licenciamento e até onde me consta existem essas perspectivas de estudo de licenças de bases, no governo federal e aqui no município de São Paulo.

7. Você pode apontar quais são alguns dos desafios para o surgimento de novas iniciativas de plataformas de base que utilizem dados governamentais?

GC: Então essa pergunta eu fiquei um pouco confusa, seriam iniciativas da sociedade civil consumindo dados? Ou o governo desenvolvendo novas plataformas?

7.1. Correto, seria da parte dos novos intermediários da sociedade civil, que possam utilizar esses dados governamentais para novas iniciativas.

GC: Ah, entendi. Certo. Eu vejo que tem iniciativas de várias naturezas, tanto do lado da oferta, como do lado do consumo. Eu acho que do que se tem discutido mais, é justamente do lado da oferta, então, muitas vezes os portais governamentais não disponibilizam uma informações de boa qualidade...o que eu quero dizer é que essa informação muitas vezes não é divulgada na periodicidade desejável, ou ela não está desagregada o suficiente, ou muitas vezes ela não tem a meta informação, ou seja, a descrição sobre os dados que foram produzidos, qual foi a metodologia, qual é o dicionário de dados...então são muitos fatores que influenciam na qualidade do dado e provavelmente cada intermediário pode criticar um aspecto ou outro. Então por esse lado a gente vê qualidade de dados. Alguns estudos internacionais apontam que a ausência de uma licença também poderia no futuro levar a um limbo jurídico. Então se eu desenvolvi um aplicativo de horários de ônibus, de repente alguém pode me processar pelo uso desses dados. Eu não tenho visto essa situação aqui no Brasil, por enquanto. Então do lado da produção, da disponibilização do dado, geralmente tem esse aspecto, da questão das licenças e da questão da qualidade dos dados. Muitas vezes eles estão apenas em formato PDF, então se a gente pegar aqueles oito princípios dos dados abertos, eu acho que o desafio, é justamente, do lado da divulgação, atendê-los. Muitas vezes você vai ver o intermediário reclamando de um, ou dos oito pontos, que não estão sendo atendidos...desde o dado não estar lá, ou até o dado estar lá, mas na qualidade, ele não é primário, ele não é completo, ele não é processável por máquina e assim por diante. Então tem esse ponto. E tem muitos outros desafios que são depois da disponibilização dos dados. Acho que são os piores desafios, que é justamente você ter um ecossistema que tenha as condições cognitivas, culturais, econômicas necessárias para fazer a proteção desses dados, a interpretação e a tradução disso em novas iniciativas. Aí sendo elas comerciais ou não, visando lucro ou não. Então eu acredito que para isso acontecer, isso é uma hipótese que eu também tenho estudado...que para isso acontecer necessariamente envolveria a parceria entre diferentes intermediários, intermediários com diferentes competências, então, eu por exemplo, estudo muito as pessoas, os intermediários que se apropriam de dados do orçamento público, então não é um tema trivial, que existem muitos leigos no assunto. Há temática que exigem mais interdisciplinaridade do que outras, isso levaria ao estabelecimento de equipes multidisciplinares, dependendo do grau de complexidade dessas temáticas. Então esses atores, eles só não deveriam existir, vamos supor, o especialista em tecnologia, o especialista em orçamento público, o especialista em como comunicar essas informações para um público leigo e assim por diante. O estabelecimento, não só da existência de cada um desses profissionais ou dessas pessoas com esse background, mas também a disponibilidade e disposição de trabalhar em equipe. Acho que isso são características do ecossistema. E aí teria um outro ponto, se essas parcerias...se existe um ambiente que a fomenta ou não, então geralmente você vê financiadores de sociedade civil que através dos seus editais, eles podem estimular ou coibir. Por exemplo, um edital que seja fomento de um aplicativo X para accountability das políticas públicas relacionadas a temática Y. Então naturalmente a organização que trabalha com as políticas públicas da temática Y, tendo um edital assim, ela vai buscar, ou não, fazer suas associações, suas parcerias. Isso tudo do lado do financiamento e aí esse financiamento em geral é público ou é privado. Atualmente no Brasil eu tenho visto algumas linhas de financiamento mas eu acredito que elas poderiam ser muito maiores. Arrisco dizer que no setor público, essas questões de inovação,

tecnologia social poderiam ter alguns avanços. A existência desses intermediários, isso aí você vai ter vários fatores, se eles existem ou não, porque eles não existem, se esses intermediários trabalham em parceria e quais seriam os elementos que poderiam catalizar a existência de mais intermediários com essas características, ou catalizar as parcerias entre eles.

8. Na sua opinião, qual é o papel da Sociedade Civil na elaboração dos diagnósticos e análise de políticas públicas?

GC: Eu acho que todos nós, sociedade civil, entendo a academia, entendo os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil em geral. Então todos nós somos interessados em ver se as políticas públicas estão sendo bem formuladas e também bem conduzidas. Então se a gente pensar em todo o ciclo das políticas públicas, a gente vai ver organizações, atores interessados em cada uma dessas etapas do ciclo ou o ciclo como um todo. E é a forma como cada um busca dar a sua contribuição para a sociedade. Por exemplo, o meu papel é de realizar pesquisas e de justamente trabalhar pela educação, seja porque o papel do outro é noticiar e fazer uma análise que vai ser publicada em algum meio de comunicação, ou seja um cidadão engajado em querer saber porque a educação pública, na sua cidade, no seu estado, tem determinados níveis de performance. Eu acho que desde níveis institucionais à individuais, de alguma forma, todos nós somos chamados a dar nossa contribuição.

9. Pela sua experiência, como o acesso aos dados pode ser uma ferramenta de emponderamento para o cidadão?

GC: Esse é uma questão complicada, eu não gosto muito de falar nessa grande categoria...o cidadão. Eu acho que não existe o cidadão, aquela figura única. Muitas vezes isso até me incomoda um pouco, porque quem está no governo também é um cidadão, então a gente tem que partir do princípio que os cidadãos, eles são muitos diferentes entre si. E eu acho que isso seria um ponto fundamental, pra gente, até avançar nessa questão da promoção do acesso ao conhecimento de forma geral. Acredito que existam cidadãos que tem interesse realmente nos dados e outros estão mais interessados nos produtos derivados. Então eu acho que assim como a gente teria que olhar a heterogeneidade dos cidadãos, pra gente entender melhor a heterogeneidade das demandas. De uma maneira geral a gente pensa nos dados como uma matéria prima, uma matéria primária para outras iniciativas. E sim, nesse ponto isso daí é fundamental, entender as demandas, entender as iniciativas que são baseadas em dados e justamente atuar para que esses dados sejam disponibilizados com uma melhor qualidade. Mas também tem um outro ponto que eu chamo a atenção, não é? A qualidade dos dados muitas vezes é importante mas a minha experiência, na minha pesquisa...eu vejo que tem um fator talvez mais importante do que a qualidade dos dados, que é a qualidade dos intermediários. Muitas vezes eu tenho visto que os intermediários tem feito a diferença no debate público, tem feito a diferença ao alcançar determinados objetivos, mesmo quando os dados não estão disponíveis ou estão disponíveis com uma qualidade insuficiente. Então eu tenho trabalhado e pesquisado muito essa questão. Esse material humano, quem ele é? De onde ele vem? Que motivação ele trabalha? Quais são as suas competências? Porque ao investigar muitos deles, a gente chegou a essa conclusão, que muitas vezes, numa situação, a atuação do intermediário pode, de alguma forma, compensar. É lógico que ele gostaria de fazer um aplicativo que teria um determinado alcance e não tem o dado, pelo menos ele pôde revelar ao grande público que aquele dado não existia, ou que não estava disponível da forma como deveria. Então, isso justamente faz com que exista uma cadeia, porque muitas vezes o dado, por si, ele não vai fazer nenhuma ação, nenhuma iniciativa.

10. Pra finalizar, esse intermediário tem um papel fundamental na transformação dos dados em informação?

GC: Sim, com certeza.

Anexo C - Pedido de acesso à informação através do e-SIC

e-SIC
SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
Versão 2.2.1

Olá Marina Polo - terça-feira 05/01/2016
Sua sessão expira em: 19:49 minutos SAIR

Registrar Pedido | Consultar | Dados Cadastrais | Início

Relatório - Detalhe do Pedido

Dados do Pedido	
Protocolo	0159000615201591
Solicitante	Marina Polo
Data de abertura	08/06/2015 16:42
Orgão Superior Destinatário	MinC – Ministério da Cultura
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	29/06/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Projeto UF Roraima, Segmento Música apoiados através do Mecenato?
Detalhamento	Quais são os projetos culturais com UF em Roraima, inseridos no segmento de música, aprovados através do mecanismo de Mecenato, entre os anos de 2007 a 2015? E, dentre estes projetos aprovados, quantos foram efetivamente apoiados?

Dados da Resposta

Data de resposta	23/06/2015 15:33
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezado (a) Sr. (a), Encaminhamos anexo, resposta elaborada pela Chefia de Gabinete da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC. Anexo: pedimos que verifique os arquivos anexados a esta mensagem. O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Cultura agradece o seu contato e coloca-se à disposição para outras informações. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC Ministério da Cultura Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 3º andar CEP: 70068-900 – Brasília/DF Importante: no caso de indeferimento de acesso a informação, poderá ser interposto recurso através do sistema no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 12.527/2011. Tal recurso será avaliado pela autoridade hierarquicamente superior a autoridade que produziu a resposta ora em apreço.

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Cultura, Lazer e Esporte
Subcategoria do pedido	Cultura
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
08/06/2015 16:42	Pedido Registrado para o Órgão MinC – Ministério da Cultura	SOLICITANTE
08/06/2015 17:07	Pedido em Atendimento	MinC – Ministério da Cultura
23/06/2015 15:33	Pedido Respondido	MinC – Ministério da Cultura

[Voltar](#)





Considerando a presente solicitação, informamos que entre os anos de 2007 a 2015, o Estado de Roraima fazendo uso do Mecenato/Incentivo Fiscal, apresentou três projetos de música.

Segue abaixo lista contendo dados resumidos dos referidos projetos (extraídos do SALICNET):

Nº Projeto	Nome do Projeto	CNPJ/CPF	Proponente	Solicitado	Dt. Entrada	Área	Segmento	Mecanismo	Órgão	Situação	Resumo do Projeto	UF do Projeto
030532	Seminário de Música de Montenegro (15º)	91.693.630/0001-44	Associação Amigos da Fundarte	96.720,00	25/01/2008	Música	Música Instrumental	Mecenato	DGIV/GRU/COA/DCA	Projeto arquivado - solicitação de arquivamento de projeto de incentivo fiscal feito pelo proponente	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela FUNDARTE há 35 anos, como instituição promotora e o fazer musical da sistemática e qualificação de estudantes de música e músicos profissionais. Proporcionar formação continuada em música nos instrumentos de	RR
1011762	III TEMPORADA DE CONCERTO - CLASSICO PARA TODOS com Orquestra Sinfônica de Roraima e Convidados.	10.910.769/0001-09	ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE RORAIMA	1.668.980,00	07/12/2010	Música	Áreas Integradas	Mecenato	DGIV/GRU/COA/DCA	Projeto arquivado - por excesso de prazo sem captação	Realizar uma série de 40 concertos sinfônicos e de câmara com a Orquestra Sinfônica de Roraima. De modo que as apresentações serão divididas em 20 concertos de médio porte - aberto ao público e com estrutura tradicional de um concerto de música erudita e	RR
123134	CANARINHOS DA AMAZÔNIA	01.892.955/0001-63	Associação Cultural Canarinhos da Amazônia	643.735,00	25/04/2012	Música	Música Popular	Mecenato	GEAR/SACAV	Inadimplente	Associação Cultural Canarinhos da Amazônia, visa oferecer oportunidades de formação musical e educação para a Paz, promoção do desenvolvimento integral de quinhentas crianças e adolescentes de 04 a 18 anos em estado de vulnerabilidade social, econômica	RR

Em resposta a segunda pergunta, informo que apenas o terceiro projeto listado na ordem acima, **PROJETO – Canarinhos da Amazônia – PRONAC 123134** - começou a captação de recurso, fazendo assim uso dos benefícios da Lei 8.313/91. O mesmo solicitou para a execução do projeto o valor de R\$ 643.735,00, e teve como aprovado e publicado junto ao Diário Oficial da União em 28/06/2012 o valor de R\$ 572.235,40 para execução do evento. Diferente dos dois primeiros projetos, este projeto captou R\$ 114.500,00, que equivale a 20,01% do valor aprovado e captado.

As informações solicitadas são públicas e podem ser livremente acessadas por meio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALICNet), através do endereço <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Tal sistema permite a extração de diversos relatórios e informações, da maneira que for mais interessante ao usuário.

Em tempo, apresentamos abaixo o passo a passo de como a extração do relatório contendo os dados acima foram realizados:

- Ao acessar o endereço indicado, clicar na aba **Projetos → Relações → Aprovados**; e
- escolher os parâmetros de busca pretendidos conforme abaixo:

The screenshot displays the SALICNet web interface for searching approved projects. The page title is 'Projetos Aprovados' with a date of 17/06/2015. The main section is titled 'Selecionar campos para pesquisa' (Select search fields). It contains several dropdown menus and date pickers, with red arrows pointing to specific selections: 'Música' for Área Cultural, 'Mecenato' for Mecanismo, 'Roraima' for UF do Projeto, 'Entre dois valores' for Dt. Aprovação, and '17/06/2015' for Dt. Portaria. Below this is the 'Escolher / Ordenar campos da consulta' (Choose/Order query fields) section, which includes two columns of fields to be included in the search and options to sort them (ASC or DESC). A search button with a magnifying glass icon is located at the bottom of the form.

As relações contendo os respectivos dados e valores dos projetos, estarão disponíveis em PDF e em XLS.

Caso haja dúvidas sobre como utilizar o Sistema, a requerente pode buscar orientações entrando em contato com o núcleo de atendimento da SEFIC, através do telefone 61-2024-2098.